MISEREOR
IHR HILFSWERK

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL ALEMANHA

Construção Social dos Mercados no Sul do Brasil:

Aproximando Produtores e Consumidores de Alimentos Agroecológicos

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR
Atuando em Educação Popular e Agroecologia desde 1983

CEPAGRO

CETAP
AGRICULTURA ECOLOGIA

AS-PTA
agricultura familiar e agroecologia

Consumidores e agricultores em Rede

Construção Social dos Mercados no Sul do Brasil:

Aproximando Produtores e Consumidores e alimentos Agroecológicos

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL ALEMANHA

Atuando em Educação Popular e Agroecologia desde 1983

CEPAGRO

CETAP AGRICULTURA ECOLOGIA

AS-PTA agricultura familiar e agroecologia

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 07

HOMENAGENS PÓSTUMAS 08

APRESENTAÇÃO 13

INTRODUÇÃO 19

ESTUDO DE CASO I 26
A Contribuição da *Cooperativa Ecológica Ecoserra* na Construção Social dos Mercados em Santa Catarina

ESTUDO DE CASO II 40
COPER PLANALTO SUL: Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar por Meio da Cooperação

ESTUDO DE CASO III 52
ECOTERRA – Associação Regional de Cooperação e Agroecologia Promovendo a Agroecologia e a Saúde com a Produção e Comercialização de Alimentos Agroecológicos

ESTUDO DE CASO IV
GRUPO PÉ NA TERRA – Ciclos Naturais, Sabores Sazonais e o Comércio Justo em Sananduva e São João da Urtiga, Noroeste do Rio Grande do Sul 68

ESTUDO DE CASO V 79
APEP – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ECOLÓGICOS DE PALMEIRA/PR
Há duas décadas promovendo saúde com a garantia do alimento saudável na mesa das famílias palmeirenses

93
ESTUDO DE CASO VI
COFAECO – Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos de São Mateus do Sul: O Protagonismo da juventude nas dinâmicas de comercialização

ESTUDO DE CASO VII 109
CCR – CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS: Uma Tecnologia Social de Venda Direta de Alimentos Agroecológicos em Rede

ESTUDO DE CASO VIII 120
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social: espaço de proteção social e de promoção do direito humano à alimentação adequada, saudável, e agroecológica

AUTORES 132

Ficha Catalográfica

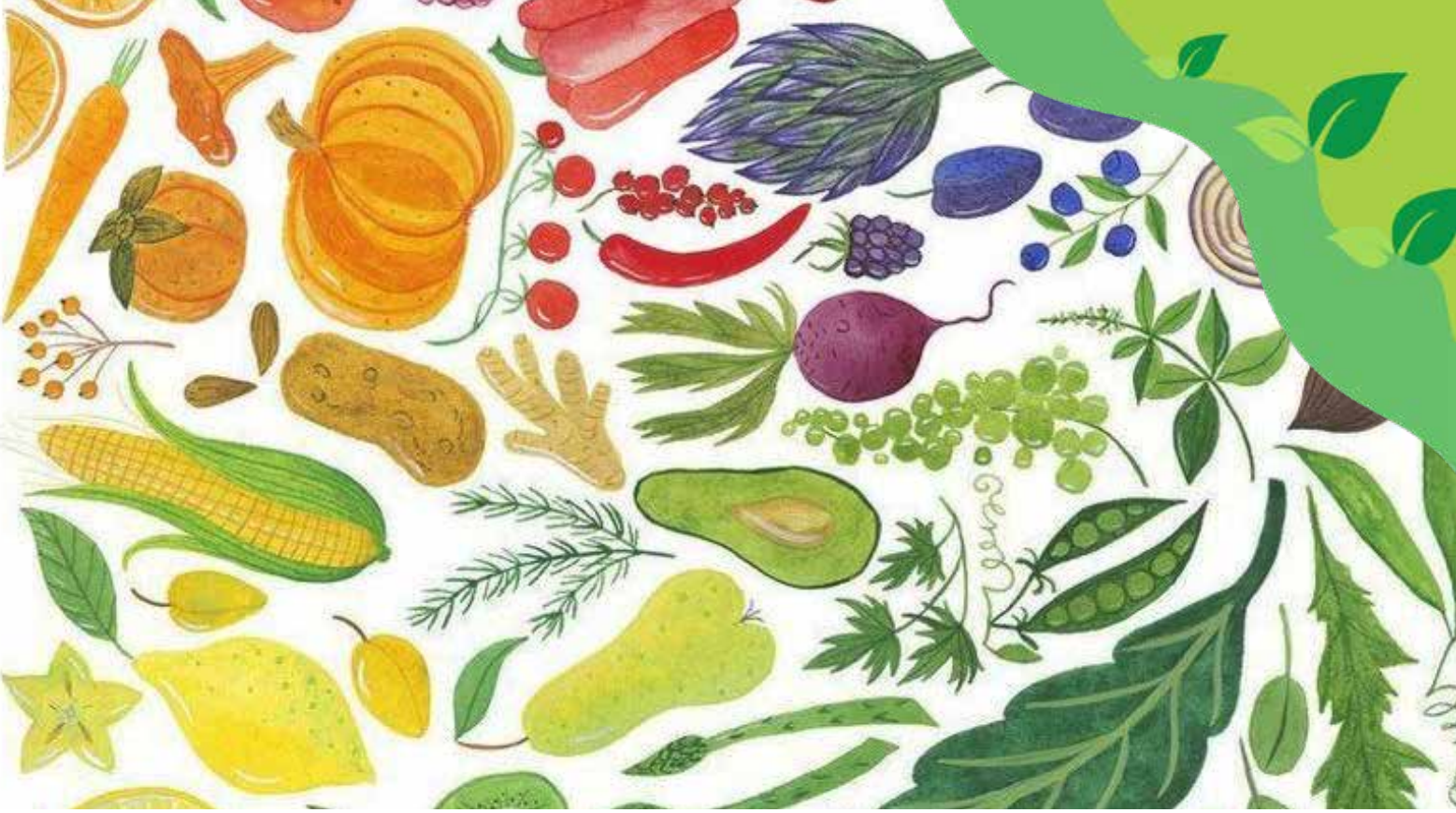
C758 Construção social dos mercados no Sul do Brasil: aproximando produtores(as) e consumidores(as) de alimentos agroecológicos / organizado por Natal João Magnanti. – Lages (SC): Coan, 2021.
136 p.: il.

ISBN 978-65-00-42283-2

1. Ecologia agrícola. 2. Abastecimento de alimentos- Brasil. 3. Produtos agrícolas- Comércio. 4. Agricultura familiar. I. Magnanti, Natal João.

CDD (21. ed.) 630.27450981

(Ana Cláudia Philippi Pizzorno Bibliotecária CRB 14/525)



AGRADECIMENTOS

As Entidades executoras agradecem à Arquidiocese de Florianópolis e às Dioceses de Lages (SC), Vacaria (RS) e União da Vitória (PR) por, desde o ano de 2016, recomendarem, junto ao Departamento da América Latina, da *Misereor* da Alemanha, os Projetos englobados no Projeto maior, denominado *"Promoção da Articulação entre o Campo e a Cidade em Dinâmicas Locais e Regionais de Abastecimento Agroecológico, Conjugado com Incidência Política em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional".* Além de agradecer às Dioceses enquanto Instituições, agradecemos também aos bispos, inicialmente Dom Nelson Westrupp, e, posteriormente, Dom Guilherme Antônio Werlang, da Diocese de Lages (SC), Dom Walter Jorge Pinto, da Diocese de União da Vitória (PR), e, Dom Sílvio Guterres Dutra, da Diocese de Vacaria, por suas recomendações.

Agradecemos à *Misereor* e, em particular, ao Departamento da América Latina pela duradoura relação estabelecida com as Entidades Executoras dos Projetos. Esta parceria torna possível consolidar a Agroecologia como um novo paradigma no Sul do Brasil, em particular nas relações entre o campo e a cidade.

Loreno Siega

IN MEMORIAN

Loreno Siega, um dos ativos colaboradores do Centro Vianei de Educação Popular, era natural de Palotina, no Paraná, e passou a residir em Lages em 1993.

Formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Porto Alegre (RS), Loreno Siega atuou, em Lages, como jornalista do Centro Vianei, no período de março de 1993 a dezembro de 1999. Ele também foi presidente da "Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde" (AVICITECS) durante dois mandatos. Além dessas atividades, enquanto morou em Lages Loreno dedicou-se, de várias formas, à carreira jornalística, com atuações destacadas em assessoria de imprensa, e na Revista Visão, então de sua propriedade, sendo também sócio fundador da Revista Expressiva.

Loreno Siega era um homem alegre, divertido e de convicções fortes. Amava uma boa mesa e tinha o *Internacional,* de Porto Alegre, como time do coração. Casado, foi pai de dois filhos: Henrique Oliveira Siega e Maria Eduarda Siega, frutos, respectivamente, do primeiro casamento, com Alessandra, e do segundo casamento, com Rossana. Em 2019, Siega gravou um vídeo falando sobre como vencer a morte. Segundo ele, isso pode ser feito de duas maneiras: pela fé e pelo legado que cada um deixa. Pouco depois, ainda nesse mesmo ano, em decorrência de complicações infecciosas, Loreno faleceu, no dia 25/10/2019, aos 53 anos.

É com pesar que registramos, neste livro, o seu falecimento, e nos unimos à Associação Vianei para apresentar, à família enlutada, nossos mais profundos pesares e sentimentos, agradecendo imensamente por todo o belíssimo legado que Loreno Siega deixou a esta Entidade, a movimentos e organizações populares, e à comunidade de Lages e da Serra Catarinense.

Leonildo Gasparin

IN MEMORIAN

Leonildo, filho, pai, amigo e companheiro, sempre foi uma pessoa aglutinadora e otimista, que empolgava quem estava a sua volta com sua simpatia e com os *causos* que contava. Agricultor ecologista, Leonildo era reconhecido pelo seu espírito de liderança e atuação na comunidade. Pensava além de si e do seu tempo, e, com visão de futuro, sempre estava disposto a realizar experimentos com tecnologias alternativas, tendo sido, na região, um dos pioneiros na introdução dessas alternativas, visando viabilizar a sustentação das famílias agricultoras no meio rural e promover a valorização destas. Conhecido por seu pioneirismo e pela defesa dos agricultores familiares, a propriedade de Leonildo foi escolhida como referência pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim, em 1988.

Leonildo sempre esteve comprometido com a comunidade e com o seu Grupo de Agroecologia da "Linha Vaca Morta", hoje pertencentes ao município de Três Arroios/RS. Ele e seu Grupo tornaram-se uma base de inspiração e referência para outras famílias agricultoras, especialmente para as do Sul do Brasil (RS, SC, PR), mas, não importando de onde fossem, ele auxiliava a todos que quisessem conhecer a Agroecologia e, talvez, se inspirarem em implantá-la em suas localidades. Ele estava sempre de portas abertas e à disposição para partilhar e socializar o conhecimento e o aprendizado da sua experiência e caminhada.

Um entusiasta na defesa das sementes crioulas, Leonildo criou as sementes de milho crioulo "brascunha" e "sete variedades", sempre disposto a aprender, a agregar e a mobilizar as famílias na defesa de direitos e pela valorização do trabalho dos agricultores. Leonildo faleceu dia 26 de setembro de 2016, deixando, para nós, um legado histórico de luta, resistência e exemplo de liderança. Para todos nós ficou o desafio de continuarmos a caminhada que ele iniciou. E fica também o nosso agradecimento por termos tido a oportunidade de conviver e aprender um pouco com ele durante este breve tempo de vida de agricultor familiar ecologista. Para a família enlutada, aqui deixamos os nossos sentimentos, e ao amigo Leonildo, nossa gratidão!

Jair Pressi

IN MEMORIAN

Jair, jovem, amigo e companheiro, com seu jeito simples, criativo e persistente, sempre foi uma pessoa admirável. Com sua serenidade e conhecimento sobre a vida, conseguia encantar qualquer pessoa à sua volta. Com espírito empreendedor e inovador, buscou, com sabedoria, encontrar outras formas de se relacionar com o meio em que vivia, e novos modos de trabalhar com uma agricultura diferente, sempre motivando os produtores da feira a se desafiarem para novas iniciativas e novas possibilidades.

Como liderança na comunidade, Jair mobilizou agricultores para a formação do grupo "Cristo Rei", no município de Santo Antônio do Palma/RS. Ele sempre foi um dos grandes incentivadores da organização dos agricultores e contribuiu com a direção da Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda – COONALTER, no processo de comercialização da Feira Ecológica Regional, de Passo Fundo, espaço de comercialização direta.

Jair faleceu no dia 21 de março de 2016. Ele nos deixou saudade, mas seu legado e história de vida, criatividade, inovação e empreendedorismo nos servem como motivação e nos colocam o desafio de continuarmos a caminhada que percorremos juntos. Por isso, deixamos nosso agradecimento por termos tido a oportunidade de conviver com ele durante este breve tempo, e com ele termos construído essa nossa história.

Nossa gratidão!!!

Maria das Graças S. L. Brightwell

IN MEMORIAN

A Graça que habita em mim, saúda a Graça que existe em você!!

Mulher sonhadora, mas também realizadora. Nos seus estudos e na sua prática, Graça trouxe a centralidade do alimento com cultura, com história, bom, limpo e justo.

Como visionária que era, percebia, nos jardins diaspóricos, a força da integração entre povos.... somos todos migrantes em algum momento da vida...

E, no desejo de Graça, uma horta com temperos e chás traria à memória distante dos imigrantes, um pouco de alento no reinício da vida dessas pessoas. Gente da Síria, da Venezuela, do Haiti, de tantos lugares, pedindo refúgio e calor para iniciar uma nova vida, todos encontravam, no sorriso sincero da Graça, o abraço de boas-vindas!

Hoje, na horta Madre Siembra-Horta Mãe, situada no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Continente II, entendemos o que a Graça nos pedia quando falava do seu sonho dos jardins diaspóricos!

Uma horta que, além de alimentar o corpo, alimenta sentimentos, emoções, cheiros e saudades!!

Maria das Graças, geógrafa, colaboradora do CEPAGRO, faleceu no dia 02 de novembro de 2018. A ela deixamos, neste livro, a nossa homenagem.

Gratidão, Graça, por tudo que nos ensinou!!

Orlando Iantas

IN MEMORIAN

O senhor Orlando formava – com sua esposa dona Balbina, companheira de todos os momentos – um casal de referência, pelo seu companheirismo, seu comprometimento, e como grandes protagonistas da agricultura familiar agroecológica, no município de Palmeira. Residiam na comunidade de Faxinal dos Quartins e sempre cultivaram grande variedade de sementes crioulas, garantindo a preservação das histórias através de suas sementes, que eram cultivadas de maneira tradicional, sem o uso de agrotóxicos. Essa prática fez deles importantes guardiões da conservação das sementes crioulas.

A propriedade do senhor Orlando e de Balbina sempre foi modelo de organização, arranjo produtivo e proteção ambiental, respeitando os aspectos naturais, em especial, com corredores de fluxo genético e barreiras naturais que a protegiam e garantiam sua segurança contra contaminações.

Além disso, ambos eram lideranças comunitárias, sempre envolvidos em articulações de representatividade da agricultura familiar, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira (APEP), no qual fizeram parte da direção por anos. Sempre na luta por direitos e melhorias dos agricultores, Orlando e sua esposa Balbina também faziam parte do “Grupo Coletivo Triunfo”, e eram membros ativos da Associação de Produtores Ecológicos de Palmeira, no Paraná.

Agradecemos ao casal, e principalmente ao senhor Orlando, falecido em 07 de dezembro de 2021, por nos deixar tanto aprendizado e por todo o legado que ficou marcado na história da agricultura familiar da região.

APRESENTAÇÃO

O livro "Construção Social dos Mercados no Sul do Brasil: aproximando Produtores(as) e Consumidores(as) de Alimentos Agroecológicos" é um dos produtos do Projeto *"Promoção da Articulação entre o Campo e a Cidade, em Dinâmicas Locais e Regionais de Abastecimento, Conjugado com Incidência Política em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional".*

O Projeto é financiado pela *Misereor,* Instituição de Cooperação Internacional Católica Alemã. Os Projetos foram iniciados em janeiro de 2016, e o último deles foi concluído em dezembro de 2021. As organizações executoras são: Centro Vianei de Educação Popular (VIANEI), Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

Os Projetos em Rede surgiram a partir de diálogos entre as Entidades executoras, durante os Seminários promovidos pela *Misereor,* nas cidades de Santa Maria (2013) e de Porto Alegre (2014), no Rio Grande do Sul, e na cidade de Florianópolis (2015), em Santa Catarina. Esse apoio foi e continua sendo fundamental na construção do paradigma da Agroecologia na região Sul do Brasil.

De forma histórica e sistemática as Entidades mantinham atuação focada no meio rural, assessorando Grupos, Associações e Cooperativas nas quais os(as) agricultores(as) eram o público prioritário. A partir dos Seminários ficou evidente a necessidade de a assessoria avançar na articulação com os(as) consumidores(as).

Essa articulação tem por objetivo construir relações mais intensas e sólidas entre produtores(as) e consumidores(as) na perspectiva da promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Os temas que têm balizado as ações das entidades ao longo dos anos vêm incidindo nos campos da política, da promoção, manutenção e valorização da biodiversidade, da juventude, e do abastecimento com alimentos agroecológicos. A expertise das Entidades está calcada na promoção de um sistema agroalimentar mais justo e ecologicamente sustentável, baseado nos princípios da Agroecologia.

Alinhamo-nos com a visão da *Misereor,* no sentido de que empoderar produtores(as) e consumidores(as) é uma saída viável para vencer a fome no mundo, a partir do desenvolvimento sustentável e da equidade social. Além disso, partindo do pressuposto de que a *Misereor* confia plenamente nos seus parceiros locais e

que a cooperação irriga o diálogo permanente entre as instituições, trilhamos o caminho de incluir os consumidores e as consumidoras como público prioritário dos Projetos, fomentando, assim, ações de abastecimento agroalimentar que promovam a construção social dos mercados. As Entidades Executoras concordam com a *Misereor* que: *"Projetos em todos os continentes demonstram que alternativas rumo a uma redução da pobreza são possíveis se os processos de desenvolvimento se baseiam no potencial humano e na agricultura sustentável" (https://www.misereor.org/pt).*

A forma como nos alimentamos está baseada em questões muito mais profundas e relevantes para o convívio humano em sociedade e interação com a natureza do que meramente a geração de renda. A alimentação compõe parte significativa da cultura das sociedades. Vale lembrar que muitas das nossas referências e lembranças de infância estão associadas a alimentos que consumimos, e diversas reuniões familiares e festividades estão associadas à presença e elaboração de alimentos. A preservação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas depende, em grande parte, de resgatarmos e mantermos as diferentes culturas alimentares, associadas às formas locais de produção, processamento e abastecimento de alimento.

Apesar de a alimentação ser algo presente no nosso cotidiano, poucas vezes nos perguntamos sobre o que estamos colocando em nossa mesa, ou seja:

De onde vêm os alimentos que comemos diariamente?

Como e por quem foram produzidos?

Por quem e como foram processados?

Que distâncias percorreram e como foram transportados até chegarem à nossa casa?

Estas são questões que, por mais simples que pareçam, revelam, atualmente, um mundo obscuro sobre o grande negócio em que se transformou o ato de "comer".

O setor agroalimentar corresponde a um dos mais estruturados e lucrativos negócios para as grandes empresas e também para o capital especulativo. A produção local e regional, resultante do trabalho

realizado por agricultores(as) familiares, por camponeses(as), por agricultores(as) urbanos, e/ou por povos e comunidades tradicionais, responde por parcela significativa dos alimentos que consumimos no Brasil. Outro elemento importante para o abastecimento alimentar das pessoas é a valorização da agrobiodiversidade, visando promover *Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional* (SSAN).

A otimização do uso e conservação da agrobiodiversidade é parte fundamental para a manutenção dos hábitos alimentares locais e regionais e para a sustentabilidade dos(as) agricultores(as) familiares. O Brasil é um importante centro de origem de diversas espécies alimentares de grande relevância no equilíbrio da dieta alimentar da população local e regional.

O apoio da *Misereor* aos Projetos da sociedade civil brasileira contribui substancialmente para uma ativa participação social e mudança no contexto da fome no Brasil, que, em 2014, finalmente conseguiu sair do mapa mundial da fome. A mudança ocorrida deve-se, significativamente, à implantação de políticas públicas e à participação ativa das Entidades da Sociedade Civil brasileira, particularmente no contexto onde estão inseridas as organizações executoras destes projetos.

A incidência política e a participação social na implementação de políticas públicas tais como o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), no qual o governo brasileiro comprava produtos da agricultura familiar – preferencialmente agroecológicos e da agrobiodiversidade –, e os distribuía para instituições assistenciais foi amplamente utilizado nos processos de abastecimento agroalimentar estabelecidos pelas Entidades da agricultura familiar.

Outro emblemático programa de compras governamentais é o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE), o qual, por meio da Lei 11.947, instituiu a compra obrigatória de, no mínimo, 30% de alimentos da agricultura familiar, preferencialmente agroecológica e da agrobiodiversidade. Ambos os programas são fruto da participação efetiva das organizações e movimentos sociais nos Conselhos de Políticas Públicas.

A implantação do PAA e do PNAE ampliou a escala de alcance das estratégias de abastecimento operadas pelas organizações da agricultura familiar, tais como: feiras, ou vendas e entrega de cestas em domicílio e/ou em lojas de produtos naturais, fortalecendo laços entre produtores e consumidores.

Os mercados construídos socialmente com alimentos agroecológicos ampliam as relações entre produtores e consumidores, onde o local de abastecimento se transforma também em espaço de diálogo e trocas de conhecimentos. Isto permite aos consumidores conhecerem a origem dos alimentos, quem os produz e como foram produzidos. Desta forma o alimento é mais que uma mercadoria.

O alimento e as formas como ele chega aos que o consomem possibilitam o reforço da identidade e da autoestima das

famílias agricultoras, que veem sua produção valorizada e os resultados de seu esforço cotidiano sendo aceito e reconhecido pela sociedade.

Economicamente, agricultores melhoram sua renda e qualidade de vida, consumidores urbanos têm acesso a alimentos limpos e saudáveis, com custos mais acessíveis e os recursos mobilizados circulam e incentivam a economia local. Estratégias de abastecimento em programas governamentais, feiras livres, células de consumo responsável (CCR), cestas de produtos entregues em domicilio, comercialização em pequenos mercados e restaurantes, espaços fixos de comercialização entre outras iniciativas são um avanço concreto e alternativo ao atual sistema de abastecimento agroalimentar convencional.

Com certeza, tais experiências comerciais contribuem, de forma efetiva, para mudanças nas relações de produção e consumo de alimentos, pois, por meio da comercialização direta e solidária, oferecem produtos ecológicos, colaboram para a troca de conhecimentos e experiências, além de promoverem a integração entre o meio rural e o urbano.

Em síntese, é possível e desejável que as iniciativas de abastecimento das organizações rurais e urbanas possam ser sinérgicas. A avaliação realizada pelas organizações executoras e pelos(as) beneficiários(as) dos Projetos é que a sinergia e articulação precisa de estímulo e assessoria para continuar reconstruindo o sistema agroalimentar. Produtores(as) e consumidores(as), embora em "universos" com características distintas, podem e devem interagir e, desta forma, gerar sinergias positivas, voltadas a objetivos comuns que promovam a SSAN da população, de modo especial no contexto sociopolítico em que o Brasil vive atualmente.

Nos últimos dois anos, o mundo e, principalmente, os países em desenvolvimento, estão enfrentando uma crise sanitária desafiadora. A pandemia ocasionada pela COVID-19 afetou fortemente todas as nações, mas especialmente aquelas em desenvolvimento e cujas lideranças negaram os seus efeitos na Saúde Pública, na Economia e na Sociedade.

O governo federal do Brasil mantém a atitude de minimizar os efeitos que a pandemia causou no país. Parcela significativa dos governos estaduais e municipais, bem como as organizações da sociedade civil mobilizaram-se para enfrentar a pandemia e os seus efeitos. Depois de aproximadamente dois anos dos primeiros casos registrados, o Brasil tem aproximadamente 80% da população imunizada com a primeira dose e 50% com a segunda dose da vacina. A projeção é que somente no final de 2022 a população brasileira estará completamente imunizada.

Os efeitos da pandemia no Brasil e nas regiões de atuação do Projeto são profundos. Entre os mais desafiadores, atualmente e para os próximos anos, é o desemprego, que, no primeiro trimestre de 2021, atingiu 14,8 milhões de pessoas. Somado aos seis milhões de desalentados

(Pessoas que desistiram de procurar emprego) esse número chega a 20,6 milhões de pessoas e a um percentual de 14,7%, subindo, entre os jovens, para 29,8 % da população (IBGE, 2021)[1].

Outro efeito da crise sanitária é a crescente insegurança alimentar, situação em que se encontra significativa parcela da população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 10,3 milhões de pessoas viviam, nessa época, em domicílios em que houve privação severa de alimentos ao menos em alguns momentos. Dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar, atingindo 84,9 milhões de pessoas em 2017-2018. Essas informações oficiais são da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2017-18).

Não há informações oficiais, em 2021, sobre a insegurança alimentar e nutricional. O IBGE enfrenta dificuldades de orçamento para realizar o seu trabalho de produzir estatísticas oficiais sobre a realidade brasileira. No entanto é praticamente certo que o Brasil deverá voltar para o mapa da fome, da *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura* (FAO), e que a fome ronda milhões de lares no Brasil. Segundo a *Action Aid*[2] do Brasil, 19 milhões de pessoas passaram fome em 2020.

Aliado a esta questão o cenário é de abandono, por parte do governo federal, de políticas públicas estruturantes que beneficiaram o combate à fome, e auxiliaram no financiamento público da agricultura familiar e da Agroecologia. Os recursos públicos para os programas exitosos de articulação da produção da agricultura familiar consumo/abastecimento das pessoas em vulnerabilidade socioeconômica nas cidades, perderam vitalidade ou foram extintos. O *Programa Nacional de Alimentação Escolar,* as *Compras Institucionais*, bem como o *Plano Nacional de Agroecologia* e *Produção Orgânica* sofreram redução drástica de recursos, sendo também extinto o programa de *Aquisição de Alimentos*.

Com a paralização das unidades escolares, em decorrência da pandemia, o Programa Nacional de Alimentação Escolar ficou praticamente inoperante e as compras governamentais de alimentos foram muito reduzidas ao longo do governo Bolsonaro. A política agrícola e agrária foi dirigida essencialmente para a agricultura patronal e focada no agronegócio exportador de *commodities.*

Resumidamente, na esfera federal os programas de compras governamentais que abriram novas oportunidades de aproximação entre produtores e consumidores nos governos Lula e Dilma perderam sua vitalidade. Essas medidas governamentais afetam diretamente as estratégias de abastecimento de alimentos agroecológicos, principalmente para a população de menor renda.

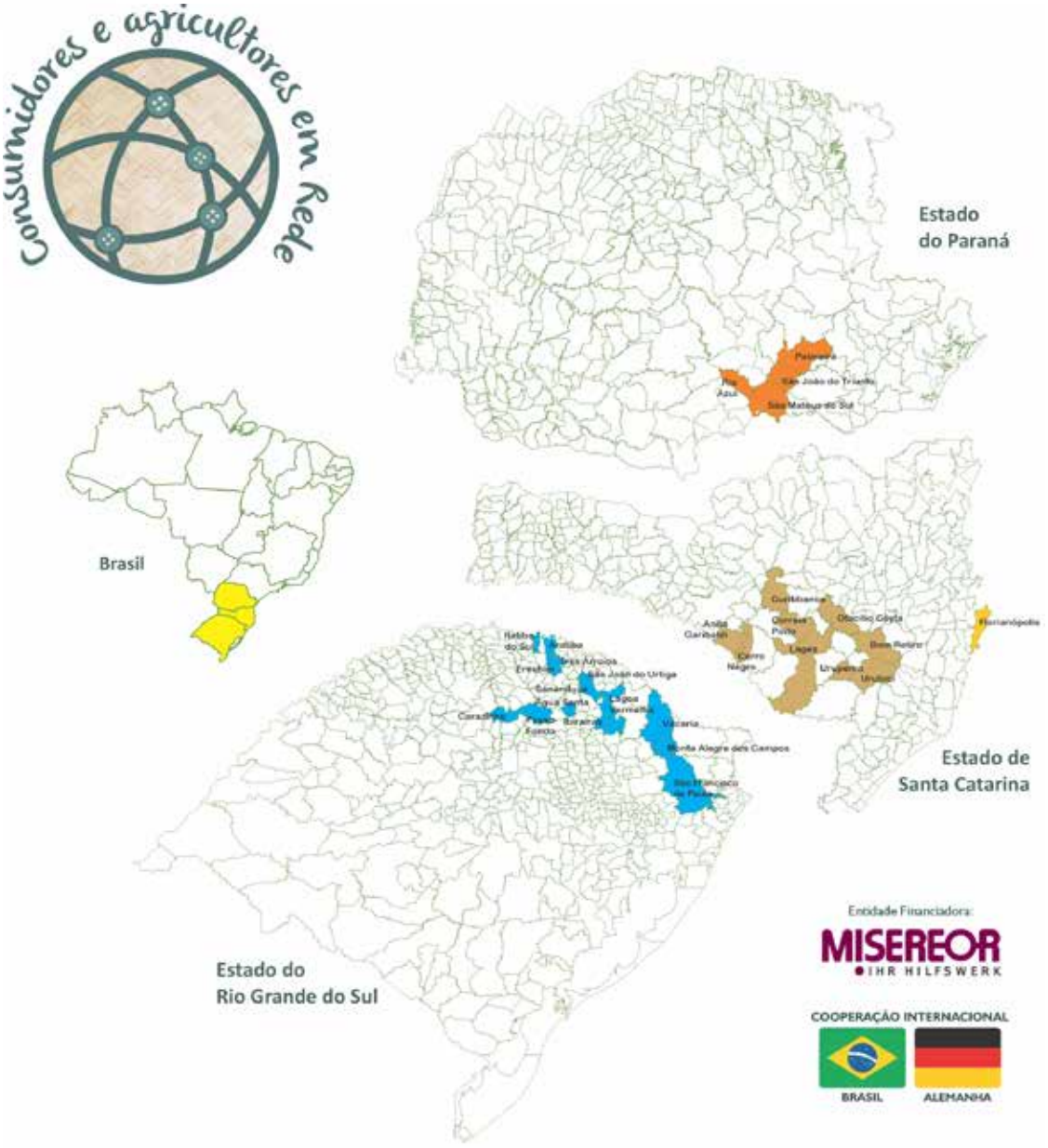
1 - https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave)

2 - https://combateafome.org.br/)

MAPA DE ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS

233.950.1027, 233.950.1033 E 233.950.1034.

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2016 A 2021.



Entidade Financiadora:

MISEREOR
IHR HILFSWERK

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

BRASIL ALEMANHA

Estado do Rio Grande do Sul
Entidade: CETAP
Sananduva, Ibiraiaras, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, Água Santa, Aratiba, Três Arroios, Vacaria, Itatiba do Sul, São João da Urtiga, Monte Alegre dos Campos, Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula

Estado do Paraná
Entidade: AS-PTA
Palmeira, Rio Azul, São João do Triunfo e São Mateus do Sul

Estado de Santa Catarina
Entidade: CEPAGRO
Florianópolis

Estado de Santa Catarina
Entidade: CENTRO VIANEI
Anita Garibaldi, Bom Retiro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Urubici, Urupema, Lages, Curitibanos e Cerro Negro

Entidades Executoras:

CEPAGRO · AS-PTA · CETAP

INTRODUÇÃO

Os três Projetos executados segundo a avaliação externa, guardam estreita relação entre si e continuidade nos objetivos promovendo processos organizativos de médio e longo prazo. No primeiro Projeto acentuava-se a promoção e articulação de dinâmicas locais e regionais de produção, processamento e abastecimento agroecológico de alimentos. No segundo, foi frisada a articulação das organizações sociais em torno da produção e consumo de alimentos agroecológicos. E no terceiro Projeto enfatizou-se o melhoramento do contexto sociopolítico para avançar na soberania alimentar e no abastecimento da população.

Historicamente, o Centro Vianei, o CETAP e o CEPAGRO contaram, de forma individual, com o apoio da *Misereor,* sendo a AS-PTA uma parceira mais recente nessa trajetória. No contexto de redimensionamento de prioridades por parte de agências de cooperação internacional em relação à região Sul do Brasil, a *Misereor* incentivou movimentos, organizações sociais e entidades de assessoria a revisarem suas estratégias de organização e atuação, passando a atuar de forma mais articulada em Redes. Assim nasceu a articulação entre Vianei, Cepagro, Cetap e AS-PTA, com o horizonte de intensificar a relação entre iniciativas rurais e urbanas na perspectiva da promoção da SSAN.

Essa promoção tem estimulado a convergência de ações das organizações na região Sul, ao longo dos anos, desde a expertise de cada uma, tanto na incidência política como na promoção, manutenção

e valorização da sociobiodiversidade, com vistas à promoção de um sistema agroalimentar mais justo e sustentável, baseado nos princípios da Agroecologia. Tal fato é de grande importância, pois, no escopo mais amplo, as Organizações Executoras alinham-se com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com as proposições da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura(FAO), e com os objetivos da própria *Misereor.*

A superação da pobreza e da fome no mundo e na região Sul do Brasil passa pelo empoderamento e organização de produtores, consumidores e gestões públicas em torno de ações de SSAN, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, com equidade social e vida saudável. Ao longo do tempo, a *Misereor* fomentou eventos com entidades, articulações e Redes que dessem suporte teórico e prático para as ações de construção social dos mercados.

Seminários sobre Construção Social dos Mercados: interação entre as Entidades Executoras do Projeto com a Misereor.

12 a 14 de maio de 2016

Mercados e produtos locais, consumo local, valorização de produtos locais.

Objetivo

Fortalecer a autogestão e contato produtor/ consumidor.

Rio de Janeiro/RJ.

17 a 20 de maio de 2017

Construção Social de Mercados.

Objetivo

Aprofundar o debate sobre as concepções e práticas da construção social de mercados, na perspectiva da Agroecologia e da promoção da SSAN.

Torres/RS.

31 de maio a 03 de junho de 2018

Seminário: Construção social dos mercados no IV Encontro Nacional de Agroecologia.

Objetivo

Promover a construção e o controle social de novos circuitos de comercialização de seus produtos, o acesso aos já existentes, e a independência das grandes redes de distribuição.

Belo Horizonte/MG.

27 e 28 de maio de 2019

Seminário Internacional Alimentos Agroecológicos e Redes de Produção-Consumo.

Objetivo

Compreender e fortalecer redes de produção-consumo de alimentos agroecológicos.

Florianópolis/SC.

Por ocasião da concepção e execução dos Projetos, as organizações executoras localizaram alguns desafios: **a)** valorizar a agrobiodiversidade, a produção e o consumo de alimentos locais e regionais; **b)** fortalecer a inserção em espaços de participação social e incidência política, como conselhos de políticas públicas; **c)** potencializar e estreitar laços entre produtores e consumidores, individuais e grupos e instituições, com perspectivas de ampliar a participação de organizações em progra-

mas institucionais de produção e abastecimento de alimentos saudáveis; **d)** integrar e fortalecer espaços, redes, fóruns e articulações que promovam ações de produção, abastecimento e consumo de alimentos que fortaleçam identidades de produtores e consumidores em torno de sistemas agroalimentares mais sustentáveis e justos.

Os desafios e reflexões das organizações convergiram em questões que estão na base dos projetos: Qual o potencial transformador de um consumo consciente e responsável? Quais as consequências de um trabalho mais sistemático com o público consumidor? Como potencializar a energia da juventude nas questões de produção e consumo alimentar? Qual a importância das organizações sociais, dos coletivos e dos espaços de incidência política na construção de sistemas agroalimentares mais justos, sustentáveis e pautados nos princípios da Agroecologia?

Os desafios e questões reforçam a importância de as organizações desenvolverem iniciativas rurais e urbanas que incidam, de modo conjunto, na construção de sistemas agroalimentares agroecológicos, com produtores e consumidores interagindo sinergicamente em torno de objetivos comuns, visando à melhoria da qualidade de vida de todos, e também contribuindo para a sustentabilidade do Planeta.

Os resultados das ações dos três Projetos têm sua relevância confirmada segundo o Relatório da Avaliação Externa, com destaque para: o amplo reconhecimento das organizações executoras pelo seu trabalho com agroecologia e SSAN; foco na articulação entre agricultores familiares agroecologistas e consumidores, proporcionando alimentação saudável; viabilização de agricultores e seus empreendimentos econômicos e de consumidores de alimentos agroecológicos; mudança de hábitos alimentares de consumidores, resultante dessa nova relação, que aponta para novas formas de organização do sistema agroalimentar e contribui para a SSAN; fortalecimento das organizações sociais e econômicas e a assessoria para a incidência em políticas públicas voltadas à garantia da SSAN da população; e diversos avanços no marco legal e em políticas e programas que fortalecem a SSAN.

Ainda, segundo a avaliação externa, a eficácia, a eficiência e a sustentabilidade dos projetos apresentam graus diferenciados de realização e comprovação, com incremento do protagonismo das mulheres e da juventude nos processos de incidência política e em toda a cadeia de produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos, resultando num diferencial na qualidade de vida das famílias produtoras e consumidoras.

O quadro a seguir traz um conjunto de objetivos específicos e resultados alcançados em relação às iniciativas de abastecimento assessoradas. Demonstra um alto índice de alcance dos objetivos propostos, o que confirma a importância e eficácia da construção social dos mercados na vida de consumidores e de agricultores familiares e suas organizações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS E RESULTADOS ALCANÇADOS EM INICIATIVAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR, ASSESSORADAS PELOS PROJETOS DE 2016 A 2021

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
1. Mapear e promover dinâmicas locais e regionais de abastecimento agroecológico	– 77,7 toneladas de alimentos comercializados entre várias iniciativas, como feiras, grupos de compras coletivas e cestas agroecológicas. – 07 organizações fomentadas. – Grupo Amigo dos Produtores, de Ibiraiaras: 5,2 toneladas de alimentos agroecológico/ano; 01 família de agricultores e 75 consumidores. – Grupo de Consumidores de Lagoa Vermelha: 06 toneladas de alimentos por ano; 01 família de agricultores e 200 consumidores. – *Delivery* de alimentos agroecológicos da Cooperativa Regional de Agricultores Agroecologistas (COONALTER) de Passo Fundo: 06 toneladas/ano; 05 famílias de agricultores e cerca de 60 consumidores. – Identificação de organizações de base que já comercializavam (APEP, em Palmeira (PR) e COFAECO, em São Mateus do Sul); feiras agroecológicas e entrega de sacolas (APEP); entrega aos Programas institucionais; 08 organizações se abastecem de alimentos agroecológicos. – Feira do Campeche, com 200 famílias e venda de 500 quilos por semana. – Feira localizada na Escola Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com 100 famílias e vendas de 200 quilos a cada 15 dias.
2. Promover a integração das diferentes estratégias de abastecimento agroecológico locais e regionais	– 05 organizações de consumidores, com aproximadamente 300 consumidores. – 05 feiras ecológicas em Passo Fundo/RS, com cerca de 1.000 consumidores – Feira ecológica em Sananduva/RS, com cerca de 300 consumidores. – Feira ecológica em Marau/ RS com cerca de 50 consumidores. – Restaurante *Utopia* e *Feira Pé na Terra.* Cerca de 150 consumidores (Sananduva/RS). – Adequação das feiras ecológicas para comercialização durante a pandemia – Feira agroecológica em Palmeira e São Mateus do Sul. – Intercâmbio entre consumidores e agricultores. – Banquetaço, em espaço público junto à feira agroecológica, com espaços temáticos de degustação, certificação, agrotóxico e transgênicos. – Seminários com temas ligados à SAN nas feiras de sementes. – Visita de intercâmbio da Horta comunitária do Pacuca à do Campeche. – Visita de intercâmbio do Centro de Saúde do Ribeirão à Horta comunitária do Pacuca, com 40 participantes. – Visita de intercâmbio de 13 consumidores da feira do Campeche ao produtor Gilmar Conacco, em Leoberto Leal/ SC. – Intercâmbio de 15 participantes do Centro de Saúde com o Jardim Botânico de Florianópolis/SC, sobre Compostagem – Intercâmbio do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Saco dos Limões/SC, à Horta Comunitária do Pacuca com 20 participantes. – Participação em três atividades da Rede de Engenhos de Farinha do *Slow Food,* em Imbituba, Angelina e Garopaba/SC, com 60 participantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
3. Melhorar de forma coletiva o abastecimento alimentar por meio da interação entre agricultores e consumidores.	– Cestas Ecoserra, 304 consumidores; cestas Cooper Planalto Sul, 92 consumidores; e Cestas Urubici, 76 consumidores. Total de 472 consumidores nas três iniciativas. – Assessoria à formação de Células de Consumo Responsável, do Grupo Amanacy, de Alfredo Wagner/SC, que entrega alimentos em Florianópolis, atualmente acompanhado pelo LACAF/UFSC. – Assessoria à organização de entrega de cestas do Grupo Campina Verde, de Correia Pinto, em Lages/SC. – Feira da Universidade Federal da Fronteira Sul/RS teve um aumento de cerca de 50 consumidores – Feira da Universidade de Passo Fundo. Aumento de cerca de 150 consumidores. – Divulgação da Feira de Marau para aumentar consumidores. – Assessoria na horta na E.E.E. Fundamental Padre Aleixo. Ibiraiaras/RS. – 02 hortas urbanas em escolas de Passo Fundo/RS: Escola Municipal de Educação Infantil Toquinho de Gente e Escola Municipal de Educação Infantil Padre Alcides – 01 horta e horto medicinal na E.E.E. Municipal Padre Jacques em Passo Fundo/RS. – Ampliação das quatro iniciativas de abastecimento dos projetos. – Feiras de sementes, com Seminários sobre temas ligados à SAN, oficinas temáticas de uso alimentar da agrobiodiversidade com aproximadamente 400 pessoas envolvidas diretamente. - Assessoria à ampliação do atendimento do PNAE em São João do Triunfo, São Mateus do Sul e Palmeira, todos no Paraná, com aumento do número de instituições públicas de ensino recebendo alimentação diretamente da agricultura familiar e orgânica. Atendimento, em São João do Triunfo, a todas as escolas municipais.
4. Construir e assessorar espaços de articulação e de parcerias que estimulem a produção e promovam o acesso a alimentos agroecológicos.	– Assessoria aos agricultores de Cerro Negro para a elaboração de 02 Projetos do PAA com doação simultânea, via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. – Hortas e horto medicinal na Estratégia de Saúde da Família (ESF), na Vila Mattos e no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS) em Florianópolis/SC. – 01 horta no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Lagoa Vermelha/RS. – Distribuídas 740 cestas de alimentos agroecológicos (12kg/família), para CRAS, Asilos e Cooperativas de Reciclagem, nos municípios de atuação do Projeto, financiadas pela Fundação Banco do Brasil – Início de trabalho no CRAS em São Joao do Triunfo/PR, onde 16 jovens participaram de oficinas temáticas sobre Agroecologia. – Fortalecimento da integração agricultores e consumidores por meio da entrega de cestas agroecológicas em Palmeira, São Joao do Triunfo e São Mateus do Sul/PR. – O grupo de agricultores da Associação Burrinho retomou a entrega de suas cestas junto aos consumidores da SIX Petrobras, com 162 cestas semanais. – Publicações em mídias locais e regionais, como no *facebook Coletivo Triunfo* e *AS-PTA*. – Formação da Célula de Consumo Responsável do CRAS Capoeiras. – 03 oficinas de Agricultura Urbana e Compostagem com a implantação da horta do CRAS Capoeiras. – Revitalização da horta da Pastoral da Saúde, no CRAS Capoeiras.

Fonte: Relatório da Avaliação Externa, 2021.

Conclusões da Avaliação Externa

Entre estas conclusões destacam-se: o reconhecimento das organizações executoras pelo seu trabalho com Agroecologia e com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; o foco na articulação entre agricultores familiares agroecologistas e consumidores, com base em relações de comércio justo e sustentável de alimentos saudáveis; a viabilização de agricultores individuais e de seus empreendimentos econômicos coletivos como Cooperativas e Associações, a partir da produção e consumo de alimentos agroecológicos; e a mudança de hábitos alimentares de consumidores, resultante dessa nova relação entre produtores e consumidores, que aponta para novas formas de organização do sistema alimentar e contribui para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dessas populações.

Também entre os formadores de opinião, parceiros e apoiadores o apreço e a satisfação com os projetos realizados são altos, tanto pelo seu potencial de fortalecimento das organizações sociais e econômicas, como pela assessoria para a incidência em políticas públicas voltadas à garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população.

Ainda com base na Avaliação Externa dos projetos podem ser destacadas as recomendações no campo do abastecimento para continuidade dos trabalhos nos próximos anos:

A **Intensificar mecanismos que favoreçam a consolidação das atuais estratégias de abastecimento alimentar e ampliem sua diversificação.**

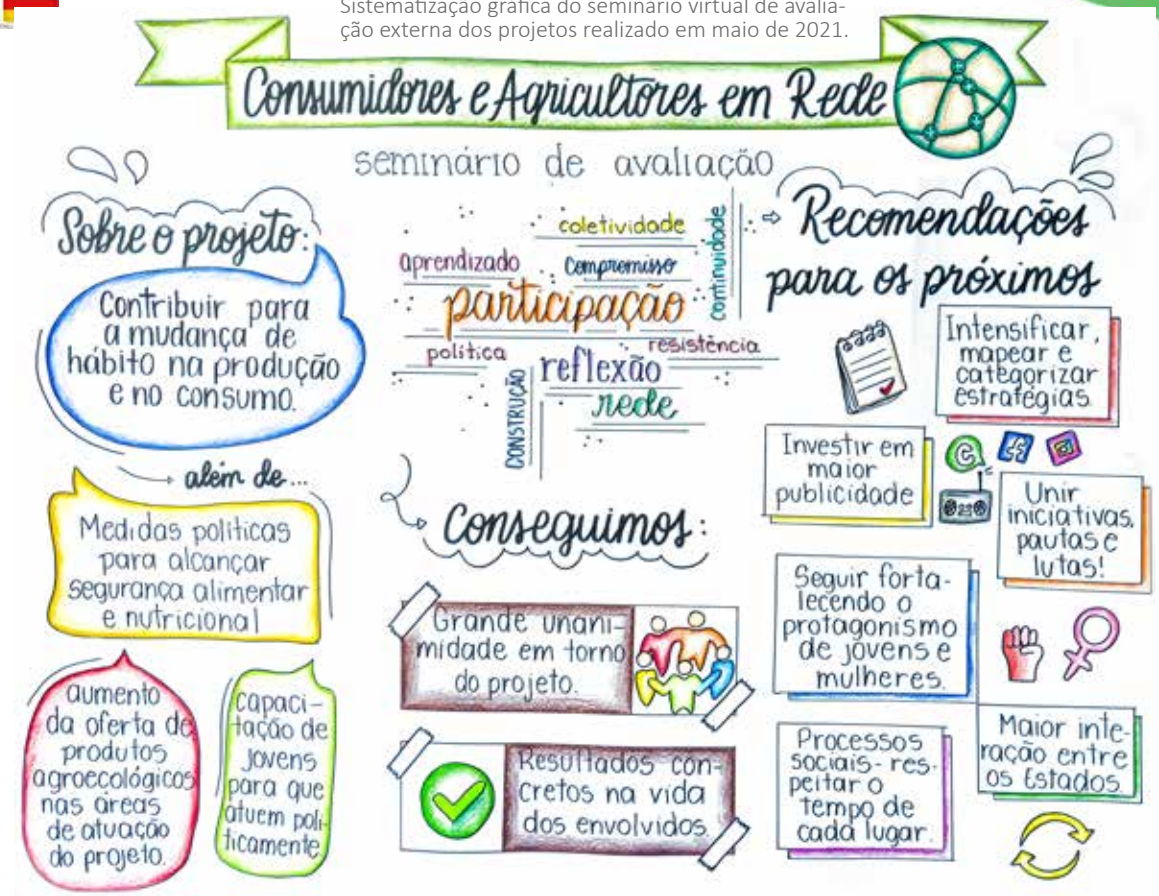
B **Mapear e categorizar as iniciativas e estratégias de abastecimento.**

C **Avançar no planejamento da cadeia de produção e comercialização, articulada com a construção social de mercados consumidores.**

D **Qualificar estratégias de comunicação e propaganda das várias iniciativas de abastecimento.**

E **Avançar na construção de metodologias de abordagem dos consumidores, em estreita articulação com as questões do abastecimento alimentar.**

F **Incentivar práticas de agricultura urbana, como estratégia de abastecimento e consumo alimentar.**



Sistematização gráfica do seminário virtual de avaliação externa dos projetos realizado em maio de 2021.

Estudos de caso – Metodologia utilizada

As Entidades Executoras elencaram oito organizações/processos em curso que constroem socialmente os mercados de alimentos agroecológicos no Sul do Brasil. Os trabalhos de abastecimento promovidos por elas foram sistematizados a partir de "Estudos de Caso", um Método de Pesquisa que utiliza dados qualitativos e quantitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto.

A pesquisa de estudos de caso é uma das várias maneiras de realizar uma pesquisa nas Ciências Sociais (YIN, 2015). Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em diversas situações, como no conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos, sendo utilizado em diversas áreas, como Psicologia, Sociologia, Antropologia e outras. A pesquisa de Estudo de Caso surge como metodologia para entender fenômenos sociais complexos, permitindo que os investigadores foquem em um "caso" e retenham uma perspectiva ampla do fenômeno estudado.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: entrevistas semiestruturadas, observação participante, pesquisa em bancos de dados, que produziram informações qualitativas e quantitativas que subsidiaram as sistematizações dos trabalhos de abastecimento agroecológico de alimento.

Estudo de caso I

A Contribuição da Cooperativa Ecológica Ecoserra na Construção Social dos Mercados em Santa Catarina

Natal João Magnanti
natalmagnanti@gmail.com

Breve histórico da ECOSERRA

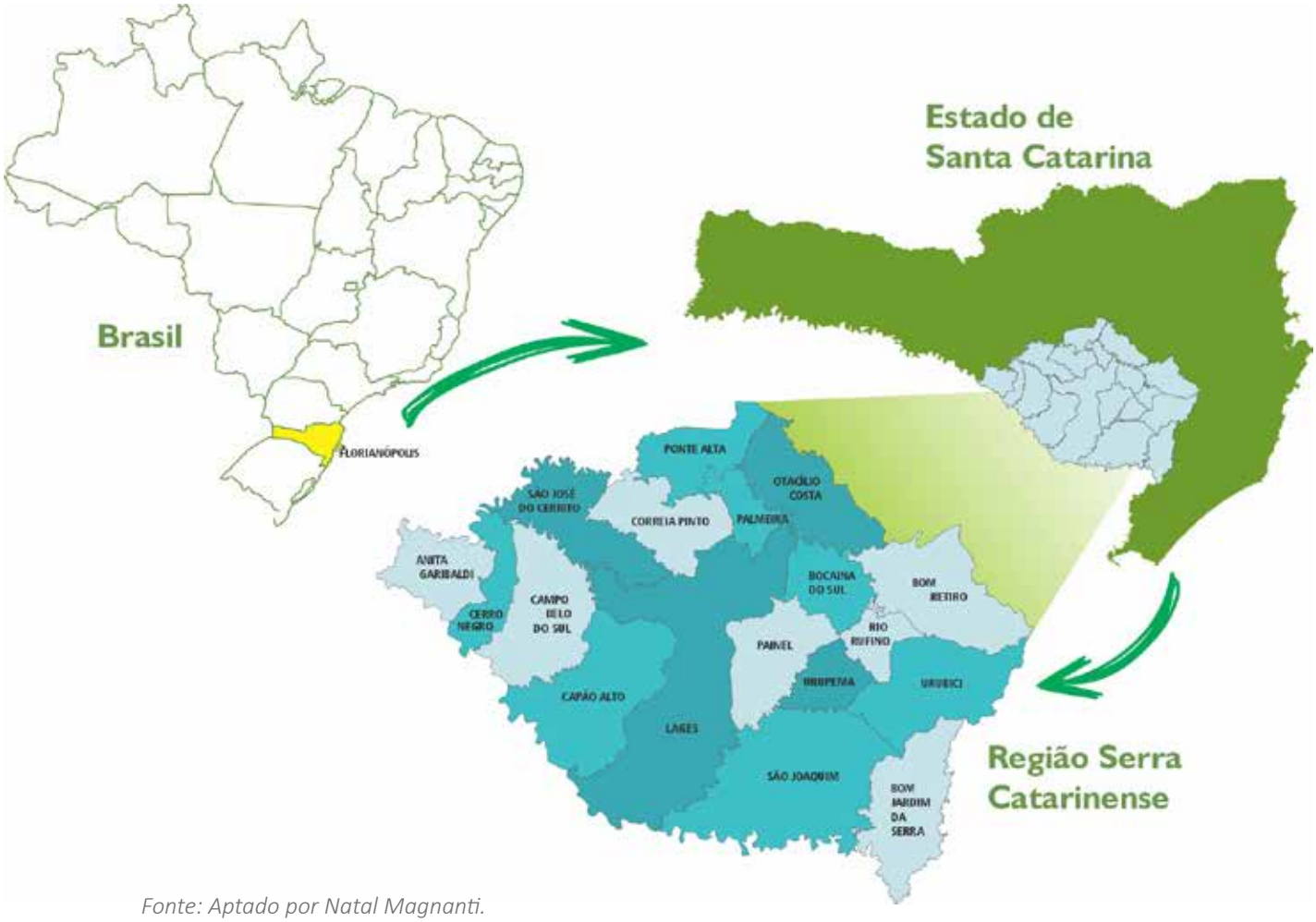
A Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana (Ecoserra), está sediada em Lages, Santa Catarina. Foi fundada em 1999, por grupos e associações de agricultores familiares, consumidores e artesãos da região da Serra Catarinense. Os agricultores e consumidores fundadores estavam articulados por intermédio da feira regional agroecológica, sediada na Associação de Moradores do Bairro Coral, em Lages. Em meados dos anos 1990 eles sentiram a necessidade de constituir uma cooperativa regional que permitisse o abastecimento regular dos consumidores e escoasse a produção dos agricultores familiares.

Depois de um longo processo de discussão, intercâmbios e capacitação com agricultores e consumidores de diversos municípios da Serra Catarinense a Cooperativa foi fundada no final de 1999.

A criação desta Cooperativa ocorreu durante um Seminário regional que foi realizado na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, no Bairro Coral. Inicialmente ela foi constituída com o intuito de fornecer insumos orgânicos e articular a comercialização para a crescente oferta de alimentos agroecológicos, produzidos pela agricultura familiar da região.

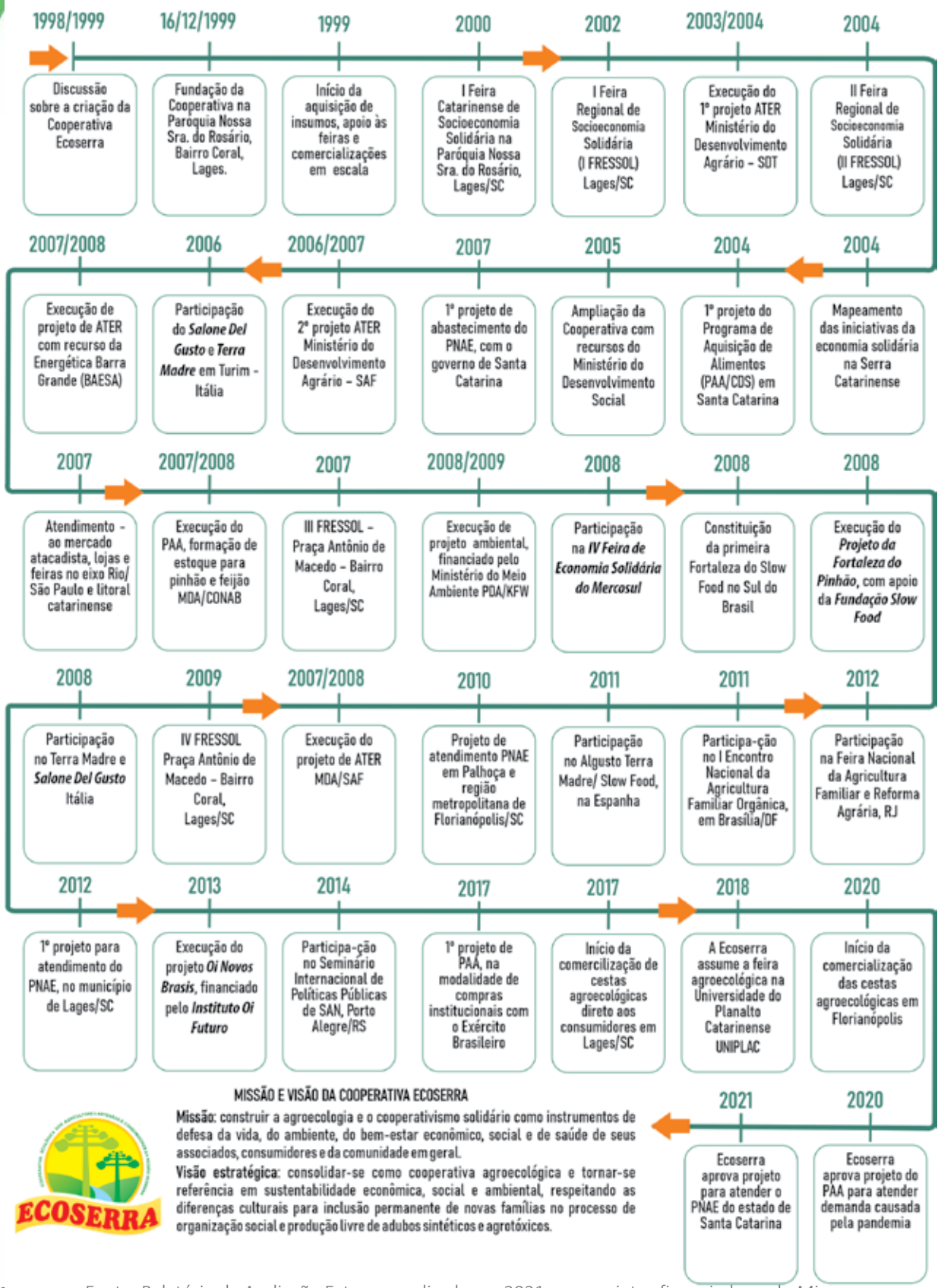
Essas unidades familiares eram assessoradas pelo Centro Vianei e pela Associação de Desenvolvimento e Incentivo da Pequena Agricultura de Grupo (ADIPAGRU), de Curitibanos. Logo em seguida, Vianei, Adipagru, Ecoserra e dezenas de grupos e associações municipais constituíram o *Núcleo Planalto Serrano da Rede Ecovida de Agroecologia.*

Figura 1. Mapa do Brasil, estado de Santa Catarina, com destaque para a região Serra Catarinense



Fonte: Aptado por Natal Magnanti.

Figura 2. LINHA DO TEMPO – COOPERATIVA ECOSERRA – LAGES/SC



Fonte: Relatório da Avaliação Externa, realizada em 2021, nos projetos financiados pela *Misereor.*

Infraestrutura e colaboradores da ECOSERRA

Atualmente a Ecoserra conta com 268 associados(as) localizados nos seguintes municípios: Campo Belo do Sul, São José do Cerrito, Celso Ramos, Anita Garibaldi, Lages, Painel, Urupema, Bocaina do Sul, São Joaquim, Alfredo Wagner, Bom Retiro, Chapadão do Lageado, Atalanta e Presidente Getúlio.

A Cooperativa mantém uma Sede em regime de comodato com a prefeitura de Lages.

A Sede tem 320 m^2 com duas câmaras frias, salas de processamento, escritório, ponto de venda de alimentos e insumos, um caminhão com capacidade para 12 toneladas, um furgão para 3,5 toneladas e duas camionetes utilitárias. Atualmente, para operar os canais de comercialização a Cooperativa conta com cinco colaboradores em regime de contratação via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Figura 03. Sede da Cooperativa Ecoserra, em Lages/SC.

Fonte: Arquivo da Ecoserra. 2021.

A Cooperativa Ecoserra comercializa um amplo portfólio de alimentos agroecológicos, com aproximadamente 132 itens, através de diferentes canais de comercialização:

a) programas governamentais de compras públicas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e programas de compras institucionais;

b) pequenas lojas, restaurantes, feiras de produtos orgânicos em Santa Catarina;

c) venda direta ao consumidor no seu próprio ponto de venda;

d) entrega de cestas de alimentos agroecológicos em domicílio;

e) integração de circuitos de comercialização da Rede Ecovida;

f) lojas e mercados em São Paulo e Curitiba.

Parcerias

O cooperativismo necessita de articulação interna e externa para manter seus princípios. Assim, o trabalho articulado em Redes locais e regionais é fundamental para a manutenção e o fortalecimento do tecido social da Cooperativa.

Ao longo dos anos a Ecoserra constituiu e interagiu com vários espaços que operam com a produção e consumo de alimentos, como: a Rede Ecovida de Agroecologia; a Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense; o Circuito de Comercialização Serra-Vale-Litoral, da Rede Ecovida; o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Lages (CONSEA); o Conselho Municipal da Alimentação Escolar (CAE) de Lages, a União das Cooperativas dos Agricultores Familiares e Economia Solidária (UNICAFES/SC); a Cooperativa Central Sabor Colonial; o Movimento *Slow Food* por meio da Fortaleza do Pinhão da Serra Catarinense; o Centro Vianei de Educação Popular; a Prefeitura de Lages; a Prefeitura de Urubici; e o Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense (CISAMA).

Parte significativa destas Instituições são parceiras de um Projeto em andamento que envolve diversas parcerias e que se destaca na área do abastecimento, contando com: Ministério da Cidadania, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), Prefeitura de Lages, *Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional* (CONSEA/SC) e Centro Vianei. O principal objetivo é modernizar a infraestrutura das instituições que operam como Centrais de Distribuição do PAA e PNAE, em Santa Catarina.

Canais de abastecimento alimentar

A Cooperativa, ao longo de sua trajetória histórica, operou e continua operando com diferentes canais de comercialização. Somente por um curto período a Cooperativa elegeu como prioritária a comercialização em circuitos longos, especialmente no eixo Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. A experiência não foi bem sucedida devido a diferentes fatores, entre os quais: **a)** falta de refrigeração do transporte, o que ocasionou perdas significativas de produtos; **b)** falta de capital de giro; **c)** dificuldade de pagamento por parte dos compradores; **d)** falta de expertise em operar com mercados distantes, além de outros fatores. Nos demais anos de sua existência a Cooperativa se manteve focada nos circuitos curtos de comercialização, valorizando os mercados de proximidade e voltada, socialmente, para a construção desses mercados, particularmente na Serra Catarinense, Vale do Itajaí e litoral de Santa Catarina.

Mercados de Compras Governamentais

As compras Governamentais dividem-se em três categorias:

A) **Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA/CDS)**

B) **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

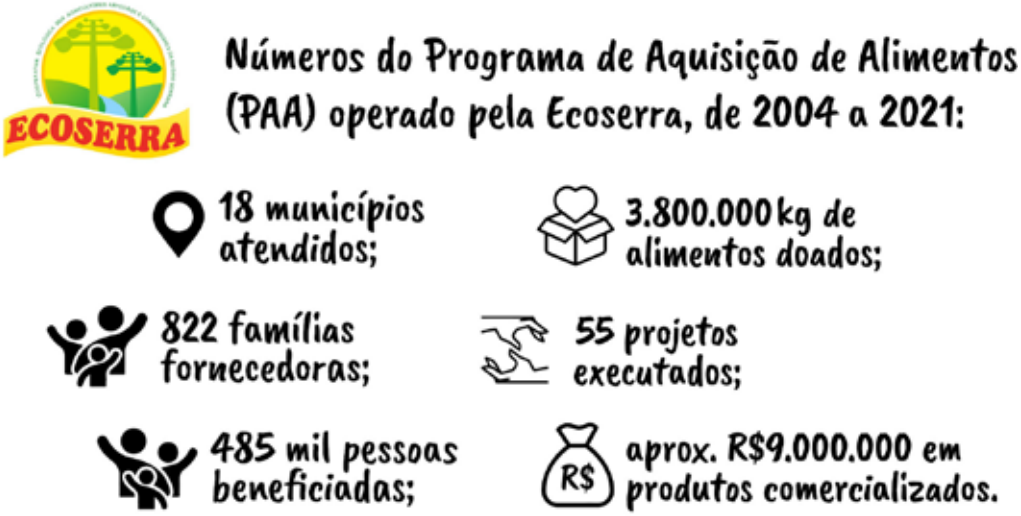
C) **Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Compras Institucionais (PAA/CI)**

Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA/CDS)

O abastecimento com alimentos agroecológicos em programas de compras governamentais pela Ecoserra teve inicio em 2004, com o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A cooperativa operou um dos primeiros projetos de PAA em Santa Catarina, abrindo um amplo e frutífero processo de abastecimento para a população em insegurança alimentar em Santa Catarina.

Figura 04.



Fonte: Arquivo da Ecoserra, 2021. Organizado por Fernanda do Canto.

QR CODE: Vídeo do **Programa de Aquisição de Alimentos** (PAA) operado pela Ecoserra. Assista.

https://www.youtube.com/watch?v=kvSzcq7--xKY&t=1641s

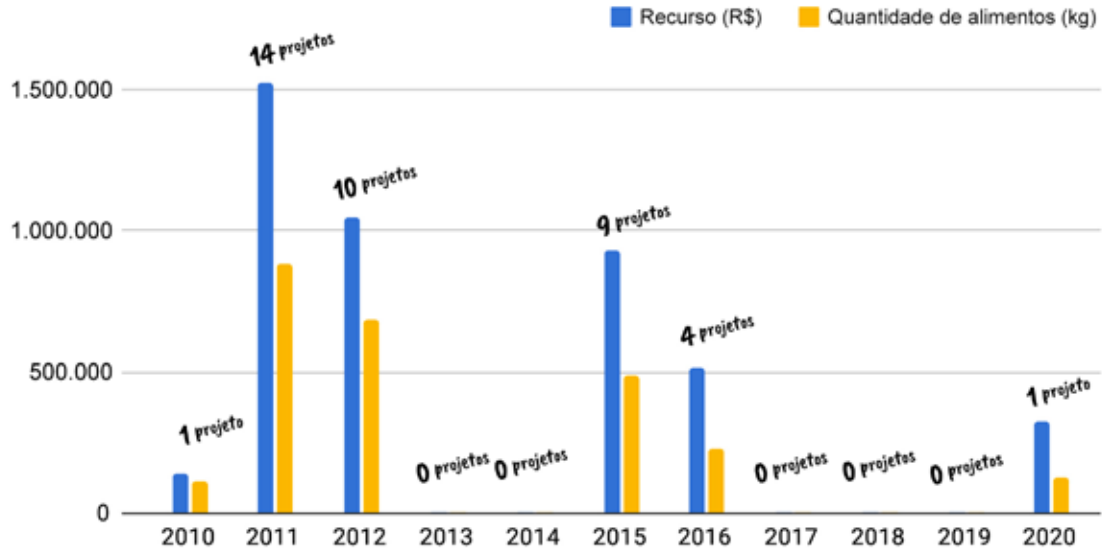
Apesar dos “solavancos” pelos quais o PAA passou e vem passando ao longo dos anos, com exceção de 2018 e 2019, em todos os demais períodos a Ecoserra operou projetos com a Companhia Nacional de Abastecimento em Santa Catarina (CONAB). Na figura 04, uma síntese dos projetos operados desde 2004 até 2021. Neste período a Cooperativa doou aproximadamente 3.800.000 kg de alimentos para dezenas de Instituições de Assistência Social, de 18 municípios do estado catarinense.

Dessa forma a Cooperativa explicita seu caráter de organização socioeconômica preocupada com o fornecimento de alimentos agroecológicos para as populações que convivem com o risco contínuo da insegurança alimentar e nutricional.

A Cooperativa faz parte do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Lages desde 2007, atuando em prol do abastecimento da população local. Ao longo de sua trajetória a Ecoserra, articulada com instituições governamentais locais e federais, incubou e gestou uma Central de Distribuição do PAA e do PNAE, em Lages.

Para tanto, houve investimentos em infraestrutura, por parte dos extintos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Social (MDS) durante os governos de Lula e Dilma, em articulação com o CISAMA e com as prefeituras de Lages e Urubici. Na figura 05 há informações sobre o montante de recursos e a quantidade de alimentos fornecidos às Entidades Assistenciais por meio do PAA, enfocando a queda abrupta dos Projetos em determinada época, em função do corte de verbas e à paralisação causada pela mudança de rumos na política de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Federal. Para ser operacionalizado cada Projeto levava, em média, cerca de dois anos entre a contratação e a conclusão.

Figura 05. Projetos do PAA, executados pela Cooperativa Ecossera, entre 2010 e 2020.



Fonte: Transparência Pública do PAA

Figura elaborada por Fernanda do Canto

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A Ecoserra possui um longo histórico de fornecimento de alimentos ao PNAE em Santa Catarina, especialmente em diversos municípios da Serra Catarinense. Além disso, a Ecoserra foi pioneira no fornecimento para a alimentação escolar para o estado de Santa Catarina, atuando nesse setor mesmo antes do advento da Lei 11.947, que obriga a aquisição da agricultura familiar. Desta forma, em 2007 a Cooperativa forneceu para o estado alimentos para abastecer unidades escolares na regional do município de São Joaquim, através do *Prodene Orgânico.* Prodene foi um Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar cujo objetivo, na época, era elevar a qualidade nutricional dos cardápios servidos aos alunos da Educação Básica, proporcionando um aporte adequado de vitaminas e minerais por meio de uma alimentação equilibrada, visando promover a saúde dos escolares.

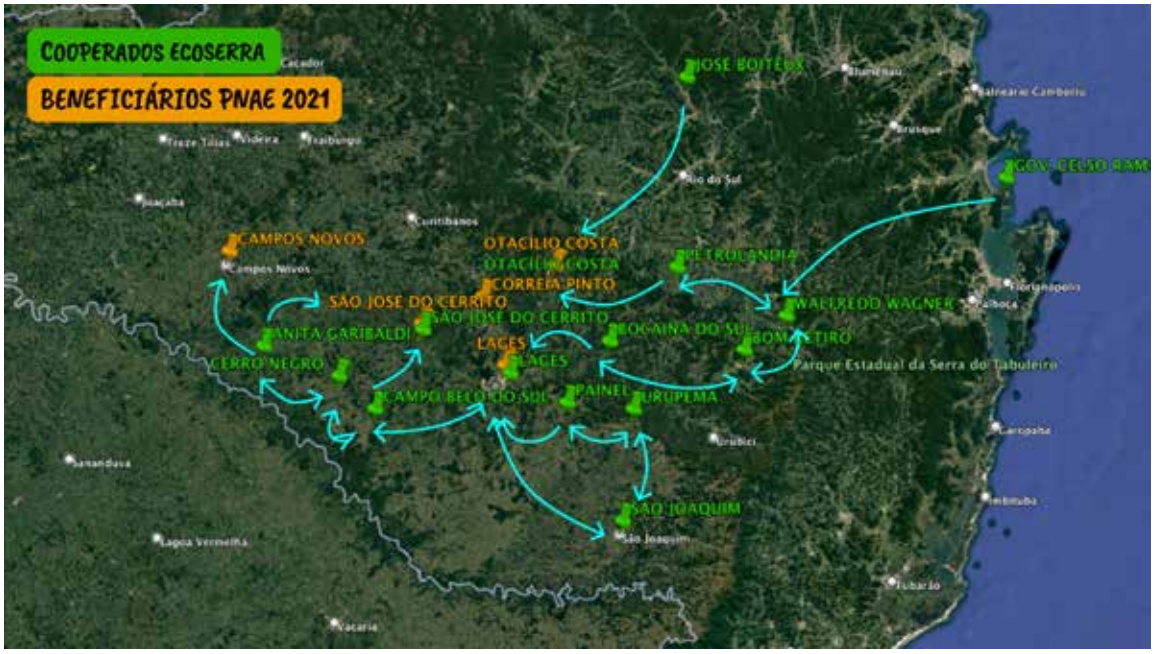
Além de fornecer para o *Prodene Orgânico,* a *Ecoserra,* no ano de 2009, forneceu para o PNAE dos municípios de São José e de Palhoça, na região metropolitana de Florianópolis. Na sequência a Cooperativa atendeu os municípios de Lages, Ibirama, Florianópolis, Bombinhas, Balneário Camboriú, Otacílio Costa, Anita Garibaldi e Itapema fornecendo dezenas de tipos de alimentos para o PNAE destes municípios.

Em 2019 a Cooperativa entregou, para a Secretaria Municipal de Educação de Lages um total de 90.500 quilos de alimentos, oriundos de 68 unidades produtivas. Foram fornecidos os seguintes produtos: abobrinha verde, alface lisa, banana branca e caturra, batata inglesa, bergamota, beterraba, brócolis, caqui, cebola branca, cenoura fresca, chuchu, couve, feijão preto e vermelho, laranja pera, maçã fuji e gala, mandioca crua congelada, pinhão debulhado, repolho verde e roxo, cheiro verde e tomate.

Além de fornecer alimentos a Cooperativa integra o Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Lages desde 2017 firmando assim o seu compromisso de atender demandas sociais da população e de interagir com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Em 2020 a Cooperativa venceu cinco novas chamadas públicas para entrega na alimentação escolar de Lages, Correia Pinto, São José do Cerrito, Campos Novos e Otacílio Costa. Nesse ano a Ecoserra entregou os seguintes alimentos: suco de uva, aipim, banana, laranja, maçã, feijão preto, melancia, alface, tempero verde, abóbora, beterraba, cenoura, repolho, bergamota ponkan e pinhão, totalizando 15 itens.

Essa diversidade reafirma o foco da Entidade em promover a agrobiodiversidade da agricultura familiar. Sintetizan-

Figura 06. Mapa contendo a localização dos cooperados da Ecoserra e os municípios beneficiários do PNAE.



Fonte: Arquivo da Ecoserra, 2021 e mapa elaborado por Fernanda do Canto.

do, em 2020 foram aproximadamente 280.000 kg de alimentos que perfizeram R$ 820.000,00 em abastecimento do PNAE. Em 2021 o abastecimento da alimentação escolar ficou extremamente prejudicado com a paralisação das aulas presenciais devido à pandemia e à baixíssima execução do programa pelos municípios. Na figura 06 são destacados os municípios onde há cooperados da Ecoserra que fornecem alimentos para o PNAE nos diversos municípios onde a Cooperativa opera essa modalidade de abastecimento agroalimentar.

Programa de Aquisição de Alimentos: modalidade Compras Institucionais (PAA/CI)

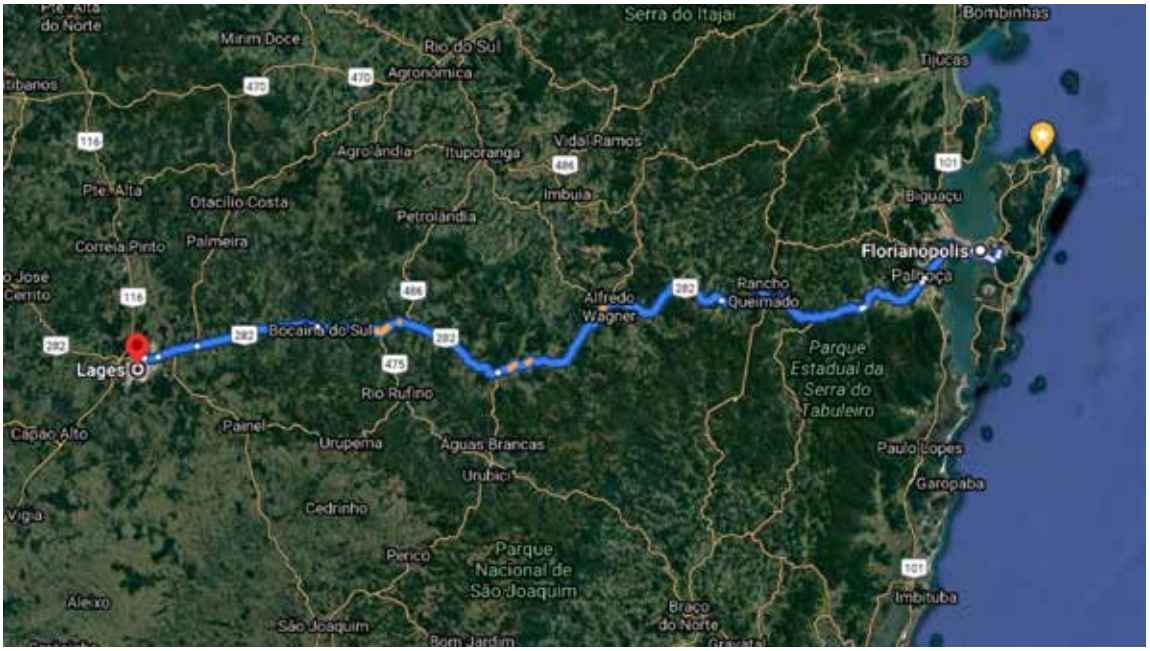
Entre 2018 e 2021 a Ecoserra venceu chamadas públicas para o PAA na modalidade de Compras Institucionais, nos municípios de Lages e Florianópolis. O abastecimento foi realizado para atender os Batalhões do Exército Brasileiro, sediados nessas cidades, com 15 diferentes alimentos, incluindo frutas e verduras.

Programa de Venda e Entrega de Cestas com Produtos Agroecológicos

Desde 2018, em decorrência da crise econômica e pela consequente diminuição drástica dos recursos para os programas sociais, em geral, e especificamente para as compras governamentais, a Ecoserra enveredou para a construção social de novos mercados.

Nesse momento é iniciado um processo de construção da modalidade de vendas de Cestas Agroecológicas. Isso aproxima vínculos com os consumidores e repercute no desempenho econômico da Cooperativa, pela rapidez do ingresso de recursos, com cestas entregues atualmente em Lages e em Florianópolis. No início, a comercialização das cestas ocorria por meio do aplicativo *WhatsApp* e, hoje, os pedidos são feitos *online,* através de um programa desenvolvido pela própria Cooperativa, e realizados diretamente pelos consumidores via *internet* *(www.cooperativaecoserra.com.br).* No mapa a seguir é apresentado o trajeto da Cooperativa para entrega de cestas em Florianópolis, percorrendo cerca de 230 km. A viabilização das entregas de cestas na capital precisa estar necessariamente articulada com outras formas de comercialização para se viabilizar. Assim as vendas para o mercado institucional, somadas com as vendas para pequenas lojas, restaurantes e hotéis, viabilizam essa forma de comercialização diretamente aos consumidores.

Figura 07. Rota utilizada pela Ecoserra para a entrega de cestas em Florianópolis.



Fonte: Arquivo da Ecoserra, 2021 e mapa elaborado por Fernanda do Canto.

Comercialização para pequenas lojas, restaurantes, feiras

Figura 08. Feira agroecológica da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC/Lages/SC.

Fonte: Arquivo da Ecoserra. 2021.

Outra modalidade promissora de comercialização introduzida foi a interação com agricultores/as, grupos, associações e cooperativas da Serra Catarinense, Vale do Itajaí e Litoral de Santa Catarina para abastecer feiras, lojas, restaurantes e outros pontos de vendas de alimentos agroecológicos.

Esta é uma prática ainda incipiente mas que vem se afirmando como eficaz na relação entre produção e consumo. Semanalmente a Cooperativa opera a Feira Agroecológica na UNIPLAC, em Lages, com uma média de 68 unidades produtivas ofertando alimentos agroecológicos e artesanais para mais de 150 consumidores que adquirem aproximadamente 500 quilos de alimentos e em torno de R$ 1.500,00 por semana.

Para atender as demandas de lojas, feiras e restaurantes, a Ecoserra se articula com diversos parceiros fornecedores de alimentos agroecológicos: Flach Alimentos Naturais Eirelli, de Bom Princípio/RS; Orgânica Alimentos, de Cotia/SP; Cooperativa Coopvida, de Sananduva/RS; Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre, Eldorado do

Sul/RS; e Agroindústria Carraro, de Monte Alegre dos Campos/RS, entre outros.

Segundo a avaliação externa a história da Cooperativa Ecoserra mostra um pouco da dinamicidade da organização da produção agroecológica e sua comercialização mediante a adoção de diversas modalidades. Elas se apresentam como alternativas de viabilização de relações de produção e consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis em meio às tendências à padronização dos sistemas agroalimentares, cada vez mais concentrados e insustentáveis em todos os sentidos.

Circuitos da Rede ECOVIDA

A Cooperativa Ecoserra começou a participar das discussões políticas sobre articulação e integração da comercialização na Rede Ecovida em 2006, participando da criação do Grupo de Trabalho (GT) de Comercialização, dessa Rede.

A partir desta articulação é criado o primeiro Circuito de Circulação e Comercialização, da Rede Ecovida, sendo que a Ecoserra operou por aproximadamente cinco anos junto ao circuito, consolidando-se como uma importante estação de oferta e demanda de alimentos. No entanto essa estratégia perdeu força interna na Cooperativa e, atualmente, outros atores socioeconômicos do Território articulam a estação deste circuito da região.

Outra estratégia de abastecimento agroalimentar com que a Cooperativa atua é o Circuito Serra-Vale-Litoral de Santa Catarina, da Rede Ecovida. Desde 2006 a Cooperativa, o Centro Vianei, o Centro de Motivações e Alternativas Rurais (CEMEAR) e o Centro de Estudos e Agricultura de Grupo (CEPAGRO) articulam essa modalidade de abastecimento.

Em 2020, com a retomada do PAA pelo Governo Federal, a Cooperativa Ecoserra obteve a aprovação de um projeto para atender os municípios de Lages, Blumenau, Florianópolis, São José, Palhoça e Cerro Negro, contribuindo para revitalizar o Circuito Serra-Vale-Litoral.

Ponto de Vendas

Figura 09. Loja na Sede da Cooperativa Ecoserra.

Arquivo: Ecoserra.

A Cooperativa mantém, desde 2016, um ponto de vendas fixo na sua Sede, em Lages. Na loja são comercializados alimentos e insumos para a produção agroecológica. O fornecimento de insumos como adubo orgânico, calcário, caldas, biofertilizantes, e sementes é fundamental para manter e ampliar a produção agroecológica dos(as) associados(as).

Anualmente, a Cooperativa comercializa, nessa loja, 22.000 kg de alimentos e 40.000 kg de insumos.

Considerações finais

Segundo a avaliação externa dos projetos a história da Ecoserra mostra a dinamicidade da organização da produção agroecológica e também, mediante a adoção de diversas modalidades, os bons resultados obtidos com a comercialização dos alimentos produzidos de forma orgânica – inclusive a interação que ocorre entre os produtores(as) e consumidores(as) durante as vendas, na(s) Comunidade(s) em que a Ecoserra atua.

Tanto a organização no momento da produção quanto os diversos modos de comercialização apresentam-se como alternativas que não só viabilizam mas também fortalecem as relações entre produtores e consumidores de alimentos saudáveis, promovendo aumento do bem-estar com a melhoria da alimentação. Assim, as atividades da Ecoserra e de todos os agricultores e agricultoras familiares têm sido exemplo de que, mesmo em meio às tendências atuais à padronização dos sistemas agroalimentares, cada vez mais concentrados, e diante das condições de sustentabilidade – cada vez piores em todos os sentidos –, com trabalho, responsabilidade, força de vontade e união é possível, sim, garantir a sustentabilidade econômica e sobreviver em um meio ecologicamente adequado.

Bibliografia consultada:

CONTI, I. L. **Relatório final de avaliação externa do Projeto** "Promoção da articulação entre o campo e a cidade em dinâmicas locais e regionais de abastecimento, conjugado com incidência política em soberania e segurança alimentar e nutricional". Termo de referência nº 01/2020. Recife, 2021. 63 p.

MAGNANTI, N. J.. **Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia.** *In* Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Vol. 05, nº 02. Rio de Janeiro. Junho, 2008.

_____ Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense: um ator protagonista para o fortalecimento da agricultura familiar. *In* Revista Agriculturas: experiência em agroecologia, v. 07, nº 1. Rio de Janeiro. Março de 2010.

MAGNANTI, N.J. ; SARTORI, S. **Sistematização do Território Serra Catarinense.** 2011. Disponível em: *<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/502/VIANEI>.*

MAGNANTI, N. J. **Compras públicas** – O caso da Cooperativa Ecosserra. *In:* Fluxos e Informações Economia Solidária: Consumo responsável e compras públicas. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: *https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/ibas>.*

PACHECO, M. E. L.; SHOTTZ, V.; OLIVEIRA, D. **Caderno Pedagógico** – Agroecologia, desenvolvimento territorial e políticas públicas. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e editora, 2014 Disponível em: *<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Caderno-Fase_ANA.pdf>.*

RODE, E. L. **Agroecologia e venda direta de alimentos orgânicos:** estudo de duas experiências de comercialização em Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso. Agronomia. UFSC, 2021. 35 p.

SANTOS, H.L. **Construção social de mercados:** o caso da Cooperativa Ecoserra. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas. 2004.

Site da Ecoserra: *www.cooperativaecoserra.com.br*

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Ed. 05. Bookman. Porto Alegre. 2015. 271p.

Estudo de caso II

Coper Planalto Sul: Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar por Meio da Cooperação

Beatriz Ribeiro Gomes/*beatrizgomes707@gmail.com*
Juliana Golin Krammes/*julianakrammes@epagri.sc.gov.br*

A Cooperativa de Agricultores Familiares de Curitibanos e Região – Coper Planalto Sul –, está localizada no município de Curitibanos, mesorregião serrana, no centro do estado de Santa Catarina, a 293 Km da capital Florianópolis (Figura 01). O município possui 949,865 km² de área territorial. A população estimada, segundo dados do IBGE em 2021, é de 40.037 habitantes (IBGE, 2020). O índice de desenvolvimento humano do município (IDHM) é de 0,721 (ADHBR, 2020).

Curitibanos passou por diversos momentos históricos que marcaram o modo de vida da população, refletindo-se nele até hoje.

A pecuária foi uma das principais atividades econômicas do município. A exploração da madeira ocorreu por muitos anos, com a retirada da mata nativa das arau-

cárias. Nesse período, diversas famílias fixaram suas residências. A principal atividade econômica concentra-se no setor madeireiro, agora alicerçado na silvicultura industrial e no monocultivo de espécies exóticas, principalmente do gênero *pinus* (ALVEZ, 2015; CARVALHO, 2014; SILVEIRA, 2005).

Atualmente, a microrregião possui como destaque a estrutura fundiária, composta por agricultores familiares com propriedades rurais que variam de 15 a 20 hectares. Das 33 comunidades rurais, três delas são reassentadas de barragem e cinco são assentamentos da reforma agrária. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), há registro de aproximadamente 500 Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP), ativas. As principais atividades agropecuárias desenvolvidas na região são cultivo de grãos (soja, milho e feijão) e a criação de gado de corte e leite. Curitibanos conta com incentivo do Governo Municipal para o cultivo de videira e de oliveira. Possui potencial competitivo nas áreas florestal e agrícola com uma grande vantagem logística devido à localização privilegiada no eixo central do estado, com fácil acesso às BRs 116, 470 e 282.

A Cooperativa de Agricultores Familiares de Curitibanos e Região (Coper Planalto Sul) foi constituída juridicamente no ano de 2012. Surgiu da união de dois grupos de agricultores do município: o Grupo Agroecológico Cerro Alegre e o Grupo das Mulheres Camponesas Unidas pelo Trabalho, ambos já com uma longa trajetória de produção agroecológica.

Figura 01. Localização geográfica: Município de Curitibanos, Santa Catarina.

Fonte: Elaborada pelas autoras. 2021.

As atividades tiveram início a partir de 2006, depois da participação em cursos de formação organizados pelo Projeto Microbacias II, idealizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Nesses cursos os agricultores receberam capacitações e identificaram na produção de hortaliças orgânicas, a qual não era realizada no município, uma oportunidade de renda e de qualidade de vida. Na sequência, foram iniciados os cultivos e os encaminhamentos para a Certificação pelo Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecovida. Os grupos integram o Núcleo Planalto Serrano da Rede.

De acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, são considerados alimentos orgânicos aqueles produzidos em um sistema produtivo, com o uso de técnicas específicas, na busca pela otimização do uso dos recursos naturais com base em princípios de respeito à integridade dos ecossistemas e considerando as questões sociais, culturais e econômicas das comunidades rurais. As unidades de produção orgânica, bem como os produtos, são certificados por organismo reconhecido oficialmente, seguindo critérios estabelecidos por legislação vigente.

Antes do advento da Agroecologia a maioria dos cooperados trabalhavam como diaristas em propriedades de outros agricultores, vendendo a sua força de trabalho. Outros integrantes da Cooperativa, que possuíam áreas de terra, trabalhavam com produção convencional. Com a criação dos grupos coletivos e a criação da Cooperativa, novos desafios foram surgindo e sendo superados pelos agricultores.

A constituição da Cooperativa foi um marco importante na consolidação da Agroecologia no município.

O objetivo da Cooperativa consiste em organizar os associados, melhorar a qualidade de seus produtos, buscar a venda em conjunto, agregar valor, promover a interação e disponibilizar alimentos saudáveis aos consumidores, e a sua missão é promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais associadas e das comunidades onde as mesmas se inserem, através da produção, industrialização e

Figura 02. Produtos produzidos pelos cooperados da Cooperativa.

Fonte: Arquivo da Coper Planalto Sul.

comercialização dos produtos produzidos. Atualmente são 52 cooperados pessoas físicas, que pertencem a 33 famílias de agricultores familiares dos municípios de Curitibanos, Frei Rogerio, Ponte Alta do Norte e São José do Cerrito.

Do total dos sócios, 15 produzem hortaliças/olerícolas e frutas, cultivados no sistema orgânico, certificados pela Rede ECOVIDA, e comercializados *in natura.*

A unidade de processamento de hortaliças minimamente processadas também possui certificação orgânica. Dentre os produtos comercializados pela Cooperativa, destacam-se as hortaliças *in natura* (Figura 02), que representam a maior quantidade produzida, seguidas do feijão e das hortaliças minimamente processadas. O segmento que está em crescimento é a comercialização de frutas de clima temperado.

A Cooperativa conta, em seu Conselho Administrativo, com duas mulheres, que atuam também no processamento das hortaliças na agroindústria, no setor administrativo e comercial. A Cooper Planalto Sul tem como objetivo a promoção do protagonismo e independência das mulheres, tanto na produção como também nas esferas de gestão e de tomada de decisões, da Entidade.

O êxodo rural é observado na prática, em nossa região. Jovens na busca por estudos ou trabalhos com carteira assinada, no meio urbano, não permanecem na propriedade rural e não retornam para ela após os estudos. Culturalmente, observa-se na região que a agricultura não é encarada como uma atividade que pode proporcionar boa qualidade de vida, o que acarreta desestímulo para a permanência dos jovens no campo. A Coper Planalto Sul, ciente desta realidade, vem trabalhando com os(as) associados(as) com a finalidade de criarem oportunidades para os jovens permanecerem no campo e na produção agropecuária.

Assim como qualquer outra atividade econômica, a produção de alimentos é uma cadeia constituída por diversos agentes, tais como: produtores, técnicos, entidades governamentais, atacado, varejo e consumidores finais. A *Figura 03* apresenta as trajetórias que os alimentos produzidos pelos associados fazem, desde o plantio até o consumo.

Parte da produção e da comercialização é realizada pelos próprios associados que levam os produtos até ao consumidor final, nas feiras e/ou com as entregas de cestas ou então por meio da Cooperativa, que comercializa produtos *in natura* e produtos minimamente processados, entregues aos consumidores por meio de programas de compras governamentais, cestas entregues diretamente aos consumidores, lojas especializadas, supermercados, feiras e mercado público.

QR CODE: Vídeo do trabalho da Coper Planalto Sul na construção social dos mercados na região de Curitibanos/SC. Assista.

https://www.youtube.com/watch?v=-3L6otHMH9E&t=8s

Figura 3. Trajetórias de comercialização dos produtos cultivados pelos associados da Coper Planalto Sul.

Fonte: Elaborada pelas autoras. 2021.

O transporte dos produtos é realizado pelos próprios produtores até um ponto de encontro, que pode ser a unidade de processamento ou a feira do produtor rural. Depois do recebimento, pesagem e conferência da qualidade dos produtos, a logística de distribuição até aos locais de entrega é realizada com transporte dos próprios associados. Atualmente são oito famílias que se organizam para distribuir os produtos, de acordo com cronograma estabelecido. Esse formato reduz, para os produtores, o custo com transporte e minimiza o impacto no meio ambiente. A despesa com transporte para os destinos finais é de responsabilidade da Cooperativa e seu valor é considerado nas despesas operacionais. Quando o volume da carga é maior, o transporte é realizado com camionete da Prefeitura local.

Esses formatos de transporte impõem limitações na qualidade dos produtos pela falta de refrigeração e pela acomodação inadequada, impedindo, por conseguinte, a expansão das entregas, e, consequentemente, diminuindo as vendas e a renda. No entanto, quando o destino da comercialização é o estado do Paraná e/ou São Paulo, o transporte dos alimentos é terceirizado e já ocorre com refrigeração.

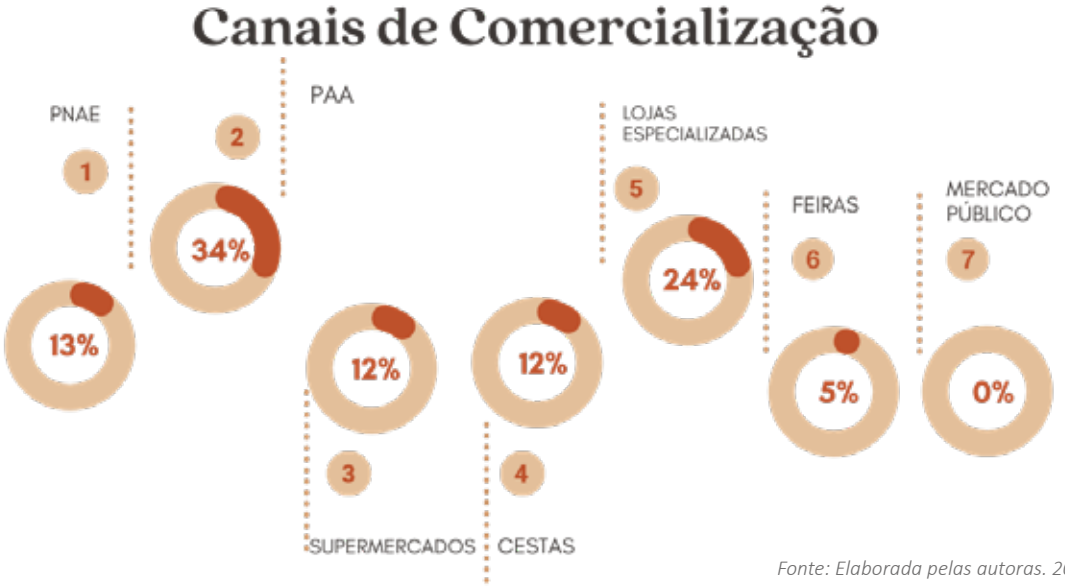
Canais de Comercialização

A procura por produtos orgânicos é um mercado em crescente expansão e com inúmeras oportunidades para os agricultores familiares, no entanto é necessário ampliar e qualificar a logística de transporte. A Cooperativa será beneficiária de um projeto oriundo de uma emenda parlamentar no valor de R$ 250.000,00. Com esse recurso será possível adquirir um caminhão com sistema de refrigeração, possibilitando melhorar a qualidade do transporte e reduzir custo de manutenção e combustível dos automóveis dos associados. Além disso, será possível centralizar a mão de obra responsável por organizar, coletar e entregar os produtos e ainda aumentar a delimitação geográfica de atuação.

Cada canal de comercialização utilizado é importante para a Cooperativa e associados. De acordo com a gestão administrativa da Cooperativa, no período de janeiro a outubro de 2021 o Programa de Aquisição de Alimentos e as vendas em lojas especializadas em São Paulo foram os principais canais de comercialização.

A comercialização por meio do PAA foi responsável por 34% enquanto as vendas para São Paulo foram responsáveis por 24% do faturamento da Cooperativa. A comercialização para São Paulo é realizada por intermédio do Circuito de Circulação e Comercialização da Rede Ecovida, por meio da estação localizada em São José do Cerrito, seguida da venda realizada no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos supermercados e cestas de produtos entregues direto aos consumidores (*Figura 04*).

Figura 04. Representação dos canais de comercialização no faturamento da Cooperativa Coper Planalto Sul.



Fonte: Elaborada pelas autoras. 2021.

A comercialização dos produtos da cooperativa no PNAE ocorre, no município de Curitibanos, desde o ano de 2009, e, inicialmente, envolveu cinco famílias de agricultores. Atualmente, 15 famílias fornecem produtos orgânicos para o Programa, no município. A Prefeitura lançou, em 2020, a primeira chamada pública da Agricultura Familiar, específica para aquisição de produtos orgânicos (Figura 05). As entregas nos Centros de Educação Infantis e Núcleos Municipais também ocorrem, desde 2020, no município de São Cristóvão do Sul, que, igualmente, destina parte do recurso para a compra de alimentos orgânicos.

Nos últimos dois anos, devido à pandemia, as entregas destinadas para a alimentação escolar tiveram uma grande redução. Mas a participação da Cooperativa no PNAE representa uma das principais fontes de comercialização e consequente renda para os(as) associados(as). A entrega de alimentos orgânicos para a alimentação escolar é de muita responsabilidade, pois contribui na qualidade do cardápio que visa alimentar crianças e jovens com dieta equilibrada e nutritiva.

Figura 05. Alunos da Rede Municipal de Educação do município de Curitibanos consumindo produtos oriundos da Agricultura Familiar.

Foto: Claudia Granemann/Prefeitura Municipal de Curitibanos.

A comercialização no PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), também consiste em uma importante fonte de renda dos cooperados, o que demonstra a importância do recurso para as famílias, mas, ao mesmo tempo, certa dependência comercial da Cooperativa nos mercados de compras governamentais.

No caso do PAA, os alimentos fornecidos para a Entidade recebedora foram: hortaliças, frutas, feijão orgânico, pinhão, pães e bolachas caseiras. Os panificados foram entregues por três agricultoras associadas que possuem agroindústrias para o processamento de acordo com a legislação vigente. A Entidade recebedora dos Projetos executados em 2019 e 2021 foi a União das Associações de Bairros de Curitibanos que destinou os produtos a famílias em insegurança alimentar e nutricional. Importante salientar que o transporte dos alimentos é realizado pela Prefeitura local, por meio da Secretaria de Agricultura.

Os projetos do PAA são de grande importância econômica e social para todos os agentes envolvidos. Durante o período da pandemia a sua relevância ficou evidenciada. A União das Associações de Bairros

atendeu 80 famílias, com entregas quinzenais, em um período e de sete meses para cada Projeto executado. Os sócios da Cooperativa foram os responsáveis pela montagem de cestas, como registrado na Figura 06. As cestas chegaram prontas à Entidade, apenas para serem distribuídas às famílias, de forma que garantisse menor aglomeração. A câmara de vereadores de Curitibanos conferiu à Cooperativa a "Moção de Congratulações nº 0006", de 13 de abril de 2020, pelos serviços prestados em favor da comunidade curitibanense menos favorecida. Em 2020 os alimentos foram destinados ao Banco de Alimentos do município de Lages, que destinou os produtos a pessoas em situação de vulnerabilidade e a Entidades filantrópicas. Os três Projetos totalizaram aproximadamente 85,5 toneladas.

As hortaliças minimamente processadas, orgânicas, prontas para o consumo, que se destacam pela sua praticidade, são industrializadas na unidade de processamento da Cooperativa (Figura 07). O projeto recebeu investimento do Governo do Estado de Santa Catarina, no valor de R$ 231.609,72, aplicados através da Epagri, por meio do *Programa SC RURAL,* o qual subsidiou 50% do valor. Os outros 50% foram financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), pagos em cinco parcelas anuais, sem juros. A última parcela foi quitada no ano de 2020.

A agroindústria está localizada na comunidade de Cerro Alegre, em Curitibanos. Atualmente os produtos da agroindústria são: a couve picada, o tempero picado, o

Figura. 06. Sócios da Coper Planalto Sul na montagem das cestas destinadas ao projeto PAA.

Fonte: Arquivo da Cooper Planalto Sul, 2021.

Figura 07. Hortaliças minimamente processadas, na unidade de processamento da Cooperativa

Fonte: Arquivo da Cooper Planalto Sul, 2021.

kit yakissoba, mix de folhas, aipim congelado, *kit* sopinha, cabotiá picada, repolho picado e brócolis ramoso embalado. Diante do potencial de produção e do aumento na demanda por esses produtos, a unidade procura aprimorar o planejamento estratégico com foco na agregação de valor, e consequente aumento da renda dos produtores, visando atingir novos mercados. Hoje, essa venda está restrita ao município de Curitibanos, em dois supermercados, e também, diretamente aos consumidores finais, nas feiras e nas entregas de cestas.

A venda de cestas diretamente ao consumidor é uma das modalidades de comercialização que se intensificou no período de pandemia. Esta venda era realizada via aplicativo de mensagem. Atualmente funciona na modalidade de loja virtual, pela plataforma "Faz a Feira" *https://www.fazafeira.com/coperplanaltosul.* O abastecimento direto ao consumidor permite a disponibilidade de alimentos frescos, o conhecimento da origem dos produtos que adquire e, ainda, o estabelecimento de relações de amizade e confiança entre produtores e consumidores. A venda das cestas ocorre somente em Curitibanos mas possui potencial para aumentar a área de abrangência. Esta modalidade exige, de quem monta as cestas, cuidado, atenção e comprometimento. Considerando que o consumidor escolhe o produto virtualmente, o profissional que prepara a cesta é quem escolhe a aparência, a textura, a maturação e a qualidade dos alimentos.

A Cooperativa avalia ser necessária a intensificação de parcerias com outras organizações e agricultores familiares de distintas regiões, principalmente para obter produtos que não são produzidos pelos seus cooperados por razões da sazonalidade da produção ou pelas dificuldades impostas pelas condições edafoclimáticas da região. O planejamento de produção é um dos grandes desafios para atender as demandas dos diferentes mercados quando vários produtores produzem o mesmo produto.

Em Curitibanos, as feiras do produtor rural acontecem duas vezes por semana, e envolvem cinco famílias de produtores cooperados. A feira de rua acontece uma vez por mês no centro da cidade e envolve 11

Figura 08. Feira de rua, no município de Curitibanos.

Fonte: Arquivo da Cooper Planalto Sul, 2021.

agricultores associados. O intuito da feira de rua é aumentar a visibilidade do que se produz no município e aumentar o contato entre produtor e consumidor.

A Cooperativa participa de toda a organização da feira, incluindo a solicitação de Alvarás e liberações da Prefeitura, e, junto ao Conselho de Trânsito e à Polícia Militar, autorização para o fechamento da rua, divulgação do evento e estrutura das bancadas, no entanto, não realiza diretamente a comercialização.

Está acordado que cada produtor faça venda individual. O intuito é proporcionar um ambiente de negócios para o cooperado. Por este motivo as feiras (Figura 08) não fazem parte do faturamento da Cooperativa, mas esta ganha muito mais em outros aspectos, tais como: divulgação da marca, estabelecimento de parceria e relação de confiança com os associados.

Outro canal importante de comercialização encontra-se no Mercado Público Municipal de Curitibanos, inaugurado recentemente. As expectativas são de aumento das vendas e visibilidade dos produtos locais oriundos da agricultura familiar. Esse novo desafio exigirá, da diretoria da Cooperativa e dos cooperados, planejamento, investimento, aperfeiçoamento e aprendizado.

Os números de produtores associados envolvidos nas diferentes atividades de comercialização variam de acordo com o perfil de cada produtor (Figura 09). Alguns possuem o perfil de vendas em feira, pois gostam de estar envolvidos com o público e de estar em contato direto com os(as) consumidores(as). Outros, preferem vendas em maior quantidade, para lojas especializadas, e ainda há aqueles(as) que preferem que outros façam a sua venda e se concentram na produção.

A Coper Planalto Sul produz alimento! Este é o sentido do nosso trabalho. Com todos os canais de comercialização, várias são as pessoas que recebem produtos da agricultura familiar produzidos em Curitibanos. As cestas de produtos entregues diretamente aos consumidores possuem em média 50 clientes mensais. Estima-se que a feira de rua movimenta aproximadamente 200 consumidores.

Por intermédio do PNAE, 20 estabelecimentos (escolas e núcleos de Educação

Figura 09. Representação do número de famílias associadas nos diferentes canais de comercialização.

Infantil) recebem produtos da agricultura familiar, e, assim, milhares de crianças e jovens consomem nossos alimentos. Em Curitibanos e em São Cristóvão do Sul aproximadamente 4.000 e 1.000 alunos, respectivamente, recebem alimentos oriundos da agricultura familiar. Por meio do PAA, no ano de 2020 cerca de 80 famílias receberam cestas de alimentos a cada 15 dias por um período de sete meses.

A Cooperativa fornece produtos para 21 estabelecimentos como lojas especializadas nos estados do Paraná e em São Paulo. Essas empresas abastecem lojas de supermercados nas maiores regiões consumidoras de produtos orgânicos do pais. Nossos produtos chegam à mesa de muitas famílias, de diferentes classes sociais e em diferentes regiões do país.

Figura 10. Representação do número de consumidores, estabelecimentos, entidades e empresas recebedoras dos produtos da Coper Planalto Sul.

Considerações finais

Cooperar é unir pessoas com o mesmo objetivo. Com isso a Coper Planalto Sul busca fortalecer a agricultura familiar, a organização das propriedades e melhorar a renda e a qualidade de vida dos seus associados, tudo isso aliado a uma produção sustentável e saudável.

Já são 15 anos de história, mas com muito trabalho pela frente. Ainda são muitos os desafios da Cooperativa e da produção orgânica, o que exige profissionalismo e muita dedicação de todas as pessoas envolvidas. A certificação orgânica é um diferencial dos produtos, que agrega valor e torna a atividade competitiva no mercado, ainda que na nossa região o comércio de produtos orgânicos se desenvolva de maneira mais lenta que nos grandes centros consumidores, mas sempre com tendência de expansão ao longo dos anos.

Os circuitos curtos de comercialização são os melhores caminhos comerciais para serem trabalhados pela Cooperativa. São canais que valorizam e remuneram de maneira justa os produtos da agricultura familiar e da produção agroecológica. É muito importante ter várias vias de comercialização para que a Cooperativa não

fique na dependência financeira de apenas um mercado específico, como o que aconteceu com a redução das compras para a alimentação escolar devido à pandemia do Coronavírus, entre 2019 a 2021.

Os principais desafios da Cooperativa são: aumentar a produção para poder atingir novos mercados, melhorar os processos de fidelização dos consumidores, desenvolver um sistema de retorno e satisfação dos consumidores finais e das empresas. Desta maneira, é possível operar melhoria constante dos serviços oferecidos e também maior envolvimento dos associados na Cooperativa. Trabalhamos diariamente para o fortalecimento da agricultura familiar e da produção mais sustentável no município de Curitibanos e região.

Figura 11. Linha do tempo de momentos marcantes na história da Coper Planalto Sul.

Referências bibliográficas

ALVEZ, S. L. Depoimento. Entrevista concedida a Beatriz Ribeiro Gomes, Caroline Aparecida Matias, Flávia Dacol Nichelati, Jean Alberto Zanghelini. Curitibanos/SC, em 03/06/2015.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em: *http://www.atlasbrasil.org.br/ranking.*

BRASIL, 2003. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. – Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm.* Acesso em 17 nov. 2021.

CARVALHO, M. M. X. **As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no médio Vale do Iguaçu**. 2014. 20 p.

IBGE – Curitibanos – Santa Catarina. 2020. Disponível em: *https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/curitibanos/panorama.*
IBGE – Curitibanos – Santa Catarina. 2010. Disponível em: *https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/curitibanos/panorama.*

SILVEIRA, C. **História da Indústria da Madeira – Serra Catarinense** – 1940 / 2005. – Acervo do Sindicato, 2005.

Fonte: Arquivos CETAP 2021.

Estudo de caso III

ECOTERRA

Associação Regional de Cooperação e Agroecologia

Promovendo a Agroecologia e a Saúde com a Produção e Comercialização de Alimentos Agroecológicos

Andressa Aparecida Martins
andressamagroecologia@gmail.com.br

Edson José Klein
edsonagroecologia@gmail.com

Giovani José Gonçalves
giovani@cetap.org.br

A ação aqui sistematizada aborda práticas coletivas de produção e comercialização, deflagradas com a Agroecologia. Visa demonstrar uma experiência territorial coletiva, articulada com outros Territórios de outros estados, buscando, por meio da implementação de estratégias locais de produção e comercialização, a garantia de preços justos tanto para as famílias agricultoras quanto para as consumidoras de alimentos agroecológicos. A base alicerçada na experiência da Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA, Três Arroios/RS), na sua trajetória até os dias de hoje, embasada na dinâmica do "Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia", cuja dinâmica envolve um processo articulado entre as

famílias agroecologistas e aquelas em transição da Certificação participativa, da circulação e da comercialização de alimentos agroecológicos, com a incidência, ao longo de todo o processo, de importantes níveis de autonomia construídos coletivamente, conforme Raffestin (1933) pelos "atores sintagmáticos" da Agroecologia.

Essa experiência traz à tona facetas da política de desenvolvimento territorial, empreendidas pelo campesinato, alinhando produção de alimentos orgânicos, conservação da agrobiodiversidade e novas relações econômicas e de mercado.

Figura 1. Vista de agricultores a sede da ECOTERRA, Três Arroios/RS.

Fonte: Arquivos CETAP 2021.

Histórico

Na Região Norte do Rio Grande do Sul, nas encostas do rio Uruguai, mais de 50 famílias dos municípios de Aratiba, Três Arroios, Itatiba do Sul e Barra do Rio Azul têm uma bela história para contar. Organizadas em grupos de cooperação, elas contam que os frutos hoje colhidos resultam de sementes lançadas há mais de 15 anos.

Algumas famílias pioneiras iniciaram a caminhada da Agroecologia quando ainda nem se usava essa palavra e sim "tecnologias alternativas", lá pela metade de 1980, quando criticar o modelo da agricultura industrial e tentar praticar uma produção orgânica, ecológica ou limpa era visto como "coisa do atraso", que não chegaria a lugar algum, sendo motivo de descrença.

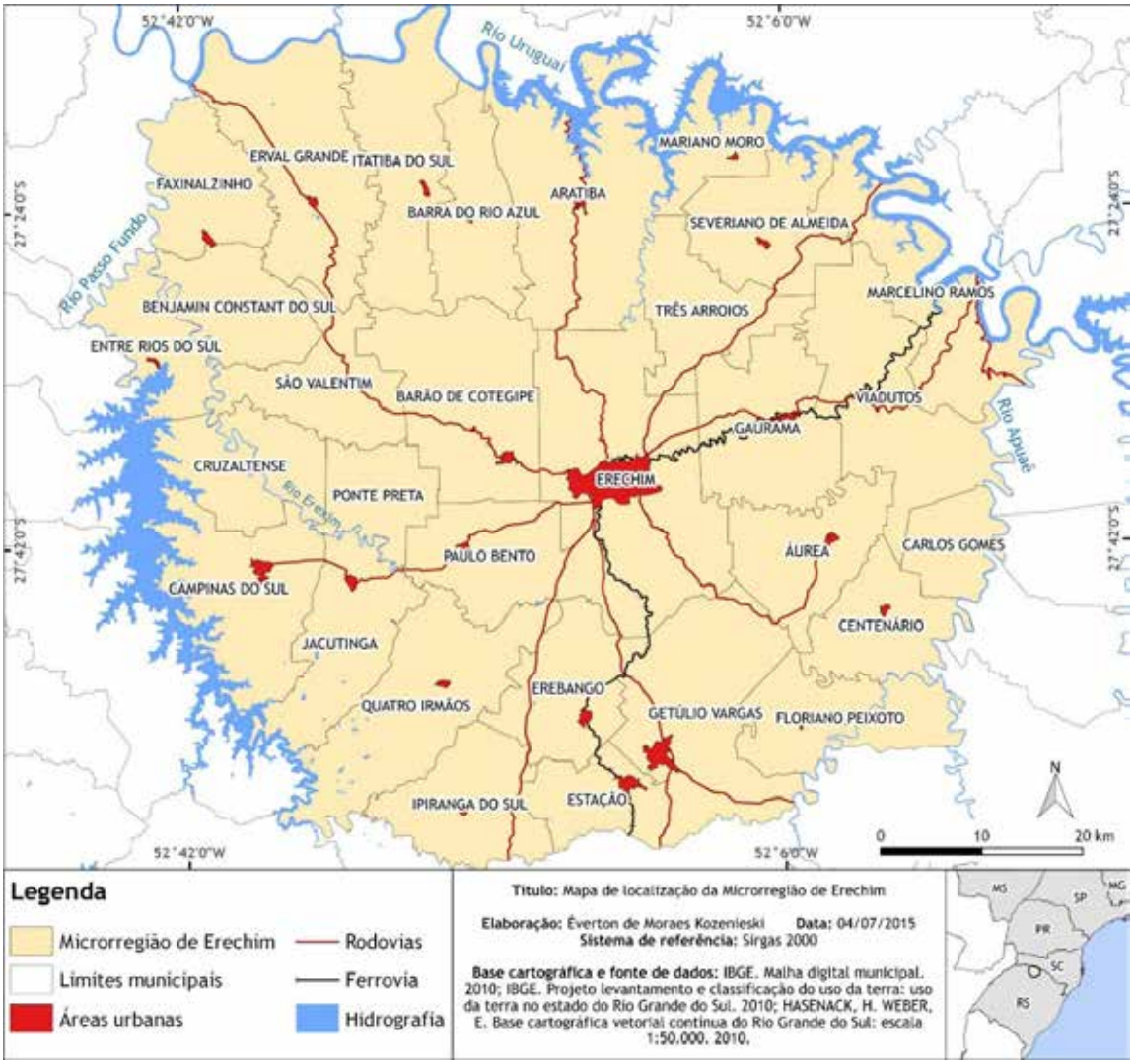
Centenas de famílias, individualmente e ou organizadas em grupos, em todas as regiões do Brasil, já fazem e promovem uma forma de agricultura que preserva a vida em todas as suas dimensões. Na região do Alto Uruguai gaúcho está uma parte destas famílias, tanto as que produzem quanto as que se abastecem de alimentos ecológicos. Esse trabalho é apoiado pelo CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares) e pela ECOTERRA.

Estas famílias e muitas outras chegam em 2021 com muito otimismo e buscando sensibilizar novas famílias agricultoras e consumidores urbanos para um compromisso que deve ser comum, devendo agregar cada vez mais pessoas em torno de determinadas ações e atitudes: praticar e apoiar uma forma de fazer agricultura que não agrida o meio ambiente, recuperar áreas degradadas e espécies amea-

çadas, conservar os mananciais de água, produzir uma grande diversidade de tipos de alimentos e utensílios, gerar saúde para consumidores e agricultores, melhorar a renda das famílias rurais, abastecer a cidade com alimentos a preços mais justos, exercitar e incentivar a solidariedade entre as pessoas, e destas com a natureza. Neste documento busca-se descrever um pouco da caminhada até a estruturação desta dinâmica de abastecimento, extremamente importante para a agricultura familiar da região do Alto Uruguai por viabilizarem economicamente mais de 100 famílias, incentivando-as a buscarem novas dinâmicas de comercialização no Sul do Brasil.

Localização geográfica da Organização

Figura 02 – Microrregião de Erechim/RS: limites político-administrativos dos municípios.



A ECOTERRA tem sua sede no município de Três Arroios, na região do Alto Uruguai, formada por 32 municípios, os quais se situam ao norte do estado do Rio Grande do Sul, divisa com Santa Catarina e têm Erechim como cidade-polo. Neles, a principal atividade é a agricultura, com estrutura fundiária predominante de pequenas propriedades familiares.

O município de Três Arroios apresenta uma área de 148,601 Km² (IBGE), com população total de 2.855 habitantes, dos quais 36%, ou seja, 1.028 habitantes, constituem a população urbana, enquanto 64%, ou seja, 1.827 habitantes constituem a população rural. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,791 segundo os dados do IBGE/ 2010.

Desde 1980 os agricultores da região se organizavam e mobilizavam nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e nas lutas contra a construção de barragens na bacia do rio Uruguai. De lá para cá, a região foi se destacando em organização e conquistas como políticas municipais de apoio à Agroecologia, aquisição de alimentos ecológicos para alimentação escolar, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Outra caminhada se fazia conjuntamente com a luta política: a implantação de experiências alternativas ao modelo produtivo hegemônico, no qual famílias e grupos associativos participavam de um processo de mudanças, com tecnologias agroecológicas e cooperação familiar.

Em 2001, o CETAP, que já assessorava esse trabalho na região, juntamente com o Centro Internacional para a Cooperação e Desenvolvimento Agrícola/CICDA e com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/ STRs, dos municípios de Aratiba, Itatiba do Sul e Três Arroios, iniciam um projeto de desenvolvimento conjunto, visando fortalecer as experiências agroecológicas e ampliá-las. Para administrar e coordenar o projeto Alto Uruguai foi criada uma associação, a ADATABI, *(Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia nos Municípios de Aratiba, Três Arroios, Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul, fundada em 2001 e encerrada em 2007),* mantendo uma equipe técnica para acompanhar os grupos e famílias desses municípios, contribuindo para dar origem à ECOTERRA. A partir daí, a região consolidou, uma série de 17 grupos, assessorados pelo CETAP, com experiências em produção ecológica de frutas, hortaliças, legumes, tubérculos, grãos e outros produtos que fortalecem a organização.

Associação ECOTERRA

Em janeiro de 2001, cinco grupos de agricultores familiares distribuídos em quatro municípios, Aratiba, Itatiba do Sul, Três Arroios e Barra do Rio Azul, em conjunto com a ADATABI e o CETAP, realizaram discussões para início de uma organização coletiva, com objetivo de ser uma organização coordenada pelos agricultores, para organizar e comercializar produtos ecológicos de forma direta, em feiras e outros espaços alternativos. A partir

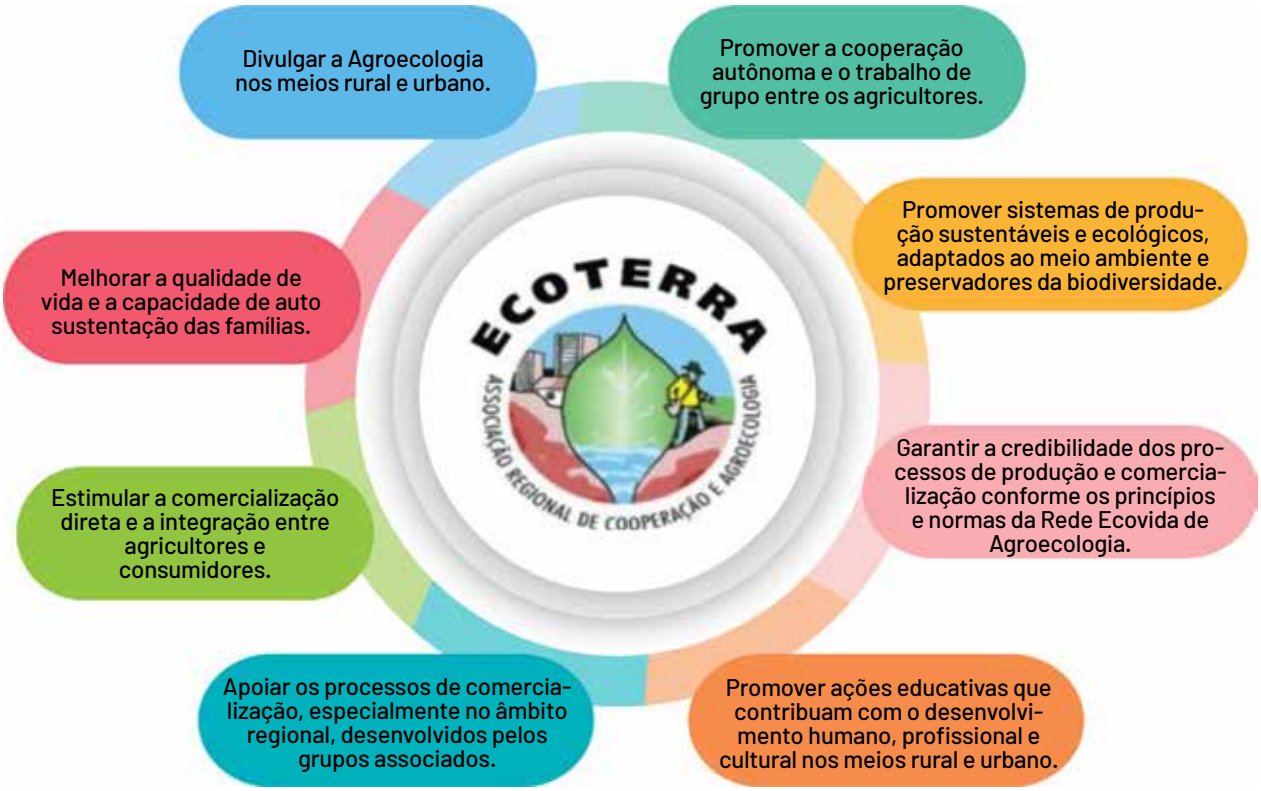
destes debates consolidou-se a formação da *Associação Regional de Cooperação e Agroecologia – ECOTERRA*.

A ECOTERRA é uma associação sem fins lucrativos, composta por agricultores ecologistas dos municípios Três Arroios, Aratiba, Barão de Cotegipe, Itatiba do Sul e Erechim, da região do Alto Uruguai, criada, em junho de 2001, com o objetivo principal de facilitar e viabilizar a comercialização dos alimentos agroecológicos de grupos e famílias agricultoras.

A primeira definição do grupo foi a organização de uma feira, e esta seria somente de produtos ecológicos. A garantia de credibilidade da origem e qualidade dos produtos seria atestada pela Rede Ecovida de Agroecologia, uma Organização dos três estados do Sul, à qual se filiam grupos de agricultores ecológicos, Entidades e técnicos com reconhecida contribuição para a promoção da Agroecologia e organizações de consumidores, a qual tem um núcleo em Erechim (Núcleo Alto Uruguai).

A feira foi inaugurada em maio de 2002, sendo a primeira iniciativa que derivou para novas formas de abastecimento e comercialização ao longo do tempo, até chegar ao circuito da Rede Ecovida.

Objetivos da ECOTERRA



ECOTERRA – Organização e Gestão

Assembleia Geral: é a instância máxima, onde são tomadas as decisões gerais dos rumos e caminhos a serem seguidos. Todas as famílias associadas à ECOTERRA e que participam do processo de organização e comercialização têm o direito e o dever de participar dos debates e deliberações, o que vem ocorrendo efetivamente.

Coordenação/Direção executiva: é composta por três membros, sendo um Coordenador geral, um Secretário, um Tesoureiro, e agregando-se ainda um quarto integrante, o Coordenador de produção, que é o responsável pela execução das demais instâncias.

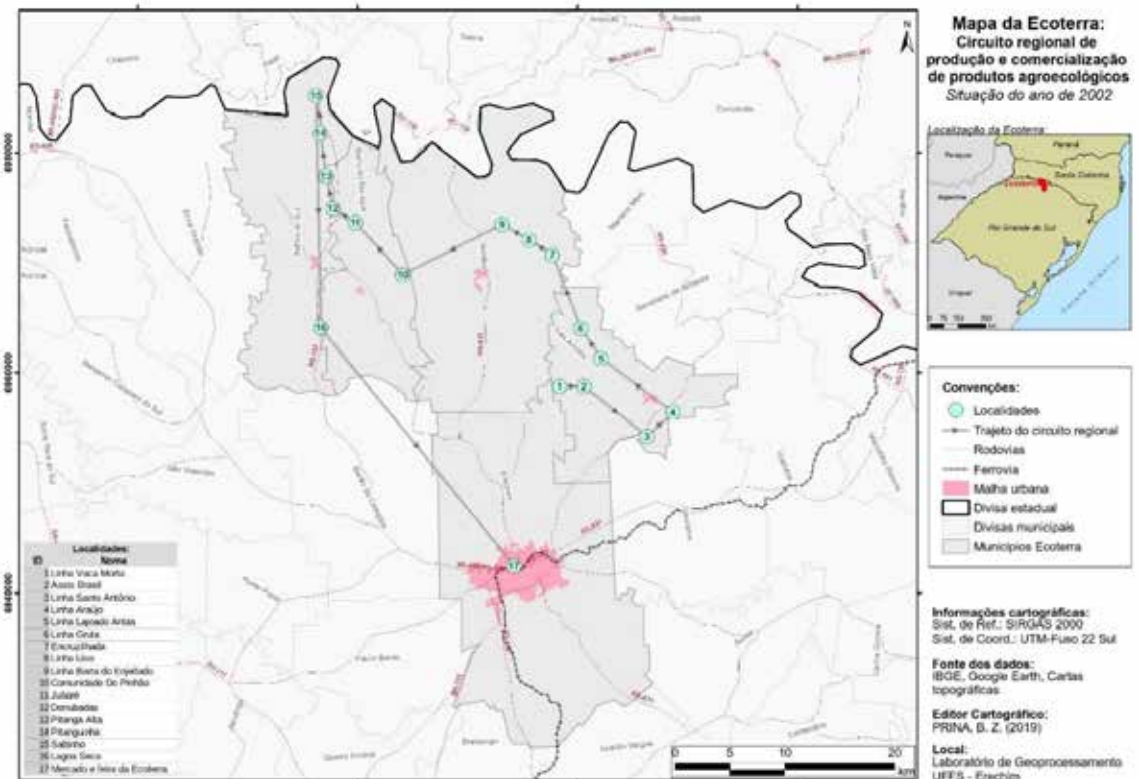
Da organização da Associação

A partir de 2002 as famílias agricultoras associadas à ECOTERRA, que tem Sede, desde 2018, no município de Três Arroios/RS, estavam perdendo parte da produção, pois o mercado local não estava absorvendo a quantidade produzida. Inicialmente buscou-se o diálogo junto a mercados e ao poder público dos municípios da região, no intuito de que estes pudessem absorver essa produção. Não foi obtido muito êxito nessa proposta pois a dinâmica coletiva construída, não segue alguns critérios do mercado tradicional, como oferta e procura, ficando os preços fora dos padrões locais.

A experiência coletiva de comercialização na cidade de Erechim contribuiu com alguns aprendizados importantes para os agricultores da Ecoterra. Se, por um lado, havia a avaliação de que os princípios e a organização política eram coerentes e faziam com que a dimensão da produção respondesse satisfatoriamente, por outro lado, a comercialização em feiras livres apresentava limites, em razão de absorver um nível de produção menor com uma geração de renda insuficiente para viabilizar todas as famílias envolvidas no processo. Tal situação levou ao debate e à construção de novas dinâmicas de comercialização, mais articuladas e envolvendo centros urbanos com maior população.

No mapa a seguir – contendo o nome das comunidades –, visualiza-se o roteiro percorrido em 2002 pela ECOTERRA para recolher os alimentos junto às famílias e tê-los em seu espaço de comercialização, em Erechim, RS.

Figura 03 – Ecoterra: percurso do circuito agroecológico regional em 2002.



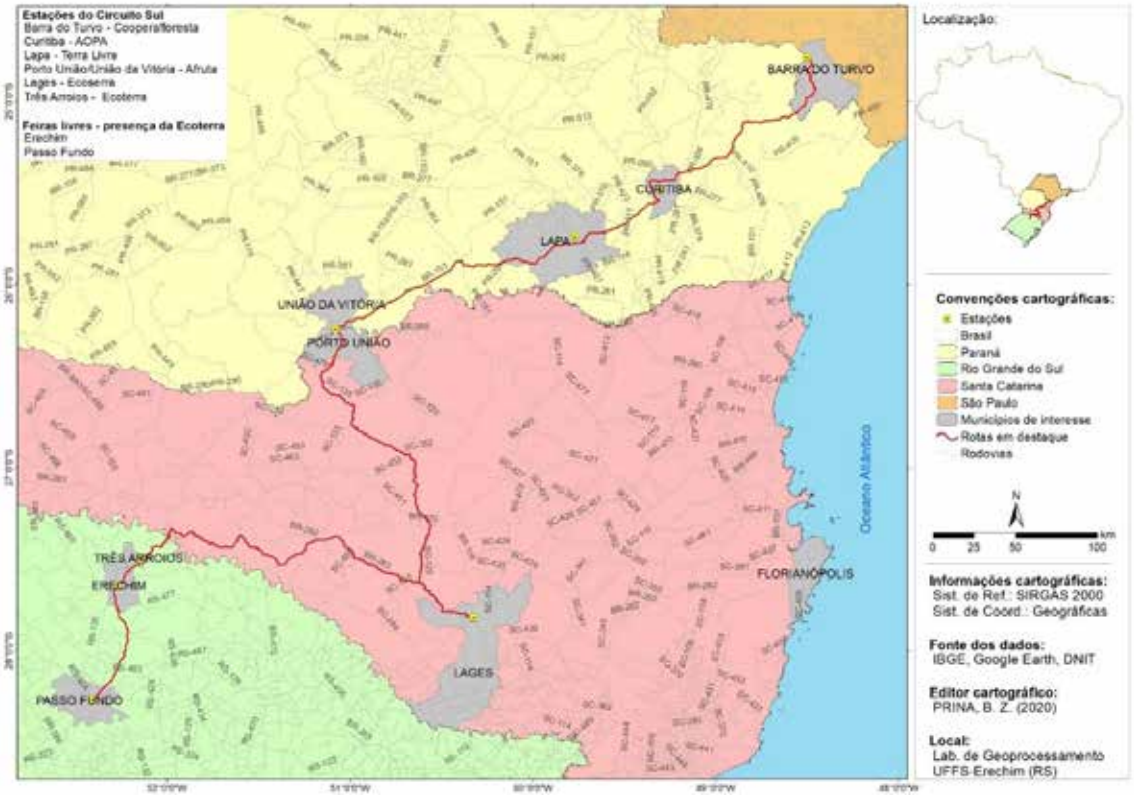
Fonte: FREITAS EDUARDO, M.; KLEIN, E. J.; GONÇALVES, G. J.

O próximo passo foi provocar e ajudar a articular uma dinâmica entre atores da Rede Ecovida de Agroecologia em diferentes estados, buscando ampliação da comercialização. Inicialmente esta dinâmica coletiva apresentava uma demanda pequena, sendo pouco expressiva em vista das possibilidades de oferta da Associação que absorvia apenas 15% da capacidade de entrega das famílias da região, quase inviabilizando o processo e colocando em dúvida esta proposta de comercialização.

No ano de 2006, a partir de uma demanda concreta para abastecer feiras, pontos fixos e restaurantes em Curitiba/PR, conjuntamente com a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia/AOPA, a Associação iniciou uma articulação para possibilitar a troca e a venda de alimentos agroecológicos entre as regiões. Assim se inicia o processo para organizar e estruturar o Circuito Sul da Rede Ecovida de Agroecologia, a partir da parceria entre organizações de assessoria e de quatro organizações de comercialização:

– Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA), de Erechim/RS.
– Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), de Curitiba/PR.
– Cooperativa Ecoserra, de Lages/SC.
– Associação Cooperafloresta, de Barra do Turvo/SP.

Figura 04 – Rota Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, 2006.



Fonte: FREITAS EDUARDO, M.; KLEIN, E. J.; GONÇALVES, G. J.

A iniciativa mobiliza organizações de assessoria técnica, processos de produção, recolhimento, logística, distribuição e comercialização de alimentos agroecológicos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

O Circuito Sul envolve mais de 1.600 famílias de agricultores familiares ecologistas, além de várias organizações de assessoria, que atuam nas diferentes etapas, entre o processo de produção e o consumo final.

O CETAP tem atuação direta na "Estação" *(Nome dado às organizações locais responsáveis pela dinamização da comercialização junto ao circuito sul da Rede Ecovida)* da ECOTERRA, de Três Arroios/RS, onde acompanha diretamente 120 famílias agricultoras.

A atuação do CETAP na orientação técnica produtiva, organizativa e de escoamento junto à ECOTERRA possibilita a ampliação do número de famílias envolvidas, com a consequente ampliação da diversidade e volume de alimentos produzidos como pode ser visto nas figuras 05 e 06.

A troca e a circulação de alimentos entre as regiões permitiu, à *Estação* da ECOTERRA, aumentar a diversidade de ali-

mentos ofertados aos consumidores. No início do processo era disponibilizado um alimento em maior quantidade – a laranja Valência – e, atualmente, há uma variedade de mais de 100 alimentos ofertados, de forma regular, em quantidades maiores e com venda garantida.

Motivação e Início do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida

A região do Alto Uruguai, onde a ECOTERRA está inserida, apresenta estrutura fundiária constituída basicamente por pequenas propriedades rurais que buscam a sustentação de suas famílias com a produção de alguns produtos com comercialização garantida por meio de atravessadores e comerciantes locais, como a soja, milho, feijão, suínos e leite.

Para fazer frente a essa situação e discutir alternativas como processo de assessoria para construção de um novo formato produtivo seguindo os princípios da Agroecologia, houve a necessidade de serem pensadas dinâmicas diferenciadas de comercialização destes alimentos pois, tendo-se presente a necessidade da sustentação das famílias em pequenas propriedades, as dinâmicas existentes, envolvendo apenas os comércios locais, não possibilitavam a viabilização econômica destas famílias por dois motivos:

– Preço pago pelos comerciantes não viabilizava economicamente as famílias.

– A diversidade produzida nas propriedades não atraía a demanda necessária.

Assim, a partir das experiências construídas por grupos regionais de comercialização direta em feiras, ficou demonstrado que seria possível e viável as famílias se organizarem de forma coletiva e acessarem diferentes mercados dentro e fora da região. Então buscou-se construir uma dinâmica que permitisse um aumento significativo não só na diversidade de alimentos como também na quantidade de alimentos produzidos, juntamente com o aumento do número de famílias envolvidas nesse processo.

Um dos motivadores construídos junto com as famílias foi que a produção agroecológica e as dinâmicas de comercialização precisariam passar a ser uma dinâmica produtiva e de geração da renda principal da propriedade, ainda que, para alcançarem este objetivo as famílias precisassem dedicar mais tempo para a produção agroecológica.

A base para a constituição deste novo formato de comercialização foi e é a viabilização econômica das famílias agroecologistas envolvidas, e essa viabilidade é o principal motivador do processo, juntamente com a satisfação de disponibilizar alimentos agroecológicos para quem os consome.

Organização do Circuito Sul da Rede Ecovida

A dinâmica do circuito está organizada em "estações", que correspondem às organizações locais envolvidas com a gestão coletiva. Essas organizações indicam uma pessoa para o contato direto entre as demais estações, e esta pessoa passa a ser a responsável pela sistematização das demandas e pedidos entre os parceiros vinculados à distribuição e comercialização, seguindo um planejamento de produção feito com as famílias agricultoras envolvidas.

A circulação dos alimentos é realizada por caminhões e veículos dos próprios agricultores e organizações que, a partir das estações, vão realizando a troca dos alimentos nas rotas planejadas. Aproximadamente a cada 45 dias ocorre uma reunião presencial entre as estações, onde representantes das famílias agricultoras e organizações de assessoria tomam as decisões sobre a formação de preços, planejamentos, logística, organização das ofertas, demandas e acertos financeiros.

Os representantes da estação ECOTERRA destacam que, na região Alto Uruguai/RS o objetivo é a viabilização das famílias agricultoras ecologistas, hoje excluídas do sistema produtivista e convencional, por não terem áreas de terra suficiente ou capital de investimento necessário. Com planejamento da produção e preços justos mostramos que a agricultura ecológica pode sim produzir grandes quantidades de alimentos, para ajudar a melhorar a qualidade alimentar da sociedade.

Dinâmica de Comercialização e Situação Atual

Com o passar dos anos e com a vivência de muitas experiências a partir de sua dinâmica de atuação a ECOTERRA hoje vive um momento muito mais favorável do que no seu início. Toda a sua estruturação e organicidade lhe proporcionaram uma maior visibilidade e reconhecimento das suas ações em âmbito regional.

Este reconhecimento pode ser verificado a partir do quanto os Poderes Públicos dos municípios de sua base de atuação "caminham junto" com a Associação na busca de suportes e aprovação além do local, como obtenção de Emendas Parlamentares para apoiar na assessoria técnica, infraestrutura local e regional, demandas permanentes, apresentando, em diferentes espaços, as dificuldades e, principalmente a importância dessa Associação.

Atualmente a ECOTERRA, juntamente com apoiadores e parceiros, contando também com o apoio do Poder Público municipal de Três Arroios e a busca de recursos junto a Projetos regionais e, ainda, com Emendas Parlamentares, conseguiu construir uma infraestrutura própria – um

pavilhão de alvenaria com 1.200m² –, que abriga todo o processo de recebimento, organização, distribuição e contabilidade da Associação.

A Organização também influenciou diretamente alguns municípios como Três Arroios, Aratiba e Itatiba do Sul a construírem políticas públicas municipais de apoio à Agroecologia, como a ATER, de incentivo à produção agroecológica, para ampliar a produção e a disponibilidade de alimentos saudáveis aos consumidores.

Um dos objetivos da Organização é também incluir os jovens no processo tanto de produção, quanto na dinâmica de distribuição e coordenação. Conta com uma equipe de 20 pessoas (na maioria jovens) que contribuem em todo esse processo operacional, além de manterem, em suas propriedades ou de suas famílias, produção voltada para o abastecimento da dinâmica do circuito de comercialização.

Com isso, a Organização apresenta também uma grande diversidade de alimentos *in natura* e processados, contendo em torno de 100 itens. Isso possibilitou que no ano de 2020 pudesse operar com uma média de 35,5 toneladas de alimentos orgânicos por semana, os quais chegam aos parceiros e estes os distribuem em aproximadamente mais 100 espaços de comercialização.

Se olharmos para o perfil desses espaços veremos que são:

- Feiras agroecológicas
- Restaurantes e lojas especializadas
- Pequenos mercados
- Programas institucionais (PNAE) do setor público
- Cooperativas e grupos de consumidores
- Venda direta na propriedade (turismo rural)
- Abastecimento de pequenas fábricas de suco de laranja orgânica
- Venda em eventos nas comunidades rurais e da Rede Ecovida de Agroecologia

Um dos critérios construídos coletivamente é que cada estação tem autonomia para organização de suas dinâmicas locais de parcerias para produção e comercialização. Porém, as estações envolvidas e ativas no circuito têm prioridade na entrega e na compra de alimentos das demais estações.

Com todo esse volume de alimentos foi necessário pensar rotas de recolhimento nas casas das famílias pois estamos falando de muitas famílias que não têm meios de levar a sua produção até à Central ou, muitas vezes o volume da produção impede o transporte de forma individual. A diversidade de mercados construídos também foi um fator que exigiu a definição de 14 rotas que atendem parte do Sul brasileiro e de São Paulo.

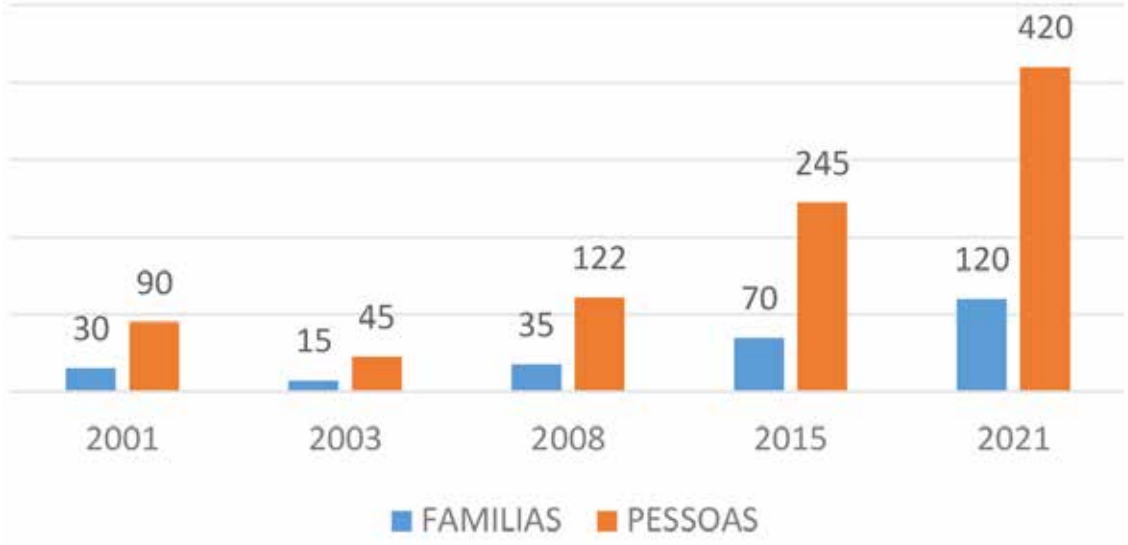
Para a garantia de oferta diversificada de alimentos foi necessário começar a fazer planejamentos constantes da produção ligando qual é a demanda dos espaços com os quais a ECOTERRA se relaciona. A partir desses dados inicia-se o trabalho de organização com as famílias para ver qual é a capacidade de produção que se tem, levando em consideração a realidade de cada uma, como, por exemplo, mão de obra disponível na unidade de produção, condição de irrigação para culturas mais exigentes, entre outras.

Com a possibilidade de fazer um bom planejamento, as famílias também conseguem ter uma perspectiva de geração de renda para aquele ano. Ao planejarem os volumes demandados de cada alimento e o valor a ser pago por alimento a ser produzido naquela safra, as famílias contam ainda com a garantia dada pela articulação da ECOTERRA de que tudo que foi planejado irá ser comercializado.

Essa garantia para as famílias agricultoras tem estimulado famílias novas a entrarem no Processo de Transição para a Agroecologia, garantindo-se, assim, a viabilidade econômica de muitas famílias exclusivamente por meio da Agroecologia, e garantindo, ainda, a sua permanência no meio rural, pois muitas famílias que tinham uma perspectiva de irem trabalhar na cidade decidem permanecer na agricultura, incentivando também muitos jovens a permanecerem ou retornarem para a unidade de produção familiar.

Na sequência, o figura 05 demonstra como se comportaram os beneficiários agricultores da Associação, desde sua criação até o atual momento.

Figura 05 – Evolução no número de beneficiários



Fonte: Informações equipe de trabalho da estação ECOTERRA

A partir dos dados obtidos no processo de acompanhamento da Associação ECOTERRA sobre a modificação do número de beneficiários, durante os 20 anos dessa Organização, percebe-se que, no início da comercialização, nos primeiros três anos, a Associação perdeu famílias no processo, pois os espaços nos quais participavam não comercializava o suficiente para a viabilização econômica das famílias, o que levou várias delas a abandonarem a dinâmica.

A retomada de interesse das famílias vem a partir do momento em que novos espaços de comercialização, regionais, passam a ser abastecidos. Isto possibilita que as famílias façam melhor planejamento de sua propriedade, podendo prever a ampliação de diversidade, produção e áreas plantadas. Percebe-se que o número de beneficiários aumenta significativamente. Como relatado, a ECOTERRA iniciou o processo de comercialização com uma diversidade bem menor do que a atual.

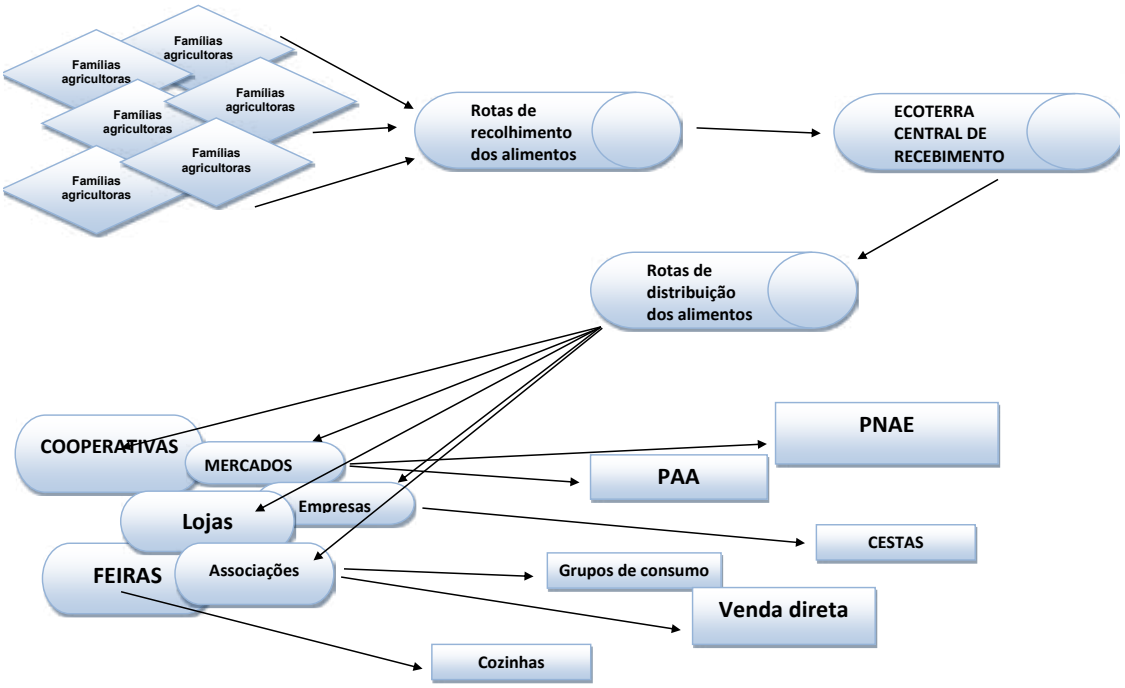
Na feira, a comercialização iniciou-se com, basicamente, hortaliças e tubérculos. Com o passar do tempo as famílias foram ampliando esta diversidade, seguindo a demanda feita pelos próprios consumidores. Não há como precisar estes dados, pois não foram levantados no período e a dinâmica da feira finalizou.

Na sequência, apresentamos a figura 6 mostrando a evolução da diversidade dos alimentos produzidos e comercializados desde o início da dinâmica, passando de 01 para 100 itens comercializados e a figura 7 apresentado o fluxograma que os alimentos percorrem nos diversos mercados utilizados pela cooperativa.

Figura 06 – Evolução da diversificação de alimentos comercializados pela Ecoterra no Circuito ao longo do tempo.

Fonte: Informações equipe de trabalho da estação ECOTERRA.

Figura 07 – Fluxograma que os alimentos dos associados da Cooperativa Ecoterra percorrem até chegar aos consumidores



Inovação da Dinâmica de Circulação de Alimentos

A dinâmica construída palas famílias ecologistas integrantes da ECOTERRA é algo pouco comum em dinâmicas coletivas de geração de renda.

"Como diz um dos sócios fundadores da ECOTERRA, se a Associação não for boa para as famílias agricultoras não tem por que manter a dinâmica em funcionamento. Não queremos trabalhar para criar estruturas enormes e sim termos estruturas mínimas, eficazes que viabilizam as famílias".

Claudino Alfonso Klein

Sócio fundador, agricultor

O que consideramos de fato uma inovação é o olhar que a Associação tem para formulação de preços para quem produz, a forma que organiza o preço para os locais onde serão comercializados os alimentos .

Todo início de ano a ECOTERRA organiza um encontro com as famílias agricultoras integrantes da dinâmica para apresentar e discutir o preço a ser praticado para cada alimento produzido. E esta definição é aplicada para todo o restante do ano, para todas as famílias. Isto dá às famílias agricultoras uma garantia de um valor que não terá grande variação no ano, o que poderia inviabilizar a produção.

Também vale ressaltar que este preço pode ter um acréscimo, dependendo do processo de agroecologização das propriedades familiares, tendo até o momento o seguinte acordo:

– Família que produz de um a três alimentos, tem 03% a mais do valor pago.

– Família que produz uma maior diversidade em sistema agroflorestal, agrega mais 03% no valor recebido.

– Quem possui propriedade 100% ecológica, mais 03% sobre o valor inicial.

Esse processo possibilita que as famílias tenham um incentivo para diversificar sua produção e avançarem para sistemas de manejo agroflorestal.

Cabe aqui uma observação: A política de preço da Associação busca valorizar a produção agroecológica, garantindo que a família tenha uma certeza de preço de seus alimentos no momento do seu plantio, tirando esta instabilidade que as famílias agricultoras têm, não sabendo quanto vai valer seu produto na hora da colheita.

Da mesma forma, esse processo agrega ao alimento somente os custos de logística, pessoal, classificação, embalagem dos alimentos e manutenção das estruturas da Associação, não agregando sobra de recursos. Assim estes alimentos chegam aos diferentes espaços de distribuição (parceiros) a preços mais justos e com pouca variação frente à oferta e procura.

Atualmente, a Associação comercializa uma média de 35 toneladas de alimentos ecológicos por semana, em quatro estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e São Paulo.

Desafios e Considerações

Como em todo processo sócio-organizativo, o sucesso da continuidade se dá a partir do momento em que a sua organicidade sociopolítica está sólida e consistente. Nesse sentido a ECOTERRA apresenta solidez, tem clareza que a dinâmica é consistente – e forte, porque são dinâmicas tanto a organização quanto a participação do seu quadro social. Mas, mesmo assim, podemos citar alguns grandes desafios:

Manter sempre o quadro social organizado e mobilizado para que com essa Metodologia se possam fazer todos os debates necessários para o bom funcionamento da dinâmica e que as decisões possam acontecer de forma coletiva.

Manter com quantidade e com diversidade adequadas a produção dos alimentos a fim de suprir o custo operacional do processo de comercialização e a demanda dos consumidores.

Manter constante um processo de formação para troca de conhecimento a fim de superar as dificuldades encontradas na produção e mantendo a qualidade que os espaços de comercialização nos exigem.

Ser ator de referência na região para fazer a comercialização dos alimentos agroecológicos, garantindo a geração de renda e viabilidade econômica para as famílias agricultoras, diante da mercantilização dos alimentos.

Manter a relação permanente entre rurais e urbanos, estabelecendo um processo justo entre quem produz e quem consome.

Todo processo coletivo requer mais dedicação, é mais complexo, não somente na comercialização, mas na manutenção do diálogo, de forma horizontal, com todos os envolvidos, de modo que todos possam discutir e ir consolidando ações de viabilização de um comércio mais justo de alimentos saudáveis.

Estes desafios ficam não somente para as dinâmicas de comercialização de diferentes formatos, como feiras, circuitos, mercado institucional, mas também para aqueles que apoiam este processo, quer sejam organizações da sociedade civil, ou poder público, cooperação particular, instituições de ensino.

Assim, precisamos ter claro sempre que, para que possamos escrever com propriedade sobre algo, avaliar certo e errado, corrigir erros ou equívocos, colocar, como se diz, o dedo na ferida, precisamos ter a prática acontecendo, as experiências ocorrendo, as dinâmicas de abastecimento sendo experimentadas.

A partir disto avalia-se, conserta-se, consolida-se ou se desiste. Isso porque uma dinâmica de abastecimento que não tem a preocupação com: produzir com qualidade e quantidade, gerar renda para sustentar as famílias envolvidas no processo, abastecer com qualidade, ou seja, se o feijão com arroz não acontece, nada há para ser avaliado ou sobre o quê ser refletido.

Referências Bibliográficas

– FREITAS EDUARDO, M.; KLEIN, E. J.; GONÇALVES, G. J. **A Ecoterra e seu constructo territorial de mercado:** As experiências de venda direta como antecedentes do Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos agroecológicos, criado no contexto da Rede Ecovida de Agroecologia. AMBIENTES: *In* Revista de Geografia e Ecologia Política,[S. l.], v. 02, nº 02, p. 144, 2020. DOI: 10.48075/amb.v2i2.26586. Disponível em: *https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/26586.* Acesso em: 13 out. 2021.

– *http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_010_Alto%20Uruguai%20-%20RS.pdf*

– RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Ed. Ática. São Paulo. 1933.

ESTUDO DE CASO IV

GRUPO PÉ NA TERRA

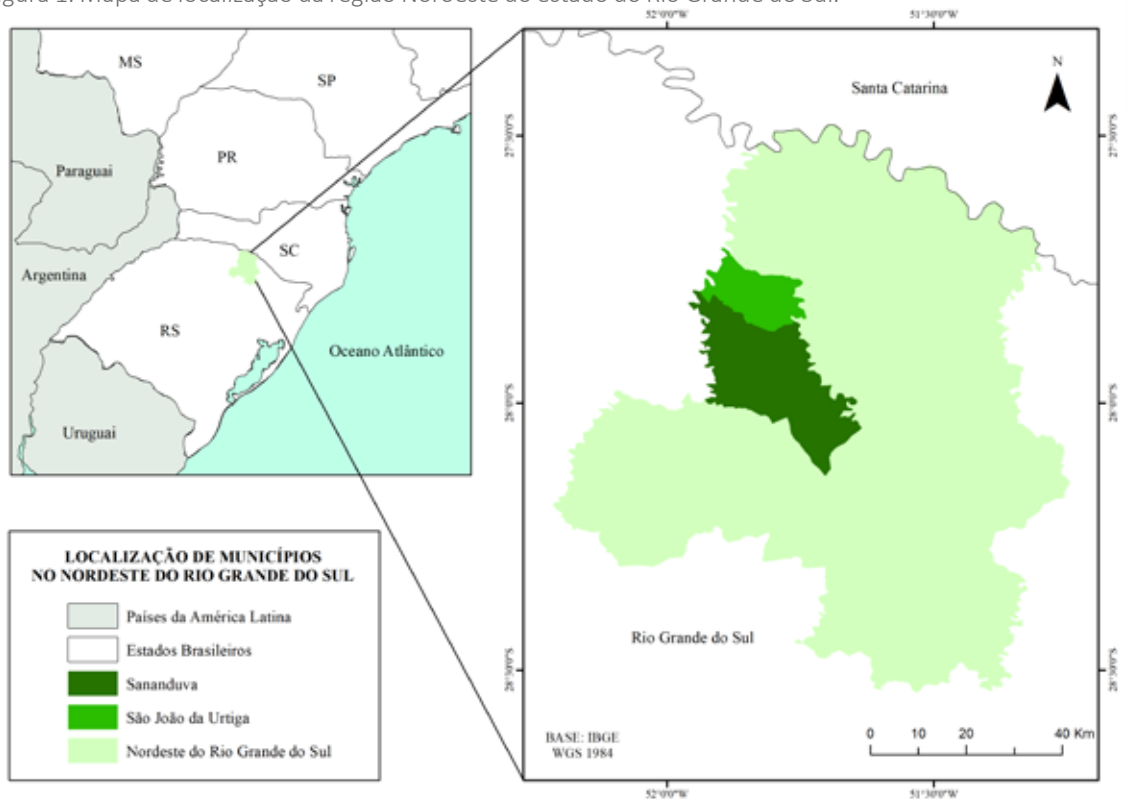
Ciclos Naturais, Sabores Sazonais e o comércio justo em Sananduva e São João da Urtiga, Noroeste do Rio Grande do Sul

Rutt Keles Alexandre da Silva
kelesrutt@hotmail.com

Histórico – Sobre a região nordeste do Rio Grande do Sul

A Associação dos Municípios do Nordeste Rio-Grandense (AMUNOR) conta com 19 Territórios, sendo eles: Água Santa, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul, Vila Lângaro, Sananduva e São João da Urtiga. Neles localizam-se empreendimentos que produzem e processam alimentos agroflorestais, pautados na sustentabilidade e no comércio justo.

Figura 1. Mapa de localização da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Bases do IBGE. Organizadores: Rutt Keles, Josué Gregio, Jadson Freire, 2021.

A região em tom mais claro, no mapa, assemelha-se a outras áreas estaduais no aspecto ocupacional, tendo sido colonizadas por italianos a partir do século XIX. Dentre as primeiras ações aqui protagonizadas constam: derrubada parcial da floresta original (Floresta das Araucárias), comercialização de madeira, plantio de monoculturas como o milho, inserção de espécies europeias a exemplo da videira, e criação de suínos. As modificações intensificaram-se no erguer das construções de pedra e madeira e posterior cultivo de grãos e criação de aves e bovinos. Tais atividades econômicas garantiram não apenas a subsistência das primeiras famílias imigrantes, como também se intensificaram a ponto de referenciarem pequenas cidades como expressivas produtoras de alimentos.

Ocorre que o nível das alterações mencionadas sobrecarregou os recursos naturais. O ritmo de degradação protagonizado pela sociedade capitalista, em territórios abundantes como o gaúcho, precisa ser moderado, diminuído, com o objetivo de se obter um ambiente em que as riquezas naturais sejam o foco primordial. Neste artigo, será apresentado o *Grupo Pé na Terra,* integrado por sananduvenses e urtiguenses, e seu contexto de produção sustentável, elencando justificativas para se opor ao modelo agrícola tradicional.

SÍTIO DOSSEL

Partindo da zona urbana de Sananduva/RS e seguindo pela RS-343 chega-se a Lajeado Bonito. A poucos quilômetros da Sede comunitária está o *Sítio Dossel,* mesmo nome que se dá ao teto denso, composto, nas florestas, pelas copas arbóreas encontradas no mais alto estrato.

No sentido ecológico a importância do dossel é expoente, afinal, aqueles "grandes painéis verdes" são parte crucial do processo de fotossíntese, e ainda moderam a queda da água da chuva, retardam a erosão, e facilitam a infiltração. No dossel, e também sob ele, espécies animais e vegetais interagem, mas não só ali. Num ambiente equilibrado a vida pode prosperar. Esta é a proposta do Sítio em questão.

Por meio do agricultor familiar e geógrafo Josué Gregio, toda essa área é, hoje, estudada para a elaboração de uma tese. Aliado à vivência, está um pensamento científico embasando os Sistemas Agroflorestais: o consórcio de culturas agrícolas em diversidade, espaçamento e estratos variados desconsidera a noção de competição entre as plantas e elege a cooperação como a máxima deste método. O suíço Ernst Götsch foi, há algumas décadas percursor desta prática de otimização do uso da terra, no Brasil. A agricultura sintrópica não apoia a modificação genética de sementes, agrotóxicos, fertilizantes químicos, ou qualquer outra fórmula adversa para ampliar produções, prezando as sementes crioulas, o manejo por meio de poda e a produção sazonal.

Ao contrário do que muitos pensam, antes de haver uma floresta categoricamente estratificada, é possível produzir alimento agroflorestal. Isto porque para se chegar ao dossel, um longo repertório de manejo e respeito aos ciclos naturais precisa se estabelecer, pois o ritmo da natureza não admite atropelos. Justamente por isto o *Sítio Dossel* trabalha com a sucessão vegetal, pois, para que um dia se chegue ao estrato mais alto e produtivo o alimento é raiz, é hortaliça, é fruto de trepadeira da estação, de arbusto, é espécie de ciclo curto, médio ou longo. E no mesmo solo onde minhocas sugerem fertilidade, folhas e troncos derrubados se decompõem, fortalecendo a base energética do sistema.

É verdade que o Dossel que se imagina, com sua diversidade, estratificação de plantas, e produção de alimentos (Figura 01), ainda não cobre os cinco hectares do referido Sítio. Em seu passado recente constam práticas agrícolas que provocavam degradação ambiental, com a monocultura, a formação de pastagens e criação de gado. Por mais que algumas iniciativas tenham sido tomadas no correr de três gerações, somente a partir de 2016 é que a

concepção de produção orgânica tornou-se ordenada e prioritária no estabelecimento de um sistema agroflorestal.

Com esforços constantes para manejo preciso da área, adubação orgânica, descompactação do solo, estímulo à diversidade pela inserção de espécies produtoras de biomassa, nativas, intercaladas às espécies exóticas (frutíferas ou sombreadoras), o ambiente melhorado do *Sítio Dossel* tem o possível para perdurar, pois desfruta do que não é plantado: aves, mamíferos, abelhas, vida microbiana, água da chuva ou de mananciais, agora já recuperados.

A natureza tem sido generosa, a produtividade cresceu exponencialmente, sendo cultivadas cerca de 30 toneladas de raízes, frutas e legumes, além de 11.000 unidades de hortaliças, logo, a lucratividade acompanhou o cultivo. A agricultura familiar encontrou na prática agroflorestal um ambiente seguro, mais que isto, potencializou a segurança alimentar, com a sua diversidade de alimentos sendo consumida além dos limites da propriedade. A venda é pautada no comércio justo – livre de taxas de atravessadores e não acompanhando a oscilação do mercado, abstendo-se da supervalorização. Excedentes viram geleias, vinagres, vinhos, polpas, desidratados e conservas. Ali se produz mel, suco e farinha artesanal. A participação em feiras ajuda a dar sustentabilidade econômica às atividades atuais do *Sítio Dossel,* portador do selo "Orgânicos Brasil" para vegetais, importante ferramenta para credibilizar a produção. Ademais, a venda garantida de citros tem gerado demanda e direcionado alguns investimentos. Engajado na comunidade dos *Agrofloresteiros do Norte Gaúcho* da rede mundial *Slow Food*, o Sítio Dossel não tem intenção de retroceder em suas práticas, ao contrário, quer reafirmar e difundir as ações que devolvem ao ambiente natural o que lhe foi tirado, enaltecendo a importância de sua harmonia. Um projeto, a ser executado em longo prazo, prevê a elaboração de roteiros e atividades no ambiente rural, incentivando o turismo ecológico na região. Com isso, as vertentes ambiental, econômica e social da sustentabilidade estarão melhor equiparadas.

Figura 01: Sistema agroflorestal no Sítio Dossel. *Fonte: Acervo Pé na Terra.*

SÍTIO VIVAFLOR

Neste sítio de vivas flores a produção agroecológica teve início há quarenta anos, no momento de sua aquisição. Com manejos naturais para potencialização da fertilidade e diversificação da produção, a área tornou-se ainda mais fecunda, mesmo que o intuito primário não tenha sido a comercialização. Por outro lado, os excedentes sempre foram compartilhados com pessoas próximas, a fim de evitar desperdício, objetivando sempre o destino honroso de sua cultura em São João da Urtiga/RS.

A partir de 2015, com a atuação do engenheiro agrônomo Emanuel Hollenbach e de sua companheira, a bióloga e professora Naiara Santestevan, iniciou-se um processo mais aprofundado de transformação no sistema já implantado, adotando-se a permacultura e a agrofloresta. Com isto, houve a ampliação da produção de hortaliças, raízes, legumes, frutas, plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e mel, sendo este último o produto enfatizado (Figura 02).

Algumas mentes mais simplistas podem imaginar que o "mel se produz sozinho" e que está desvinculado de qualquer processo cuidadoso, ou manejo por parte dos seres humanos. Isto só seria verdade se os ecossistemas não estivessem tão degradados. Acontece que diversos elementos influem na produção melífera, e, atualmente, percebê-los é regra para vender mel de qualidade. Do clima ao pasto

Figura 02: Mel embalado no Sítio VivaFlor.

Fonte: Acervo Pé na Terra.

apícola (alimentação das abelhas) e ao entendimento do comportamento social das abelhas, tudo tem influência na qualidade do mel. A VivaFlor Produtos Naturais estruturou-se para a criação de abelhas, tendo inaugurado uma agroindústria de mel para extração e beneficiamento desse produto. Com o passar do tempo e o engajamento em ações sustentáveis houve também o ingresso na Rede Ecovida de Agroecologia, o que levou à obtenção da Certificação da propriedade de acordo com as leis vigentes sobre orgânicos.

Ao atuar com as perspectivas ilustradas, houve a aproximação com outros agricultores similares em ideologias sustentáveis e agroecológicas, e também ao se unir ao movimento *Slow-Food,* fortaleceu-se o *Grupo Pé na Terra.*

UTOPIA GASTRONOMIA ARTESANAL

Figura 03: Vista geral do Utopia Gastronomia Artesanal.

Fonte: Acervo Pé na Terra.

Na via principal do município de Sananduva-RS, o nome escolhido para um estabelecimento convida à reflexão. As definições para "utopia", no dicionário, sugerem locais e situações idealizadas e extraordinárias. Por mais que o termo possa abarcar interpretações mais complexas, o conceito da gastronomia artesanal ali é simples: priorização do alimento orgânico, oriundo da agricultura familiar, sazonal, e vendido a preço justo. Neste caso, é possível concordar que a escolha do nome foi adequada. A consciência ambiental e a iniciativa de Taciane Kartabil e Daniel Leite comprovam que nem toda utopia merece restringir-se ao plano das ideias.

Opondo-se ao ritmo irreflexivo da sociedade moderna, na era das franquias *fast-food,* alimentos transgênicos e altamente conservados, existe um movimento de retorno ao básico: à cozinha artesanal que, em muitas ocasiões, aguça lembranças afetivas. É a volta àquela cozinha que conhece a procedência do alimento e coloca no prato os sabores e as cores das estações, que retoma a importância do tempo na elaboração das refeições, e na qual a credibilidade não se alcança com estratégias de comercialização no uso de marcas, patentes e infraestruturas replicadas, àquela cozinha onde o padrão é a comida boa. Com sete anos de atuação local, o restaurante *Utopia Gastronomia Artesanal* teceu laços com produtores familiares locais, notabilizou peculiaridades regionais e realçou, na cidade, o conceito da ecogastronomia, a qual, de acordo com os princípios do *Slow-Food,* visa:

> *"[...] restituir ao alimento sua dignidade cultural, favorece a sensibilidade do gosto e luta pela preservação e uso sustentável da biodiversidade. Protege espécies vegetais e raças animais, contribuindo com a defesa do meio ambiente, da cozinha típica regional, dos produtos saborosos e do prazer da alimentação"* *(SLOW FOOD BRASIL, 2021).*

Nesta perspectiva, uma vez integrado à comunidade dos "Agroflorestais do Norte Gaúcho", o *Utopia,* graças a Taciane Kartabil (Gastróloga), será, em breve, uma das lideranças da América Latina e Caribe, na vivência dos preceitos do *Slow-Food,* com a participação em encontros vinculados à Rede.

Assim, nesta bem-sucedida iniciativa está implícito um fator positivo da globalização, levando as pessoas a se conectarem a experiências, compartilharem saberes regionais e científicos, alimentarem-se também de simbolismo, em uma cozinha onde os produtos agregam valor por qualidades ambientais.

Na loja anexa ao restaurante, diversos Artesanatos são comercializados, além de conservas, cafés e chás orgânicos, doces, bolachas, bolos e pães integrais, almoços e outras refeições congeladas, sucos e picolés de frutas nativas, cervejas e vinhos artesanais, assim como hortaliças frescas, que compõem o cardápio do *Utopia,* que há pouco tempo concentrou seu segmento em "Cafeteria e Pub", ainda fornecendo comida e recepcionando eventos. Como em todo empreendimento, neste também houve necessidade de adaptações, o que não significa dizer abrir mão do compromisso com o produtor rural, o ambiente natural ou o consumidor final.

Outras ações ajudam a reafirmar o diferencial do *Utopia* perante a gastronomia convencional, como a inserção de PANCs nos quitutes, promoção mediante troca de receitas e experiências sobre alimentos, plantio de árvores nativas como compromisso ambiental, e, ainda, doação de alimentos para pessoas de baixa renda.

A experiência tem sido desafiadora e gratificante até aqui. Cumprir um papel – porque não? –, educativo, no município, perante os clientes, fez, e continua fazendo, parte do processo, pois no *Utopia* há consumidores também de ideias. Isto porque a ecogastronomia vincula-se inclusive à educação alimentar, pela consideração de valores nutricionais – muitas vezes negligenciados nas linhas de produção convencional, situação que fragiliza a autonomia dos sujeitos, prejudicando a produção e o consumo de comida de qualidade.

Isto tudo vai além da facilitação dos fluxos de distribuição alimentícia, proporciona melhores condições ao agricultor, reduz pressões sobre o solo, plantas e animais, preservando a origem dos produtos.

A própria "Feira Pé na Terra", assunto que será melhor explanado no tópico seguinte, tem seu berço aqui, ajudando a contar a história "utopiana" e sua atuação diferenciada no mercado. Como planos futuros o empreendimento tem em vista uma atuação (comercialização e vínculo com agricultores) mais regional, ou seja, que venha a se expandir para além dos municípios citados.

Assim, abarcará um maior número de pessoas para esta causa. Naturalmente ações futuras se converterão em bons frutos ao empreendimento mesmo porque celebrar a naturalidade dos processos é a regra da casa.

A FEIRA DO GRUPO PÉ NA TERRA

Atividades desenvolvidas pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), com objetivo de promover agricultura saudável e ecorresponsável, aproximaram famílias empreendedoras. Assim, no seio de uma posterior amizade entre os representantes dos empreendimentos *Dossel, VivaFlor,* e *Utopia*, nasce, em 2018, o *Grupo Pé na Terra,* e, mediante a necessidade de aumentar a renda pela comercialização dos produtos orgânicos cultivados, *in natura* e processados, uma feira foi inaugurada. (Figura 04).

Figura 04: Feira Pé na Terra, no ano inicial e no ano pandêmico, após liberação para funcionamento.

Fonte: Acervo Pé na Terra.

Iniciada em setembro de 2018, a feira provocou uma mudança na dinâmica do restaurante, pois, desde o início de seu funcionamento, nela os consumidores passaram a encontrar, uma vez por semana, uma gama de itens com preços fixos, livres de agrotóxicos e colhidos no mesmo dia da venda, ainda que obedientes ao clima subtropical, rigoroso no inverno e no verão, afortunado no outono e na primavera. Pouco a pouco, os caixotes apresentavam cores e cheiros marcantes de cada estação. Ademais, o papel de uma feira se cumpriria, afinal, por essência ela é local de encontro, oportuniza a interação entre indivíduos, intercambia informações e experiências, fixando-se como elemento cultural categórico e representativo de cada espaço geográfico.

Momentos marcantes se deram em troca de livros, degustação de produtos oriundos de PANCs, apresentações de artistas regionais e campanhas de conscientização sobre diversos assuntos. O Grupo promoveu o conhecimento sobre práticas artesanais tradicionais e emblemas da região. O fluxo de pessoas aumentou exponencialmente no restaurante, pois ali passaram a encontrar um ambiente acolhedor, onde cabiam conversas, questionamentos e opiniões sobre especiarias, leguminosas, meles(ou méis), bolos, conservas, entre outros.

O que se destacou no processo foi a ausência de desperdício. Após toda a dinâmica da feira, sempre existiam remanescentes. Porém, foi desenvolvida uma lógica de aproveitamento dos alimentos. Eles eram separados e higienizados para compor refeições diárias no restaurante (ver imagem 05). Considerando os princípios da ecogastronomia o cardápio era preparado com base nos excedentes.

Figura 05: Mosaico de refeições produzidas pela Utopia Gastronomia Artesanal, com ingredientes dos Sítios Dossel e VivaFlor.

Fonte: Acervo Pé na Terra.

Entre 2018 e 2021, as refeições mantiveram seu custo básico, porque o caminho até à comercialização, ausente de atravessadores ou supervalorização, garantiu a autonomia para o estabelecimento de valores. A precificação segue a seguinte lógica: o cálculo inicia pelos custos de produção, adicionando o custo de preparação e venda. Por fim, é adicionada uma porcentagem de valor, que muda a cada tipo de produto, para a obtenção do lucro líquido.

O referido cálculo proporciona um preço mais reduzido ao cliente em comparação com o do mercado convencional. Desta forma, todas as partes se beneficiaram, haja vista o valor exorbitante sobre orgânicos, o que dificulta a alimentação de alto valor nutricional e segura, por parte das pessoas com renda mais modesta. Todo este engendramento de cultivo, processamento e comercialização concebido pelo Grupo possibilitou, no ano de 2020, o recebimento do P*rêmio Juventude Rural Inovadora da América Latina e do Caribe,* na categoria de "Segurança Alimentar", do "Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola" (FIDA/ONU). Tal premiação proporcionou maior visibilidade aos empreendimentos, além da divulgação do trabalho possível de ser replicado, até mesmo melhorado, ou adequado a outras realidades territoriais.

A partir dos controles de produção e venda, alguns números, aproximados, daquele ano, estão expostos no quadro a seguir:

Produto	Quantidade
Mel	01.800 kg
Polpa de frutas nativas (butiá, guabiroba, uvaia, araçá e jabuticaba)	02.000 kg
Hortaliças	11.000 unid.
Frutas convencionais	02.000 kg
Legumes	02.300 unid.
Raízes	03.200 kg
Demais produtos	01.500 kg
Refeições servidas	24.000 pratos
Lanches em geral	70.000 unid.

O Grupo entende que um ponto relevante na produção dos alimentos foi a concretização das agroflorestas. Entende ainda que este tipo de cultivo oportuniza autonomia agrícola e segurança alimentar, por não necessitar de insumos externos ao sistema e por haver maior resiliência em comparação a outros tipos de plantio. Considera-se ainda a diversidade de espécies e estratificação da vegetação. Anualmente são realizados mutirões para a ampliação de áreas agroflorestais (Figura 06), com o plantio de espécies nativas, de biomassa, frutíferas e de função sombreadora.

Com a dinâmica de valorização do alimento e todas as práticas já expostas neste escrito, não apenas o *Grupo Pé na Terra* mas também outros parceiros regionais conformam, hoje, uma comunidade da rede mundial *Slow Food:* "Agrofloresteiros do Norte Gaúcho". Tal comunidade dinamiza relações entre produtores, restaurantes, consumidores e simpatizantes dispersos no estado do Rio Grande do Sul, fortalecendo a máxima do alimento bom, limpo e justo. O grupo pretende crescer numericamente e permanece aberto ao conhecimento sobre outras práticas interessantes. Entende-se que só a união potencializará os avanços ambientais já conquistados. Assim, torna-se evidente a trajetória exitosa desse Grupo rumo à soberania alimentar, pelo exercício complexo e gratificante de seu trabalho.

Figura 06: Mutirão de implantação de uma área de 3.000m² de agrofloresta no Sítio Dossel, 2020.

Fonte: Acervo Pé na Terra.

Inovação

Pouco a pouco, o Grupo vem conquistando a confiança da população regional que consome os alimentos por ele ofertados. Inclusive, já ampliou as oportunidades de intercâmbios nas feiras para compartilhar livros e informações de interesse dos consumidores. Além disso, buscou também a aproximação e parceria com escolas para compartilhar com as no-

vas gerações a importância da adoção de modos de vida e consumo que respeitem o ritmo e os ciclos da natureza.

Em razão da participação, principalmente de jovens, em diferentes segmentos sociais, os integrantes do Grupo, bem mais que concorrer e vender alimentos visam compartilhar um ideal, uma utopia possível, por meio do aprimoramento de relações de produção e consumo que sejam economicamente justas, socialmente inclusivas, ambientalmente sustentáveis e, ainda, protetoras dos ecossistemas.

Pela dinâmica da relação do campo com a cidade, o *Grupo Pé na Terra* instaurou um processo que se inicia na produção. O plantio com base nos processos naturais proporciona autonomia produtiva para os agricultores dos empreendimentos ligados ao grupo. A forma com que os alimentos são produzidos gera diversidade e soberania que vão ecoar no processo de beneficiamento destes produtos, proporcionando seu total aproveitamento, evitando possíveis desperdícios, e, ainda, favorecendo a nutrição em diversidade.

Reconhecimento

Em 2020 o *Grupo Pé na Terra,* conforme já mencionado, foi agraciado com o *Prêmio Juventude Rural Inovadora,* promovido pelo FIDA, agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Em uma escolha entre 576 inscrições, envolvendo empreendimentos situados na América Latina e Caribe, o *Grupo Pé na Terra* foi escolhido por se enquadrar nos quesitos de replicabilidade, grau de inovação, impacto no desenvolvimento rural, atuação com grupos em situação de vulnerabilidade, bem como inserção no mercado e modelo de negócio com viabilidade econômica. Enquadrando-se na categoria de Segurança Alimentar, do Prêmio, o grupo se destacou pela produção de qualidade sem comprometer a saúde e a cultura das populações.

Esse Grupo também é uma das iniciativas destacadas pelo CETAP, junto às ações de interrelação entre rurais e urbanos, protagonismo dos jovens e das mulheres para discussão, implantação e execução de todas as etapas de trabalho. Esta também foi uma iniciativa indicada como “lupa”, pelo avaliador externo do Projeto em Rede, executado pelas organizações CETAP, CEPAGRO, CENTRO VIANEI e AS-PTA.

Referências Bibliográficas

SLOW FOOD. BRASIL. Disponível em *https://slowfoodbrasil.org/temas-campanhas/ecogastronomia.* Acesso em: 15 de outubro de 2021.

ESTUDO DE CASO V

APEP – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ECOLÓGICOS DE PALMEIRA/PR

Há duas décadas promovendo saúde com a garantia do alimento saudável na mesa das famílias palmeirenses.

Fábio Júnior Pereira da Silva
fabio@aspta.org.br

Miriane Araujo Serrato
miriane@aspta.org.br

A experiência aqui sistematizada refere-se à trajetória da *Associação de Produtores Ecológicos de Palmeira/PR (APEP),* uma organização de famílias agricultoras com um objetivo em comum: promover a saúde por meio da alimentação saudável, com alimentos produzidos de forma orgânica, livre do uso de agrotóxicos e de transgênicos.

A APEP atua na região há mais de 20 anos e vem se valendo de diferentes linhas de comercialização, tais como: feiras livres no centro da cidade; entrega em domicílio, de cestas previamente encomendadas pelos consumidores; fornecimento para restaurantes e redes locais; comercialização de sementes para a Entidade parceira: *Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia* (AOPA); participação nos programas governamentais de políticas públicas – *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar* (PAA) e *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE). E, recentemente, as famílias agricultoras têm seus produtos expostos em um espaço coletivo de produtos artesanais e coloniais, oriundos da agricultura familiar, denominado *Vagão.*

A Associação passou, ao longo dos anos, por diversas dinâmicas de construção social de mercados, desde a formação de parcerias até as diferentes formas de comercializar os produtos das famílias agricultoras. Nos últimos cinco anos a APEP, em parceria com a *Agricultura Familiar e Agroecologia* (AS-PTA), vem buscando estreitar os laços entre agricultores e consumidores por meio de várias ações que aproximem essas duas pontas.

Esse investimento em articulação visa aproximar produtores de consumidores para que, juntos, consigam construir mercados justos e participativos, nos quais os consumidores possam manter relações mais articuladas com os(as) produtores(as), com sua forma de produção, e assim promover a saúde de todos. Essa relação mais harmoniosa incentiva as novas gerações a se preocuparem com a origem do alimento consumido pelas famílias e reconstrói, entre produtores e consumidores, parte do sistema agroalimentar de abastecimento.

Contexto

A construção da Agroecologia, no município de Palmeira, região centro- sul do Paraná, ocorre desde o final dos anos 1980. Em especial essas ações estão alicerçadas no trabalho de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Palmeira, assim como de outros *Sindicatos do Território.* O incentivo para conservação e preservação das sementes de variedades crioulas, manejo ecológico do solo, controle de pragas e doenças por produtos naturais motivaram a produção orgânica e o sistema agroecológico.

O Poder Público local, na gestão do ano 2000, por meio de suas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, incentivou e apoiou o trabalho em defesa da agrobiodiversidade com projetos e programas de conservação das sementes crioulas, mapeamento e incentivo à produção de alimentos.

Nessa referida gestão, o Poder Públi-

co realizou programas como a distribuição de sementes crioulas para os agricultores familiares do município, incentivando a produção e a autonomia na produção de sementes, e aportando *Assistência Técnica e Extensão Rural* (ATER) para as organizações sociais dos(as) agricultores(as) familiares.

No ano de 1997 ocorreu o primeiro encontro regional de Agroecologia, no qual as Entidades sociais locais e do Território discutiram e elaboraram o planejamento do desenvolvimento da agroecologia na região.

O envolvimento das organizações fortalece o trabalho com as sementes crioulas, o manejo do solo e a produção de insumos alternativos pelas famílias, como o "adubo da independência". O adubo da independência é um composto orgânico obtido por meio da fermentação de estercos com o auxílio de microrganismos nutridos com fontes energéticas, como farelos e grãos, entre outros. É uma adaptação do *bokashi.* Nesse mesmo período foi construída e implementada a "Metodologia dos Campos de Experimentação e Avaliação" das variedades de sementes de milho, feijão e adubos verdes, técnicas e práticas estas incorporadas pelas famílias agricultoras que reacenderam a discussão da agricultura orgânica.

Construiu-se também a possibilidade de comercialização da produção agroecológica em Curitiba (PR), em parceria com a *Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia*/AOPA, iniciativa essa por

Figura 01. Família Gurski, cultivo de morangos orgânicos, Palmeira/PR. 2021

Fonte: Arquivo da AS-PTA, 2020.

meio da qual foram cadastradas cerca de 200 famílias que passaram a fazer parte do processo de comercialização.

Motivados pela comercialização e valorização dos alimentos, os(as) agricultores(as) familiares, que tinham em comum o desejo de dar continuidade à produção orgânica, criaram, em 07 de fevereiro de 2000, a *Associação de Produtores Ecológicos de Palmeira* (APEP), que teve como primeiro presidente o Sr. Carlos Alberto Robes. Nesse mesmo ano foi realizada a primeira feira de sementes no município, envolvendo mais de 40 comunidades rurais. A feira contou com o apoio da Igreja Católica e do Poder Público municipal. Durante o evento foi possível trocar e comercializar, no município, uma ampla diversidade de sementes crioulas,

proporcionando uma renovação de energias para a produção orgânica, em especial, no grupo da APEP, que estava começando.

Ainda em 2000, com a demanda crescente de alimentos orgânicos e de qualidade, decidiu-se instalar a feira orgânica de Palmeira, com as famílias de apenas dois feirantes, ambos membros da APEP: Carlos Alberto Robes e Roberto Gurski, este último com 18 anos de idade na época. Naquele momento, a feira ocorria no mesmo local da feira de produtos e alimentos convencionais, o que gerou alguns conflitos para a diferenciação desses produtos. A população não sabia o que era orgânico e o que era convencional.

A partir da dificuldade de entendimento da diferença entre alimentos convencionais e agroecológicos foi organizado e iniciou-se um processo contínuo de conscientização dos consumidores. Isso foi possível por meio do diálogo direto entre os produtores e os consumidores. Para evitar novos conflitos com os demais agricultores e buscar um espaço próprio, a APEP procurou, junto ao Poder Público, um espaço para realizar uma feira exclusiva para alimentos orgânicos. Assim, no mesmo ano, estas famílias de feirantes se deslocaram para a praça Domingos Theodorico de Freitas. Atualmente são oito famílias da APEP que comercializam nessa feira.

Em 2001 foi consolidado o programa municipal de compra da alimentação escolar agroecológica, por meio do Decreto nº 3.690, de 21/06/2001. Com esta ação

Figura 02. Agroindústria da Família Gurski, Palmeira/PR. 2021.

Fonte: Arquivo da AS-PTA, 2020.

do Poder Público municipal, 35 famílias conseguiram realizar a venda direta dos seus alimentos para as escolas do município. Nos anos de 2004 e 2005, com a mudança da conjuntura política municipal, vários entraves em relação ao fornecimento de produtos agrícolas para a alimentação escolar começaram a surgir. Os agricultores que entregavam alimentos foram desanimando e parando de produzir e entregar, muitos partiram para a produção do tabaco orgânico, diminuindo fortemente a oferta de alimentos orgânicos e da agricultura familiar no programa de alimentação escolar do município.

Os agricultores que entregavam neste programa de alimentação escolar e estavam associados à APEP buscaram manter o grupo unido. Uma oportunidade, que é também uma ferramenta de fortalecimento para esta união, foi a certificação das propriedades através da *Rede*

Ecovida, por meio do Sistema Participativo de garantia. Nesse mesmo momento, com o objetivo de preservar e defender a agrobiodiversidade no município, é criada uma rede de famílias guardiãs de sementes. Guardião de Semente: é aquele que conserva, cuida e multiplica sementes crioulas passando de geração para geração.

As famílias guardiãs de sementes organizam encontros para a troca de saberes, e de sementes crioulas, e, nas propriedades, foram implementados experimentos com sementes crioulas. Esses experimentos foram ferramentas importantes para a manutenção e estruturação da Agroecologia no município, promovendo uma conscientização sociopolítica e ações para busca de representatividade ficou mais forte junto à gestão pública e às entidades de base.

Ao longo do tempo outros canais de comercialização foram sendo construídos para atender a demanda de alimentos produzidos pelas famílias da Associação, tais como: mercado de compras governamentais, espaços em mercados locais e regionais, restaurantes locais, cestas domiciliares e fornecimento de sementes

Figura 03. Encontro do Coletivo Triunfo, formação do coletivo de mulheres, São João do Triunfo/PR, 2020.

Fonte: Arquivo da AS-PTA, 2020.

Figura 04. Família Barbosa e Lourenço, Assentamento Palmares II, Palmeira- PR, 2021.

Fonte: Arquivo da AS-PTA, 2020.

crioulas, em especial de hortaliças, para a Casa de Sementes, em Mandirituba.

As Casas da Semente são espaços coletivos, comunitários e regionais que abrigam diversas variedades de sementes crioulas resgatadas por um grupo de pessoas. Essas Casas preservam a riqueza da biodiversidade da região e garantem o monitoramento e abastecimento de famílias agricultoras que querem novas variedades e/ou perderam suas variedades.

Além disso há participação em feiras municipais e regionais de sementes crioulas, por intermédio do envolvimento no *Grupo Coletivo Triunfo*, que é um grupo de união para conservação da agrobiodiversidade e de envolvimento nas lutas do campo, das regiões Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense, formado por diversas Entidades de defesa da Agroecologia da região, havendo ainda a participação de escolas, universidades, institutos, professores, estudantes, poder municipal, e principalmente, agricultores guardiões de sementes crioulas.

Características Gerais do Município de Palmeira/PR

O município de Palmeira teve sua origem, no Século XVII, através do antigo "Caminho das Tropas" que ligava a cidade de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul, às feiras de gado na região de Sorocaba, no estado de São Paulo. Muitos destes tropeiros que passavam pela região fizeram do local, onde se situa hoje o município, pouso para descanso de suas tropas. Posteriormente, fixaram-se no mesmo local formando família e fazendo surgir um pequeno povoado que também serviu de morada para antigos bandeirantes e remanescentes de negros escravizados. Em 1878, por incentivo do governo imperial, começaram a chegar e fixar-se na região os imigrantes poloneses, italianos, alemães, russos, sírio-libaneses e japoneses.

Com uma área de 1.552 km², Palmeira limita-se, ao norte, com o município de Ponta Grossa, ao sul, com os municípios de São João do Triunfo, Lapa e Porto Amazonas, ao oeste, com o município de Teixeira Soares, e a leste, com os municípios de Campo Largo e Balsa Nova.

A Economia do município está assentada no setor primário: pecuária e agricultura, destacando-se nesta as culturas de soja, milho, feijão, arroz, cevada e trigo. No setor secundário encontram-se as indústrias de beneficiamento e transformação de madeira, bem como a indústria de laticínios.

O município conta com cerca de 3.100 agricultores familiares, distribuídos por 38 comunidades rurais. Também conta com dois Assentamentos de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST): Palmares II e Pinheiral.

Objetivos da APEP

Um dos principais objetivos e princípios da APEP é a conscientização dos consumidores, para que cada vez mais as famílias coloquem alimento saudável, oriundo da produção familiar e orgânica, em suas mesas. *"Alimento saudável é o que gera vida, porque a maioria de muitas doenças que há vêm da má alimentação, e então é por isso que a gente quer que o nosso alimento chegue até à mesa do consumidor"* afirma Roberto Gurski, um dos produtores e feirantes orgânicos da APEP.

Os agricultores do grupo de cultivo agroecológico buscam novos integrantes para a Associação, e essa opção vai ao encontro do aumento da oferta e diversificação de produtores para consumidores. O objetivo da Associação é que a Agroecologia se alastre por todo o município e que a rede de consumidores também possa ser ampliada, de forma que os alimentos agroecológicos possam ter preços mais

acessíveis aos consumidores, a produção seja diversificada e que os agricultores agroecológicos cumpram, de modo mais amplo, o seu papel no município.

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO:

Canais de comercialização:

Sendo o principal canal de comercialização, pela maior visibilidade dos agricultores e produtos e também pelo maior retorno de renda, fazendo parte do calendário semanal das famílias palmeirenses, a feira orgânica de Palmeira completa seus 21 anos de existência no ano de 2021.

Durante todos esses anos, todas as manhãs de sábado, a "Feira Orgânica da APEP" enche a Praça Domingos Theodorico de Freitas com cores e sabores, proporcionando as condições para uma alimentação saudável e abrindo um caminho direto de abastecimento entre produtores(as) e consumidores(as).

Os consumidores destas feiras também buscam alimentos naturais, saudáveis, que os aproximam da lógica biológica do cultivo, e fortalecem o pequeno produtor. Assim, ambos se beneficiam em seus objetivos de estilo de vida saudável e mais próxima da natureza.

A feira agroecológica muitas vezes é a única fonte de renda do agricultor familiar, e é por meio deste trabalho que ele vai sustentar a si e a sua família, o que, segundo Santos (2018), torna a produção uma relação intensa entre a sociedade e a natureza.

Conforme relata o agricultor Roberto Gurski, pioneiro na feira de orgânicos e que até os dias de hoje permanece nesse processo: *"A gente tinha dificuldade de vender produtos orgânicos, o pessoal confundia até com produto transgênico, não se falava muito nisso naquela época".*

O trabalho de conscientizar os consumidores foi um processo longo, com muito diálogo, em cada feira tinham que reforçar a importância de uma alimentação sem uso de agrotóxicos, pautada no que é mais saudável. A partir de 2012 já se tem uma narrativa nacional mais forte sobre alimentação orgânica e saudável, e isso, aliado ao fato de que, hoje, os consumidores têm mais informações, resultou no aumento da demanda. *"Comer bem é o melhor remédio",* é a fala de um consumidor da feira.

Atualmente, há oito famílias envolvidas na feira. Elas iniciam a colheita e preparo dos alimentos na sexta-feira e trazem para a cidade ao amanhecer do sábado, permanecendo no local até às 11 e 30h. *"Temos consumidores que às 06h da manhã já estão aqui para buscar seus alimentos",* ressalta Sílvio Sluza, agricultor participante da feira

Entre os alimentos comercializados estão hortaliças, tubérculos, legumes, frutas, conservas, doces, geleias, feijão, farinha, fubá, panificados, queijos, ovos, sorvetes, nata e manteiga. A comercialização promove uma das rendas principais das famílias, correspondendo a uma receita entre R$1.000,00 a R$2.000,00 (mil a dois mil reais) mensais a cada barraca da feira, nas épocas de mais diversidades de produtos.

A quantidade de consumidores é variada, e vem aumentando gradativamente. Cabe ressaltar que, em 2016, iniciou-se um trabalho com consumidores desta feira. O primeiro passo foi levantar as percepções de quem compra e consome os alimentos.

Esta ação foi realizada com o objetivo principal de promover e articular as dinâmicas locais entre agricultores e consumidores, desencadeando outras ações que proporcionam o fortalecimento desta relação.

Figura 05 - Identidade visual da Feira Orgânica.

Fonte: Arquivo da APEP.

Metodologias de Aproximação com Consumidores

Intercâmbios:

Esta é uma ferramenta utilizada pela AS-PTA desde o início de sua atuação no Território, com bons resultados para o trabalho com consumidores, pois estes tiveram a oportunidade de ir conhecer as propriedades familiares que realizam a feira, permitindo um diálogo mais direto de troca de conhecimento sobre os processos de produção orgânica e agroecológica e a realidade das famílias agricultoras.

Os resultados surgiram logo depois da experiência. Um dos agricultores relata que uma consumidora, que sempre consumiu alimentos das bancas, porém, sempre reclamava da aparência dos produtos, mudou radicalmente a visão após o intercâmbio.

Conforme o relato do agricultor e feirante Sílvio: *"Essa senhorinha, que antes sempre reclamava dos produtos, agora nos defende 'pros' outros consumidores e incentiva os outros pra comer orgânico".*

Figura 06. Consumidores urbanos em intercâmbio, conhecendo o sistema de produção dos agricultores familiares que realizam a feira em Palmeira-PR.

Banquetaço:

Esta é uma metodologia que foi aplicada a partir do trabalho com consumidores para chamar a atenção da população em geral sobre a importância de um consumo consciente. Em um espaço público junto à feira foram disponibilizados diversos locais para degustação de alimentos e explicação sobre sua origem, valorização dos circuitos curtos de comercialização, danos causados pelos agrotóxicos e transgênicos, e também apresentar informações sobre políticas públicas, como o PAA e o PNAE, aumentando a consciência sociopolítica dos consumidores.

Figura 07. Banquetaço na Praça do Cemitério, junto à feira orgânica.

Fonte: acervo AS-PTA.

Seminários:

Realizados junto ao espaço da feira regional de sementes, com apresentações de experiências de agricultores e técnicos com temas de interesse tanto para agricultores quanto para consumidores, esses eventos possibilitam ampliar os conhecimentos, fortalecer diálogos e construir ações, promovendo a agricultura familiar local.

Figura 08. Seminário Redes de Abastecimento Alimentar e Circuitos Curtos de Alimentação.

Fonte: acervo AS-PTA.

Cestas entregues em domicicílios e restaurantes

Para ampliar o número de famílias consumindo alimentos orgânicos e de qualidade, a APEP promoveu entregas de cestas em domicílio, o que gerou mais renda aos agricultores.

Atualmente três famílias agricultoras realizam a entrega de 100 cestas semanais aos consumidores. Essa é uma opção dos consumidores que não querem, ou não podem, ir à feira para comprar. O consumidor encomenda durante a semana o que quer receber na sua casa e os agricultores realizam a entrega. Desta forma, os consumidores que não têm tempo ou estão mais distantes da feira, têm a oportunidade de consumir alimentos saudáveis. A informação é que todas as semanas a rede de famílias abastecidas pelas cestas cresce.

Silvio Sluzar, agricultor familiar que entrega as cestas, conta: *"Numa semana eu deixo pra uma casa na rua, na outra semana eu já vou com cestas a mais, porque ela conta 'pras' vizinhas, daí naquela rua eu já entrego três e assim por diante, a procura sempre vai crescendo".*

Cabe ressaltar que o canal de comercialização teve seu início muito timidamente, mas que aos poucos foi ganhando espaço e adeptos. Uma ferramenta muito utilizada é o aplicativo *whatsapp*, pelo qual os consumidores realizam suas encomendas para a semana.

Junto com as vendas e entregas de cestas em domicílios foram também iniciadas as entregas de produtos nos restaurantes locais e da região. Um exemplo é o Restaurante Girassol, em Palmeira, bem conhecido no Sul do país, às margens da BR 277, rodovia que corta o estado do Paraná de leste a oeste, e vem oferecendo em seu cardápio alimentos orgânicos provenientes da APEP.

Figura 09. Agricultor familiar entregando alimentos nas casas dos consumidores.

Fonte: acervo AS-PTA.

Esta parceria está alicerçada em uma relação de confiança e compromisso que, ao longo do tempo, foi sendo estabelecida com a proprietária do restaurante, a qual é *Cheff* de cozinha e compartilha dos mesmos princípios no que se refere à alimentação saudável. Hoje essa entrega é realizada por duas famílias agricultoras que se revezam semanalmente, e se complementam com a produção dos produtos.

Este canal de comercialização tem um bom caminho para crescer, e enfrenta

dificuldades de expansão devido à pouca produção e oferta de produtos, em especial, uma produção diversificada, pois as entregas são praticamente de folhosas, como alface, rúcula, brócolis, couve flor, repolho e temperos. Assim, um dos desafios da Associação é a maior diversidade na oferta de produtos.

Comercialização de sementes

O trabalho com sementes crioulas está na origem do trabalho com Agroecologia no Território centro-sul do Paraná, além de estar na essência da maioria dos agricultores familiares que praticam e desenvolvem a agroecologia.

{..} as sementes representam relações de poder e resistência ao modo de produção capitalista que valoriza um sistema de monocultura e acréscimo de lucros (Nascimento; Moreira, 2008b, p. 12).

Os agricultores familiares da APEP cultivam, multiplicam, selecionam e comercializam as variedades de sementes crioulas em canais como as feiras de sementes e também nas comunidades próximas. Aqui vale o destaque para a Casa das Sementes de Mandirituba, na região metropolitana de Curitiba (PR). Essa Casa articula uma rede de agricultores(as) que trabalham com produtos orgânicos e que produzem e também demandam sementes crioulas para suas produções próprias.

Esse canal de comercialização ainda não proporciona renda monetária expressiva às famílias. É uma renda que, somada aos demais canais de comercialização, complementa o orçamento familiar. No entanto, a articulação existente na Casa de Sementes é, sobretudo, um movimento que provoca autonomia na escolha do uso da agrobiodiversidade, característica fundamental na Agroecologia.

A possibilidade de ter suas próprias sementes e ofertá-las aos demais agricultores familiares, possibilita a independência frente ao mercado convencional globalizado de sementes, que é monopolizado por pouquíssimas megaempresas transnacionais.

Figura 10. Alimentos frescos sendo preparados para PNAE de Palmeira –PR. *Fonte: acervo AS-PTA.*

PAA E PNAE

Os programas de compras governamentais sempre estiveram presentes nas ações e vida da Associação. A comercialização para a alimentação escolar foi um dos primeiros mercados acessados pelos agricultores familiares em 1997, despertando o interesse em criar a Associação em 2000.

E desde este despertar não se parou mais de atuar neste mercado, que é de extrema importância não só para a APEP, mas também para outras organizações e agricultores familiares do município e do Território. Um exemplo é o envolvimento da Associação e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na formação da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Palmeira (CAFPAL). A Cooperativa desenvolve o papel de promover e dialogar com os gestores e fornecedores do PAA e do PNAE, desde a produção até às reivindicações junto à gestão pública.

As Entidades da agricultura familiar avaliam que, após sete anos de abastecimento para o PAA e PNAE, representam uma das principais ferramentas na democratização do alimento saudável a toda a população, principalmente para a população em vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, diversos entraves, impostos por gestões públicas conservadoras, nos últimos anos, prejudicaram a execução destes programas. A APEP e as demais organizações do Território seguem trabalhando e lutando para manter esses canais de abastecimento.

Apesar de o PNAE estadual estar diminuindo seus recursos para a agricultura familiar, a Associação continua fornecendo seus alimentos para este programa. O abastecimento alimentar para o PNAE municipal, nestes dois últimos anos, com a pandemia, sofreu fortes cortes na aquisição de alimentos.

Na mesma linha, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) segue neste mesmo caminho. Nos anos de 2011 e 2013 ocorreu ascensão na aquisição e foi

Figura 11. Familia Sluzar preparando alimentos para a Feira de Palmeira/PR.

Fonte: acervo AS-PTA.

um canal de comercialização muito utilizado pela CAFPAL e outras organizações. Destaca-se o PAA na modalidade aquisição de sementes.

Nesse período a Associação comercializou mais de 170 toneladas de sementes crioulas, com 120 famílias sendo fornecedoras e mais de 8.500 famílias sendo beneficiárias na doação de sementes. Este trabalho foi desmantelado pela Operação "Agro Fantasma", que teve todos os agricultores familiares envolvidos inocentados. A Operação "Agro Fantasma", foi a operação deflagrada pela Polícia Federal, e capitaneada pelo então desconhecido juiz Sérgio Moro, com o objetivo de investigar fraudes no Programa de Aquisição de Alimentos, durante a qual agricultores familiares da região foram presos, injustamente, e todos posteriormente absolvidos.

VAGÃO

A Cooperativa da Agricultura Familiar de Palmeira (CAFPAL) em parceria com a Prefeitura e com a Secretaria de Cultura municipal, vêm gerindo, desde agosto do ano de 2021, um espaço físico de abastecimento denominado Vagão.

O Projeto visa potencializar a exposição e comercialização de alimentos e produtos artesanais oriundos da agricultura familiar. O local é um espaço para comercialização mas também um local de conservação da cultura local, funcionando como vitrine da cidade. Isso contribui para o escoamento direto dos produtos, em um local perene de comercialização.

O local fica às margens da estrada PR 151, na antiga estação de trem, o que facilita a visualização e divulgação dos produtos. Essa iniciativa incentiva o comércio local, facilita o escoamento e valoriza os agricultores e artesãos locais.

Figura 12. Vagão reformado para comercialização de alimentos e artesanatos locais, 2021

Fonte: Arquivo da Cooperativa da Agricultura Familiar de Palmeira (CAFPAL).

REFLEXÃO

Em contraponto aos processos de desterritorialização, artificialização, padronização e oligopolização da produção e do consumo alimentar, uma série de movimentos sociopolíticos se constituíram nos últimos anos. Todos os canais de comercialização/abastecimento construídos ao longo da trajetória da APEP e CAFPAL demonstram que apesar dos obstáculos oriundos da desconstrução de políticas públicas e direitos, bem como da pressão constante dos grandes oligopólios agroalimentares, existem esforços contínuos e pulsantes das Organizações de base da agricultura familiar para sua manutenção, inovação e articulação com os consumidores.

Para Darolt *et al* (2013) cada vez mais o consumidor consciente busca nos mercados locais produtos ecológicos, de época, e com preços justos, mas também quer adquirir produtos "com a cara" do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, entre outras.

Esse conjunto de características singulares é valorizado por um número crescente de consumidores. Isso cria novas relações sociais e novos valores, promovendo o resgate da autonomia dos agricultores. Nesse sentido, as políticas públicas têm um papel fundamental para formar e informar os consumidores menos esclarecidos e com menor poder aquisitivo.

As relações que se estabelecem entre as organizações e pessoas permitem a formação de uma "rede", em que a comunicação se estabelece não só dentro dela mesma mas também com outras redes no Território e no entorno dele, possibilitando o desenvolvimento e promoção da agricultura familiar, mesmo que essa "rede" não se constitua em um espaço formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática:** uma metodologia para sistematização de experiências. Brasil. AS-PTA, 2007.

DAROLT, M.R.; LAMINE, C.;BRANDEMBURG A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos:** ensinamentos do caso brasileiro e francês. *In* Revista Agriculturas Vol. 10 , nS (2): junho de 2013, p.08-13.

NASCIMENTO, J. M.; MOREIRA, E. **Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão Paraibano.** *In:* Semiluso – Seminário Luso Brasileiro, Ano II, 26 a 28 de junho de 2008, João Pessoa, PB. Editora Universitária UFPB, 2008b. CDROM

NIEDERLE, P. A. **Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. In Revista Agriculturas:** experiências em agroecologia, v.10, nº 02

PRADO, B.A. **Novas conexões entre rural e urbano.** *In:* Revista Agriculturas. Vol. 12. nº 02, 2015. Editorial. p. 04 e 05.

SANTOS, Mariana Moreira. F**eiras agroecológicas em Uberlândia – MG:** desafios e perspectivas. Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

SILVA, F.JR.P; JANTARA, A.E. **Conexões:** Agrobiodiversidade, Circuitos curtos de Abastecimento. *In:* Abastecimento agroecológico de consumidores articulados com segurança alimentar e nutricional. Org. Natal João Magnanti. Lages / SC. Mayer, 2017. 122-124 p.

ESTUDO DE CASO VI

COFAECO

Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos de São Mateus do Sul.

O Protagonismo da juventude nas dinâmicas de comercialização

Fábio Jr. Pereira da Silva – *fabio@aspta.org.br*
Miriane Araujo Serrato – *miriane@aspta.org.br*

Resumo

A presente experiência refere-se à construção da Cooperativa de Agricultores Ecológicos de São Mateus do Sul (COFAECO), que surgiu no ano de 2004, com o intuito de consolidar um espaço de diálogo, discussão e desenvolvimento local e territorial comum para os agricultores defensores da produção orgânica e agroecológica. Esta Cooperativa busca também organizar as famílias agricultoras e seus produtos para, por meio de oportunidades de mercados locais, regionais e institucionais, proporcionar uma comercialização garantida, gerando renda e incentivando a produção de alimentos seguros e saudáveis para os consumidores.

Após 17 anos de criação da COFAECO, foram alcançados os objetivos de organizar os agricultores, a produção e a comercialização, fortalecendo a produção e incentivando uma construção justa de mercado, aproximando as duas esferas: agricultores e consumidores.

Os canais de comercialização são abastecidos pelos produtos agroecológicos, e o alimento chega a diversos públicos graças à dinâmica de diferentes meios, tais como a loja da COFAECO, a Feira Livre do Produtor, as sacolas para as entregas domiciliares, a inserção em programas institucionais como o *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar* (PAA) e *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE), a participação nas feiras de sementes e, também, a venda direta, na propriedade.

A meta é que junto com a comercialização dos alimentos também chegue ao consumidor a informação da procedência do produto e os benefícios que este alimento tem, tanto para quem produz quanto para quem o consome.

O destaque desta experiência é a significativa participação da juventude à frente do trabalho com a Agroecologia, tanto na produção quanto na comercialização. Jovens que saíram de suas propriedades, agora retornam a elas para dar continuidade à trajetória da família e, com muito trabalho de conscientização, incentivar outros jovens a construírem um futuro sustentável.

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

O município de São Mateus do Sul está situado na região sul do Estado do Paraná, distante 150 km da capital, Curitiba. A região sul do Paraná é formada por nove municípios de pequeno porte, cuja maior população está no município de União da Vitória, e depois no de São Mateus do Sul, que tem, conforme o *site* da Prefeitura (São Mateus do Sul, 2011), cerca de 41.617 habitantes.

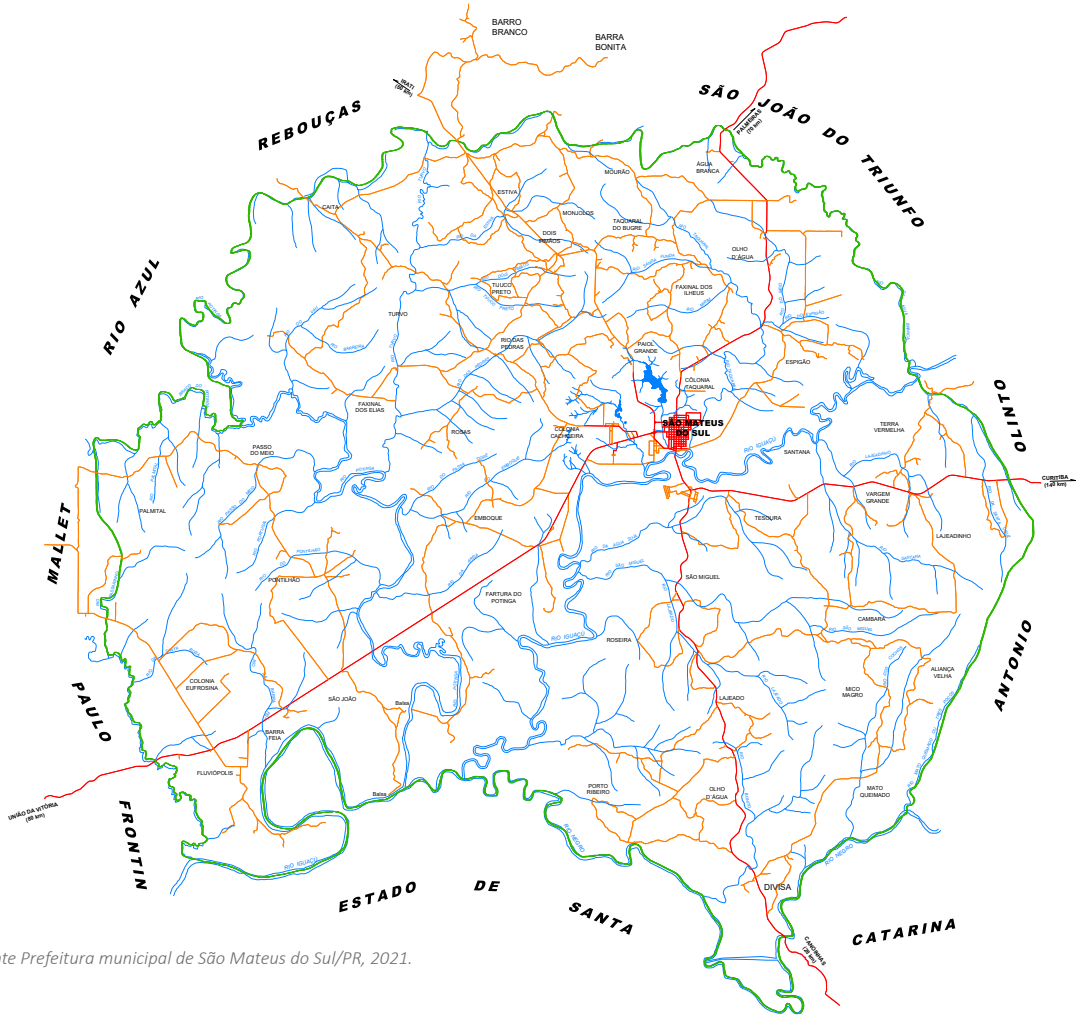
A região é caracterizada pelo bioma de mata atlântica e ecossistema de floresta ombrófila mista que – apesar da forte exploração da madeira, principalmente depois da modernização e tecnificação da agricultura que ocorreu nos anos 70 (revolução verde), colocando o bioma em risco –, ainda possui uma cobertura vegetal correspondente a 12,76% da região e 1,69% do estado, sendo uma das regiões com maior cobertura florestal.

Concentra-se aí o maior estoque contínuo de remanescentes da Floresta de Araucária, que serve de *habitat* para um grande número de espécies faunísticas em estado crítico de conservação no Estado, muitas delas com risco de extinção (IPARDS, 2006). A Economia do município de São Mateus do Sul é basicamente agrícola, com uma maior porcentagem de

agricultura de base familiar, e conta também com a presença de indústrias, inclusive do setor madeireiro. Ao longo dos anos, devido à contínua exploração econômica e devastação ambiental que a região vem sofrendo, além do uso de agrotóxicos, o bioma de mata atlântica com sua gradativa degradação traz consigo o impacto da diminuição e extinção de diversas espécies da fauna e da flora natural, como é o caso de espécies florestais conhecidas popularmente por canela, imbuia, cedro e, principalmente, a araucária. Além da flora, essa degradação acarreta também a diminuição de espécies animais, como o cateto, a paca, a cutia, as abelhas Mandaçaia, Mirim e Vuíra, os peixes Guasca, Cará e Lambari e algumas aves como a pomba preta, o sabiá coleira, o siriri, o titicão, dentre outras.

Esse cenário visível de degradação é relatado a partir da percepção dos agricultores familiares, que, além de sentirem a ausência de espécies florestais e animais, ressaltam a ativa diminuição do volume de água nos rios que abastecem a região, diminuição essa que é fruto da exploração da mata ciliar e assoreamento, trazendo preocupação constante para os agricultores familiares, pois todos dependem da água para a sobrevivência.

Figura 1 – Mapa de São Mateus do Sul/PR.



Fonte Prefeitura municipal de São Mateus do Sul/PR, 2021.

CONTEXTO

A Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos de São Mateus do Sul (COFAECO) foi fundada em 13 de abril de 2004, congregando 25 famílias associadas, atingindo diretamente 125 pessoas. Ela surge como resultado do trabalho de um grupo de famílias agricultoras em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e AS-PTA.

Este Grupo atuava, desde 1993, na transição dos sistemas de produção a partir do resgate de sementes crioulas e do uso de tecnologias alternativas em manejo do solo, florestas, mananciais, entre outros recursos naturais, visando promover os sistemas de produção agroecológicos na região.

Um dos grupos que constituiu a formação da COFAECO foi o *Grupo Alimentos para a Vida* (1996), dedicado à produção e comercialização de alimentos de base agroecológica como alternativas de fonte de renda e permanência das famílias no campo, o que ocorria desde 1993 em toda a região Centro-Sul do Paraná.

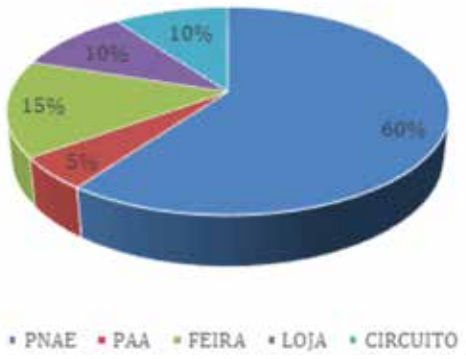
O "Grupo Alimentos para a Vida", que tem integrantes dentro da COFAECO, promoveu a troca, conservação e multiplicação de sementes crioulas, de experiências e a difusão de pesquisas de iniciativa dos próprios agricultores e agricultoras. Esse Grupo começou também a se inserir na organização das *Feiras de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade,* sendo que São Mateus do Sul foi um município que acolheu diversas Feiras de Sementes, tanto municipais como regionais.

A realização de três feiras municipais e uma regional, além da participação nas 17 feiras regionais e as mais de 50 toneladas de sementes comercializadas e distribuídas nesse período, foram e continuam sendo importante fonte de motivação para articulação agroecológica na região. A COFAECO vem incentivando e apoiando estes processos pois foi a primeira Cooperativa da região a comercializar sementes crioulas em programas institucionais, no PAA Sementes. Para Silva e Jantara (2017), estas ações corroboram a conservação, multiplicação e diversificação das variedades crioulas nas propriedades.

A COFAECO segue nesta caminhada, tendo na Agroecologia os fundamentos para desenvolver a produção de seus associados, cuidando do interesse econômico dos mesmos e, por meio de feiras livres, de projetos do PAA e PNAE, organiza o comércio dos alimentos agroecológicos produzidos, além de participar do circuito de comercialização de alimentos agroecológicos da Rede ECOVIDA de Agroecologia, conforme figura a seguir.

A Cooperativa, através de seus incentivos à produção agroecológica, tem, entre seus cooperados, famílias produtoras de erva-mate orgânica e, em 2005, deu início a processos de comercialização com a em-

Figura 2. Expressão em porcentagem dos canais de comercialização.



Fonte Cofaeco, 2021.

presa *Guayaki Latina Americana S/A,* com o objetivo de viabilizar o escoamento desse alimento a preços justos, visto que a indústria local não inspirava nos agricultores a garantia de comercialização agroecológica desse alimento que representa parte significativa da renda das famílias da região.

Em 2006 a COFAECO foi a primeira organização da agricultura familiar do Território a exportar erva-mate orgânica, sendo comercializadas mais de oito toneladas do alimento produzido pelos agricultores nela cooperados. Em 2007 esse número saltou para 12 mil quilos. Mas, infelizmente, este canal de comercialização não evoluiu e parou, em função de exigências da empresa compradora e pelo fato de a mesma começar a desvalorizar a produção.

Atualmente a COFAECO conta com 58 cooperados, dentre eles mulheres, jovens, agricultores integrantes de comunidades tradicionais, e agricultores familiares do município de São Mateus do Sul. São famílias agricultoras que produzem diversos tipos de alimentos, garantindo a autonomia da alimentação famíliar, além de preservarem diversas espécies e variedades crioulas de plantas e raças animais, e também os costumes e tradições locais que vêm sendo passados de geração a geração, mantendo assim a biodiversidade no meio rural e a identidade cultural de nossos povos.

Dentre estas espécies preservadas podemos destacar o porco Moura e o porco Caruncho, criados no sistema de mangueirão ou em faxinal, as variedades de milho *astequinha sabugo fino* e *palha roxa*, plantadas muitas vezes em sistemas de roça de toco, e culturalmente temos o movimento das benzedeiras e o terço cantado, os mutirões para colheita da erva-mate e seu beneficiamento nos *barbaquá* (Sistema tradicional de implementos utilizados para secar erva-mate), além de comidas típicas, como porco na lata, e *rolo piti* (comida ucraniana com trigo mourisco).

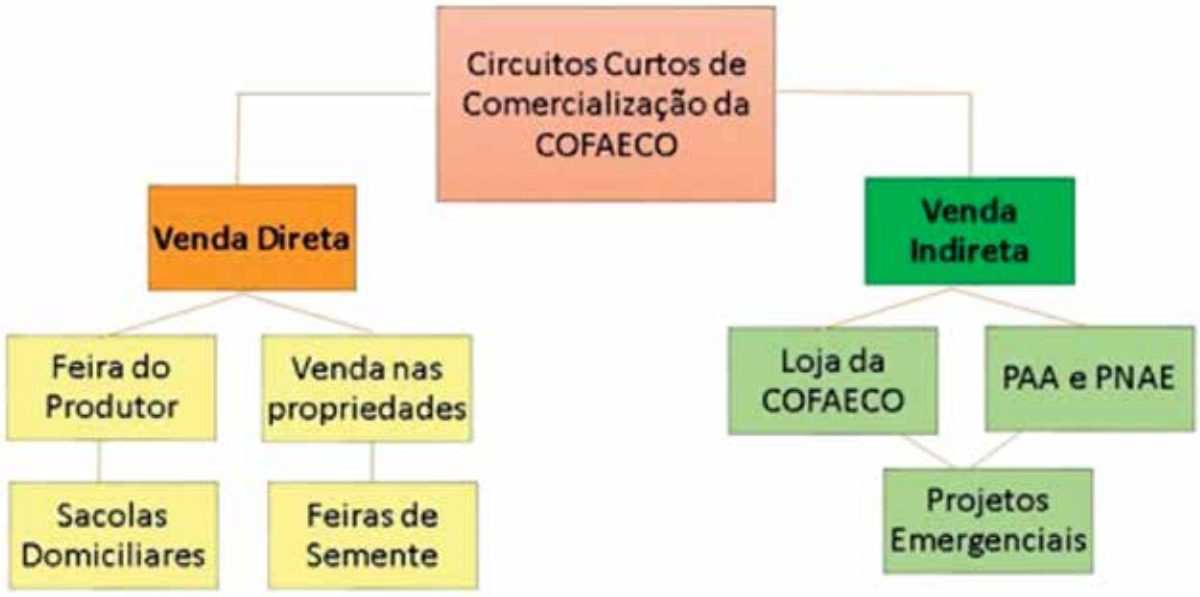
A COFAECO foi pioneira entre as Cooperativas da agricultura familiar a se consolidar na região Centro-Sul do Paraná, iniciativa que semeou, no município e na região, organização, representatividade e independência.

Nesses seus anos de percurso foram trilhados caminhos que garantem a fidelidade de associados, pois a Cooperativa promoveu a inclusão de ferramentas de produção agroecológica, certificação de seus produtos e alimentos, por meio de mecanismos de baixo custo e garantia social, diversificação nos canais de comer-

cialização, representação em espaços de incidência política local e territorial e um diálogo expressivo com o poder público local.

Durante os anos de trajetória, a Cooperativa vem desenvolvendo diversas atividades relevantes para motivar e demonstrar a seus associados e à população a importância da Agroecologia e manutenção da agrobiodiversidade. Assim, destacamos o melhoramento genético de sementes crioulas, melhoramento ecológico do solo, manejo ecológico de florestas, em especial com erva-mate, apoio a políticas públicas locais e regionais e ações de interesse coletivo dentro de organizações do Território como no Coletivo Triunfo.

Figura 3. Canais de comercialização da Cofaeco.



Fonte Cofaeco, 2021.

OBJETIVOS

A COFAECO tem como objetivo principal potencializar a produção de alimentos saudáveis, assentada em práticas agroecológicas e tradicionais, organizar espaços e representar as famílias agricultoras cooperadas junto à gestão pública local e regional e a Instituições que possam apoiar seus objetivos. Na imagem a seguir temos a visão dos objetivos sistematizados coletivamente pelos membros da COFAECO, com todos remando no mesmo sentido, fortalecendo a união do grupo em busca da continuidade da organização e fortalecimento da Cooperativa.

Figura 4. Objetivos da Cofaeco.

Fonte Cofaeco, 2021.

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Como um dos principais objetivos da Cooperativa, a comercialização dos alimentos e produtos acontece por meio dos Circuitos Curtos de Comercialização. Este objetivo busca fortalecer o paradigma de abastecimento alimentar sustentável, visando assim novas perspectivas de desenvolvimento local que agreguem valores sociais, políticos e culturais, com princípios norteadores que se preocupam com a autonomia das famílias agricultoras, justiça social, segurança alimentar e nutricional, e estreita laços entre consumidores e agricultores incentivando cada vez mais o consumo local, fortalecendo a Economia e conscientizando os atores sociais envolvidos (NIEDERLE, 2013).

Com esta visão, a comercialização realizada pela COFAECO conta com as feiras livres, sacolas entregues em domicílios, loja física, programas institucionais e também os projetos emergenciais, estes com maior incidência nos últimos quatro anos, quando a crise social e financeira do país agravou-se e se fez necessário apoiar diversas famílias de agricultores familiares com sementes crioulas, e famílias urbanas com alimentos, sempre em parceria com órgãos governamentais e não governamentais.

FEIRAS

A “Feira do Produtor", como se denomina em São Mateus do Sul, é um espaço onde os agricultores realizam a comercialização de alimentos, e que acontece todas as manhãs de sábado, na praça principal da cidade. Nesse espaço, que hoje abriga a Rua do Mate, são comercializados alimentos produzidos tanto de maneira agroecológica quanto convencional, e essa integração se dá pelo fortalecimento da agricultura e comercialização familiar.

A feira vem de um processo coletivo, realizado com Organizações dos agricultores familiares entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações. Uma das famílias precursoras deste trabalho na linha agroecológica, e que foi fundadora do *Grupo Alimento para a Vida* foi a família Cuba, tendo o agricultor familiar Teófilo Cuba como um dos protagonistas neste processo, no ano de 1986.

Figura 5. Agricultora Josieli, na feira do produtor em São Mateus do Sul/PR, 2021.

Fonte: Acervo AS-PTA.

O espaço de comercialização conta com duas barracas de alimentos orgânicos, agroecológicos, sendo uma delas da família Stefanski e outra da família Cuba. A família Stefanski está com a segunda geração à frente da feira, e a família Cuba acaba de passar este protagonismo à terceira geração. Esta nova geração, com idade entre 20 e 30 anos, vem demonstrando a possibilidade de sucessão familiar na agricultura.

Neste sentido, salientamos a importância das novas gerações assumindo este papel no processo de comercialização e articulação dentro de um espaço público de grande visibilidade, tanto no município como na região. As famílias relatam que foram passando este trabalho com a feira aos filhos de maneira gradativa, no entanto continuam apoiando e orientando seus filhos, mas permitindo as inovações que os mesmos estão desenvolvendo.

Como exemplos destas inovações podemos citar a relação com consumidores via *whats, facebook* e *instagram,* meios eletrônicos pelos quais os agricultores mais jovens divulgam os alimentos e produtos que estarão disponíveis na feira e assim os pedidos chegam um ou dois dias antes da feira.

Há novidades também no sistema de produção, com novas técnicas de irrigação, e com estufas para plantios em períodos de inverno. Esta transição vem

ocorrendo desde 2019 com a família Stefanski e desde 2021 com a família Cuba. Mas reiteramos que outras famílias da Cooperativa já estão inserindo seus filhos nos sistemas de produção e gestão das propriedades, para assim garantir uma sucessão sólida.

Também destacamos que a gestão desta feira é realizada por uma Associação de agricultores familiares do município e que muitas vezes o poder público local fez investidas para interferir nesta gestão, mas os agricultores e feirantes não permitiram e continuam como protagonistas neste espaço.

Com todo o trabalho dos grupos de agricultores, feiras agroecológicas e incentivo à comercialização de alimentos orgânicos, observamos também uma experiência que nasceu fora da COFAECO, a experiência da *Associação da Comunidade do Burrinho*, um processo de comercialização direta, na qual os produtos agroecológicos são entregues diretamente aos consumidores, via sacolas, afirmando uma relação expressiva com o grupo de consumidores da SIX – Petrobrás de São Mateus do Sul, estabelecendo, por quatro anos, as entregas de 30 sacolas semanais.

Esse processo, no entanto, foi interrompido por um determinado período, em função de adversidades climáticas, que resultaram na perda de produção, e também devido a mudanças na gerência da SIX. O restabelecimento deste canal de comercialização reorganizou-se em outro formato em decorrência de uma articulação dos agricultores e de consumidores da SIX, e está ancorado em uma feira semanal dentro da unidade da SIX, permitindo aos agricultores familiares, agora também associados à COFAECO, realizar sua feira e atender este grupo que gira em torno de 20 consumidores assíduos.

Figura 6. Agricultores orgânicos na feira do produtor em São Mateus do Sul/PR, 2021.

Fonte: acervo AS-PTA.

A associação destes agricultores à Cofaeco traz uma via de mão dupla, fortalecendo a Cooperativa por ampliar seu quadro de sócios que produzem os alimentos tanto para sua loja física como para os programas que ela atende, e também a associação, que disponibiliza para estes consumidores alguns alimentos das Cooperativas e que eles não produzem.

Em 2011, a primeira proposta de participação no Programa de Aquisição de Alimentos foi apresentada pela COFAECO, realizando-se o Projeto na modalidade PAA Sementes – Compra e Doação Simultânea/CDS. O objetivo era não só socializar e difundir as variedades crioulas de milho, proporcionando a sustentabilidade e a independência das famílias beneficiadas com essas variedades, mas, principalmente, buscar a valorização do trabalho de famílias guardiãs da agrobiodiversidade. As *Famílias Guardiãs* são pessoas da unidade familiar, que têm um profundo respeito e relação muito próxima com a natureza. Preocupam-se com todo o processo de resgate, multiplicação, colheita e armazenamento de sementes, seja para a sua própria produção, para partilha ou para a comercialização.

O projeto viabilizou o recurso de R$ 44.975,00 a 10 *famílias guardiãs,* da região que distribuíram 12.850 Kg de 12 variedades crioulas de milho por meio de 10 Organizações de base da agricultura familiar, as quais, através de suas redes de relacionamento beneficiaram as regiões Sul e Centro-Sul do Paraná, Planalto Norte Catarinense, Campos Gerais, Litoral do Paraná e Vale do Ribeira, e fizeram as sementes chegarem a mais de 2.000 famílias agricultoras.

Em 2012, o Projeto PAA/CDS integrou 23 famílias de agricultores guardiões de sementes de milho crioulo que conseguiram comercializar sua produção de sementes, garantindo assim mais uma fonte de renda. Por outro lado, o Projeto proporcionou a distribuição de mais de 28 toneladas de sementes crioulas a agricultores das regiões mencionadas, dando continuidade ao trabalho de resgate, conservação e manutenção da agrobiodiversidade e dos seus recursos genéticos.

Figura 07. Família Cubas colhendo alimento para a Feira e loja da cooperativa, 2021.

Fonte: acervo AS-PTA.

Em 2013, o trabalho com as semen-

tes crioulas, através do acesso ao PAA Sementes/ Compra e Doação Simultânea continuou superando as expectativas e, através das instituições parceiras, como sindicatos, associações, cooperativas, escolas dos municípios abrangidos, bem como através das Feiras de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade, foram distribuídas, gratuitamente, mais de 36 toneladas de sementes crioulas. Isso permitiu que 2.250 hectares fossem cultivados, e destes, com produção média de 80 sacas por hectare, resultou uma produção de 10,8 mil toneladas de milho produzidas a partir deste programa, por agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e tradicionais.

Assim, não se trata de um Projeto meramente de comercialização de sementes e sim de um movimento articulado, que visa utilizar-se de política pública para alavancar uma estratégia fundamental para a promoção do desenvolvimento territorial, com base nos princípios da Agroecologia, neste caso, ampliando a rede de agricultores e agricultoras experimentadores e guardiães da Agrobiodiversidade.

Em 2016 a COFAECO iniciou o trabalho com a comercialização de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, atendendo as escolas estaduais do município de São Mateus do Sul, viabilizando a comercialização de mais de 30 mil quilos de alimentos produzidos por 15 famílias cooperadas, o que resultou em mais uma fonte de renda.

Em 2017 a COFAECO deu mais um passo no âmbito do PNAE, atendendo também as escolas estaduais do município de Antônio Olinto, possibilitando assim uma fonte de renda às famílias cooperadas neste município, assumindo, ainda, a comercialização dos alimentos para escolas municipais, via PNAE, no município de São Mateus do Sul, possibilitando que 23 famílias ampliassem a sua renda.

No momento, são 35 famílias produzindo alimentos para atender ao PNAE nos municípios de São Mateus do Sul e Antônio Olinto. E este número só não se torna maior em função de dificuldades como, por exemplo, o transporte da produção, pois as distâncias, tanto para o agricultor chegar à Cooperativa quanto para a Cooperativa levar os alimentos às escolas impede que este processo seja ampliado. E este impedimento só será solucionado com um fluxo de produção que viabilize esta logística.

A necessidade de os agricultores familiares inserirem-se nesse processo de comercialização é imensa, e a Cooperativa COFAECO vem buscando não só ofertar alimentos em outros municípios onde há *deficit* de produtos orgânicos mas também inserir novos agricultores no Programa. Outro ponto crucial para a inserção de novos agricultores familiares é a construção e aplicação de políticas públicas locais e regionais que venham a fortalecer o PNAE como, por exemplo, o apoio à logística, à gestão e à produção dos alimentos para este programa.

LOJA FÍSICA DA COFAECO

Hoje a COFAECO detém um espaço físico alugado onde se realiza a comercialização de alimentos *in natura* e produtos beneficiados, produzidos por seus associados.

Porém, um espaço como este já foi motivo de frustrações no passado, pois, no ano de 2005, foi realizada uma experiência de ter um espaço físico, mas ele se manteve aberto por pouco mais de um ano. Dificuldades como manter o fluxo de produção, os custos operacionais e os processos de comercialização para viabilizar este espaço foram uns dos principais motivos para seu fechamento.

O espaço atual está em outro contexto e vem permitindo uma nova visibilidade à COFAECO, pois se trata de uma independência quanto à organização e ao esforço contínuo para atuar no abastecimento de alimentos agroecológicos no município. Um vínculo visível é a relação direta que este espaço proporcionou entre a Cooperativa e os consumidores. Muitos destes, vêm ali não só para a aquisição do alimento, mas também para dialogar, conhecer os princípios e conceitos da produção agroecológica, possibilitando não só uma porta de entrada para discussões mais profundas com a população sobre abastecimento alimentar mas também uma forma de conscientização direta.

A Cooperativa mantém uma relação com outros circuitos de comercialização, como, por exemplo, sendo uma estação do circuito da Rede Ecovida, via a Ecoterra de Três Arroios (RS), podendo manter uma diversidade de alimentos e produtos agroecológicos. E um circuito mais regional, com as Cooperativas vizinhas dos municípios de São João do Triunfo, Palmeira, Rio Azul, Rebouças e Irati, sendo que uma apoia a outra com produção, informações e ações conjuntas. Cabe citar compras coletivas de insumos e alimentos e a carta aberta à *Fundação da Secretaria de Educação* (FUNDEPAR),que cuida da merenda escolar estadual, construída em conjunto, para reivindicar apoio técnico e financeiro ao governo do estado frente ao descaso que vem ocorrendo com o PNAE estadual.

Figura 08. Gestor da Cofaeco, jovem agricultor agroecológico

Fonte: acervo AS-PTA.

SACOLAS

A oferta de sacolas pela loja da COFA-ECO foi uma necessidade e demanda que apoia a manutenção do espaço. Durante a semana, até todas as quintas-feiras, são recebidos os pedidos dos consumidores e na sexta-feira as sacolas são entregues. Este canal de comercialização ganhou ênfase na pandemia, visto o risco de contaminação pela Covid-19, e muitas famílias optaram por realizar suas encomendas de alimentos via aplicativo de *whatsapp* e recebê-las em casa, com todo o cuidado.

Clodovise Stefanski, agricultor e um dos gestores da Cooperativa, destaca: *"Nós tivemos que nos adaptar, contratamos uma pessoa para atender na loja e cuidar dos pedidos, e realizamos a entrega na casa do consumidor, e está valendo a pena, está nos ajudando a manter a loja".*

Bem no pico da pandemia chegaram a ser entregues 90 sacolas semanais, mas agora diminuiu, pois muitos dos consumidores retornam à loja para fazer a aquisição de seus alimentos.

Além das sacolas que a Cooperativa entrega aos consumidores, com um fluxo aproximado de R$ 60,00 semanais, também há as sacolas que os agricultores associados fornecem diretamente aos consumidores, via relações estabelecidas por eles nos espaços de convívio comum. Este canal de comercialização vem se ampliando, pois a comunicação fácil e ágil pelas redes sociais e aplicativos possibilita uma aproximação do consumidor com os agricultores, fortalecendo essa relação e sendo fonte de mais renda para a família agricultora.

SUCESSÃO: A ESPERANÇA DA CONTINUIDADE

O processo de sucessão da agricultura familiar acontece, na maioria das vezes, de forma hereditária, sendo a administração da propriedade rural passada de pais para filhos.

Desde a infância a criança vem sendo capacitada pelos pais a contribuir no manejo e fortalecimento do trabalho familiar, para que, futuramente, possa inserir-se na dinâmica de trabalho e realizar uma forma de geração de renda na propriedade, dando, assim, continuidade à agricultura familiar.

Contudo, o tema da sucessão vem se tornando uma preocupação entre os agricultores, estudiosos e Entidades de representatividade da agricultura familiar, pelo fato de haver um aumento expressivo no abandono das propriedades pelos jovens, que migram para a cidade em busca de oportunidades de emprego assalariado, na expectativa de geração de renda.

Tal situação desencadeia a não continuidade da prática da agricultura familiar, muitas vezes forçando os pais a venderem as propriedades por não terem a perspectiva de continuidade, diminuindo cada vez mais os núcleos e propriedades familiares, dando espaço aos terrenos do agronegócio que semeiam a monocultura de *commodities,* devastam a natureza e diminuem assim a produção de alimentos.

Segundo dados do IBGE 2017, São Mateus do Sul tem 3.406 estabelecimentos agropecuários. E segundo informações coletadas, tinha-se, no final da década de 80, entre 2.800 a 3.000 famílias agricultoras familiares no município. Hoje estes números não passam de 2.500 famílias agricultoras familiares, indicando a saída destes agricultores além da diminuição do espaço de produção em função da divisão das propriedades.

No entanto, é na juventude rural que se abriga a esperança de reverter esse processo e, no município de São Mateus, do Sul, observamos casos pontuais de esperança na continuidade da agricultura familiar. Hoje já há jovens que, para a alegria e orgulho de seus pais, estão, aos poucos, assumindo o trabalho nas propriedades e protagonizando uma história de luta pela produção de alimentos saudáveis. São jovens que mostram que é possível usufruir dos "dois mundos", como explica Carneiro, pois, onde a tecnologia e as facilidades de lazer já estão presentes no meio rural, não é preciso que o jovem tenha dependência de um espaço urbano para ter suas comodidades e - principalmente no caso da Agroecologia –, a própria geração de renda. "*É certo que essa combinação do 'melhor dos dois mundos' não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional.*" (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Figura 09. Produção de Tomate orgânico da família Ramina em São Mateus do Sul/PR, 2021.

Fonte: acervo AS-PTA.

Temos, por exemplo, o caso do retorno de Josieli Cuba, filha de agricultores familiares agroecológicos da comunidade de Arroio da Cruz, os quais, há mais de 28 anos, preservam a propriedade, livre de agrotóxicos e de adubos químicos.

A jovem saiu da propriedade para tentar um trabalho com renda fixa no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, mas, há pouco tempo, preferiu voltar à propriedade dos pais e agora, com a ajuda do companheiro, está com novos projetos, como a estufa onde são cultivadas três variedades de tomates agroecológicos. No restante da produção da propriedade, Josieli e seu irmão mais novo também ajudam seus pais e no final de semana tomam a frente da comercialização na Feira do Produtor. A mãe da jovem se orgulha de ver a filha dando continuidade ao trabalho da família.

Josi Cubas, a mãe de Josieli, diz: *"Pra mim é motivo de orgulho, né? Ela voltando pra ajudar aqui na propriedade e continuando o que nós levamos anos de trabalho pra tá onde estamos".*

Novamente a COFAECO traz a presença da juventude dentre as lideranças. Neste caso temos o jovem agricultor agroecológico e técnico Clodovise Ramina Stefanski, que trabalhou 10 anos em uma Cooperativa do agronegócio, exercendo a função de técnico, e que depois de reflexões sobre o modo de vida, de produção e sobre o trabalho, decidiu retornar ao meio rural para assumir a propriedade, juntamente com a sua irmã Vanessa Ramina Stefanski, que também é estudante de Agronomia com ênfase em Agroecologia. Juntos, os irmãos dão continuidade à produção agroecológica dos pais e levam seus produtos aos consumidores na cidade e também fazem a parte dinâmica atual de conscientização sobre alimentação e comercialização, por meio das redes sociais e de suas vivências locais. Essas experiências proporcionam a conservação dos saberes tradicionais, auxiliado pelas tecnologias, mostrando que é possível o jovem morar no campo, ter qualidade de vida e ainda assim ser um jovem que protagoniza os processos e suas escolhas de vida. Propõe-se que, em lugar de procurar responder à questão "Por que os jovens saem do meio rural?", deve-se buscar responder à questão ''Por que os jovens permanecem no meio rural?" (BRUMER, 2007, p. 50).

Figura 10. Juventude Rural na Produção Agroecológica

Fonte: acervo AS-PTA.

Reflexões

Dentro e fora do Território centro-sul do Paraná podemos afirmar que ao menos 10 iniciativas similares à que descrevemos vêm avançando na busca constante por se manter na agricultura familiar, e nos desafiam a buscar soluções inovadoras e respostas que atendam aos anseios tanto dos agricultores quanto dos consumidores. A observação do que está acontecendo ao nosso redor e a construção de experiências possibilita avançar e construir caminhos sólidos e corretos.

Pontos de extrema importância como a organização dos sistemas produtivos, mecanismos de logística, abertura e solidificação de canais de comercialização, gestão financeira transparente, relações de confiança com consumidores e construção e/ou afirmação de políticas públicas são caminhos para garantir que as novas gerações se mantenham na agricultura familiar e que se tenha um abastecimento com segurança alimentar para as futuras gerações.

Referências Bibliográficas

BRUMER, A. *et al.* **Como Será o Campo Amanhã?** A situação dos jovens rurais do oeste catarinense, numa perspectiva de gênero. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Chavez-Tafur, J. **Aprender com a prática:** uma metodologia para sistematização de experiências. Brasil. AS-PTA, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL IPARDES. **Caderno estatístico município de São Mateus do Sul.** Disponível em: < <www.ipardes.gov.br /cadernos/Montapdf.php.Municipio=83900>
Acesso em: 05. dez. 2021.
https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-mateus-do-sul/pesquisa/24/76693 Acesso em: 10/01/2022

Goverde-Lips,G. Bruil, J e Renting, H. **Novas conexões entre rural e urbano:** Produtores e consumidores construindo novas práticas alimentares. *In* Revista Agriculturas v.12, nº 2

NIEDERLE, P. A. **Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar.** *In* Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, v.10, nº 02 2013.

PRADO, B.A. **Novas conexões entre rural e urbano.** Revista Agriculturas. Vol. 12. nº 02. 2015. Editorial. p. 04 e 05.

SILVA, F.JR.P, JANTARA, A.E. Conexões: Agrobiodiversidade, Circuitos curtos de Abastecimento. *In:* Abastecimento agroecológico de consumidores articulados com segurança alimentar e nutricional. Org. Natal João Magnanti. Lages – SC. Mayer, 2017. 122-124 p.

ESTUDO DE CASO VII

CCR – CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS:

Uma Tecnologia Social de Venda Direta de Alimentos Agroecológicos em Rede

Luan Marcelino Morgan
morganluan@gmail.com

Izabela Marques dos Santos
izmarquess7@gmail.com

Oscar Jose Rover
oscar.rover@ufsc.br

As *Células de Consumidores Responsáveis (CCR)* iniciaram em novembro de 2017, via um projeto de extensão do *Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar* (LACAF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As Células são uma tecnologia social criada para a comercialização de alimentos agroecológicos, tendo inspiração em outros grupos de consumo como os *Gruppi di Acquisto Solidale* (GAS) da Itália, as *Comunidades que Sustentam a Agricultura* (CSA), dentre outros.

Elas consolidam mercados alternativos para agricultores familiares que cultivam produtos orgânicos/agroecológicos, garantindo-lhes preços justos. Muitos elementos ligados às CCR são resumidos por um de seus consumidores:

"Começar a consumir as cestas agroecológicas das CCR foi uma escolha muito significativa para mim, consumir produtos livres de agrotóxicos, agroecológicos e da agricultura familiar é incentivar e lutar por um futuro justo e saudável, tanto para a natureza, o solo, quanto para os agricultores e a comunidade. As cestas têm um preço muito justo, de alta qualidade e diversidade, muitas vezes trazendo plantas que não são valorizadas pelos mercados, como PANCs e frutas nativas, fortalecendo o conhecimento dessas plantas e seu consumo. O acesso a produtos agroecológicos ainda é dificultado por questões políticas e sociais no país, mas movimentos como esse são necessários e de extrema importância para levantar o debate e a consciência em torno do tema, desde o consumo de produtos livres de agrotóxicos e regeneração do solo, até discussões sobre direito à terra, justiça e políticas públicas para a agricultura familiar." (Depoimento de consumidor de uma CCR).

As CCR são um modelo de *Venda Direta por Pedido Antecipado (VDPA),* no qual o/a consumidor/a paga antecipadamente, no início de cada mês, o valor referente às cestas que receberá durante o período. A venda direta é uma forma de *Circuito Curto de Comercialização* (CCC). Estes Circuitos contam com no máximo um intermediário comercial e são operados preferencialmente em menores distâncias (Darolt; Rover, 2021). No caso das CCR, a organização da oferta, das logísticas e entregas, incluído o transporte, é feita pelos grupos de agricultores que abastecem cada uma das células.

Todos os grupos formados por agricultores/as envolvido/as no processo de comercialização das CCR têm seus produtos certificados como orgânicos pela Associação Ecovida de Certificação Participativa , que é um Sistema Participativo de Garantia (SPG). Esta Associação é parte da Rede Ecovida de Agroecologia, a qual é uma rede descentralizada, que

QR CODE: Vídeo da CCR – Células de Consumo Responsável. Assista.

https://www.youtube.com/watch?v=-3L6otHMH9E&t=8s

tem como base a organização da agricultura familiar em grupos, cooperativas e associações, gerando maior autonomia às famílias produtoras. A Rede se organiza em grupos de agricultores e Núcleos Regionais, realiza anualmente encontros por Núcleo e bianualmente encontros de toda a Rede. Os envolvidos participam dos encontros, para deliberar sobre os rumos da organização, que possui alcance em todos os estados do Sul do Brasil, até o Sul de São Paulo.

Neste modelo de certificação, as famílias agricultoras organizam-se em grupos, gerando um controle social entre elas e as organizações sociais envolvidas. Além disso, são realizadas verificações periódicas e formações entre os grupos de um mesmo Núcleo Regional, para facilitar sua compreensão do processo, melhorar seu acompanhamento e ampliar a relação entre grupos e organizações.

Além da atuação do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da UFSC (LACAF/UFSC), como idealizador das CCR, e da Rede Ecovida de Agroecologia com seus grupos de agricultores e certificação, também o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) atua na articulação dos grupos de agricultores, oferecendo-lhes formação técnica e extensão rural, colaborando para o desenvolvimento das famílias agricultoras, e disponibilizando importantes contribuições na formação de grupos de consumidores.

História e funcionamento das CCR

Em novembro de 2017, quando se iniciou este modelo de Células, um grupo de agricultores/as entregava 27 cestas por semana, no Centro Sócio-Econômico (CSE) da UFSC, em Florianópolis. A partir de 2016, sob coordenação do LACAF/UFSC, houve uma organização preliminar de cestas com o grupo de agricultores " Flor do Fruto", de Biguaçu/SC, e consumidores das comunidades de Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa, de Florianópolis. Nesta experiência, a venda era por cesta aberta, sendo os pedidos feitos por uma planilha Excel, enviada por e-mail para os consumidores, sem pagamento antecipado, dentre outras características. Este modelo não prosperou e a partir dele foram feitos ajustes para pensar o modelo atual, denominado de "Células de Consumidores Responsáveis"/CCR. O primeiro grupo de agricultores foi a *Associação de Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental* (AGRODEA), formado por 14 famílias agricultoras e com Sede no município de Imbuia/SC.

A Célula abastecida por eles foi denominada de *UFSC Trindade.* Desde lá, as entregas são feitas semanalmente e os

produtos permanecem em um local por um tempo de aproximadamente cinco horas, predefinido para cada CCR, para que os/as consumidores/as retirem as suas cestas. De lá para cá houve um aumento do número de consumidores/as e do interesse de outros agricultores por esse formato de comercialização, potencializado pelo trabalho de divulgação e orientação do LACAF. O crescimento do número de Células e Grupos de Agricultores envolvidos pode ser visto na tabela 02.

A organização das CCR é feita de forma coletiva, entre cada grupo de agricultores e de consumidores que se articula numa Célula. Elas funcionam no modelo de cestas fechadas, ou seja, os consumidores não escolhem os itens de suas cestas, previamente definidos pelo grupo de agricultores, mas podem complementá-los com itens de uma lista de produtos adicionais, enviada a cada semana. Nas cestas fechadas, os produtos são divididos em categorias: folhosas, frutas, legumes, raízes, temperos e chás para as cestas pequenas (P). Para as cestas grandes (G) há acréscimo de grãos. Considerando essas categorias, a cesta P é composta a partir de sete itens, pesa, no total, aproximadamente 4,5 Kg, e a cesta G, a partir de 12 itens, pesa cerca de 7,5 Kg (Tabela 01).

Tabela 01: Preços e condições de funcionamento das CCR a partir de julho de 2021.

	Peso	Preço (R$) por cesta	Diversidade	Folhosas e chás/temperos	Inclusão de Grão
CESTAS PEQUENAS					
Válido entre jul/21 e jun/22	Aprox. (peso médio de) 4,5kg	32,00	A partir de 7 itens	A partir de 1 de cada	Se agricultores tiverem
CESTAS GRANDES					
Válido entre jul/21 e jun/22	A partir de 7,5kg	56,00	A partir de 12 itens	2 de cada	1 grão ou farinha

Fonte: https://lacaf.paginas.ufsc.br/, 2021.

História e funcionamento das CCR

O pagamento das cestas fechadas é feito pelos consumidores, individualmente, até o décimo dia de cada mês, nos valores de R$32,00 para a cesta P e R$56,00 para a G. Esses valores e outros elementos de funcionamento foram revisados e atualizados em junho de 2021 para todas as CCR, a partir de reuniões com os agri-

Tabela 02: Células de Consumidores Responsáveis ativas e desativadas, em Florianópolis e São José/SC, de 2017 até 2021.

GRUPO	Número de famílias agricultoras que fornecem para as CCR	CCR - Bairro	Inicio	Número de cestas no inicio	Número cestas atual (nov 2021)
AGRODEA	14	UFSC - Trindade	nov. 2017	27	80
		EFAZ - Campeche	março 2018	30	100
		Bal. Coloninha - Balneário Estreito	julho 2018	8	15
Flor de Ouro	7	SOCIESC	agosto 2018	11	0
		CCA	outubro 2018	33	70
		Itacorubi	abril 2020	52	0
APAOC	5	CRAS - Capoeiras	out. 2018	6	33
		FETAESC - Barreiros	out. 2018	9	25
ASSOCIADA	11	Da Saúde - Trindade	dezembro 2018	35	38
		O Sitio - Lagoa	junho 2019	15	18
		ARQTEC - Centro	junho 2019	16	22
		Eko Porã - Rio Vermelho	março 2021	20	23
AMANACY	2	Bijajica - Rio Tavares	novembro 2019	13	50
SERRAMAR	6	Canasjurê - Canasvieiras	julho 2020	40	58
		CRESOL	junho 2021	10	0
Total	45			325	532

Fonte: Autores, 2022.

cultores e, ao final, em uma assembleia *online* com consumidores e agricultores.

A administração do processo até à entrega dos alimentos em cada CCR é de responsabilidade do grupo de agricultores. Algumas das tarefas que cabem a eles são a organização da logística de abastecimento, o planejamento de quais alimentos estarão disponíveis e sua quantidade, assim como cuidar da capacidade de expansão, da sistematização do número de consumidores e da contabilidade. Entre

o grupo de agricultores existe um local compartilhado para montagem das cestas (Figura 01a), o que é feito logo após a colheita, no dia anterior ao da entrega.

Os consumidores pagam um valor mensal fixo (tabela 01) e semanalmente recebem uma lista de produtos orgânicos/agroecológicos/coloniais, antecipadamente escolhidos, podendo pedir outros, adicionalmente, com pagamento à parte. As entregas ocorrem em dia e horário previamente combinados, num local/ponto de entrega apropriado para o coletivo de consumidores de cada CCR (Figura 01b). Ao começar a fazer parte de uma CCR, cada consumidor recebe o Termo de Responsabilidades Compartilhadas e demais informativos de funcionamento, preços e outras ações necessárias ao bom funcionamento da CCR.

As responsabilidades dos consumidores são: participar do grupo, apoiar os agricultores com compras e pagamentos assíduos, providenciar e organizar o local do ponto de entrega etc, entre outras ações necessárias ao bom funcionamento das CCRs. Identificamos que quando os consumidores participam das visitas aos estabelecimentos rurais e conhecem as famílias agricultoras (Figura 04), eles assumem mais responsabilidades e sentem mais empatia pelo importante papel desempenhado pelos agricultores que produzem seus alimentos.

Cada grupo de consumidores forma uma coordenação, mais ou menos ativa conforme cada CCR, e entre eles se forma

Figura 01 (a): Agricultores organizando as cestas a serem entregues.

Figura 01 (b).Retirada das cestas com produtos agroecológicos, no ponto de entrega.

Figura 01 (c). Cestas com produtos agroecológicos.

Fonte: Banco de imagens do LACAF.

uma rede de troca de saberes envolvendo preparo de alimentos não convencionais, apoio na logística de retirada das cestas nos horários combinados, além de doações de cestas e alimentos para grupos em condições economicamente vulneráveis. Sobre o processo organizativo das CCRs, uma agricultora fala:

"Se fosse resumir em uma palavra seria: desafio. Em alguns momentos paramos [ela e o grupo de agricultores/as] para conversar sobre a continuidade no Projeto. É um caminho em que acreditamos, o da comercialização direta, então isso nos fez seguir com a CCR e queremos aumentar o número de cestas, mesmo com as dificuldades que enfrentamos.

A seca e a pandemia foram alguns dos desafios, os quais fizeram várias famílias desistirem do grupo. De desafio bom, que eu vejo, é a proximidade com os consumidores/as, pois você não entrega só um produto, como se fosse no supermercado. Com eles [consumidores] se tem uma maior demanda de informações do produto, da época de produção e de preparo do alimento; além de ensinar se aprende muito com eles, com os conhecimentos que eles passam, é muito bacana essa troca." (Depoimento de agricultora e coordenadora de um Grupo que abastece CCR.

A procura por alimentos orgânicos e por este modelo de comercialização é crescente. A tabela 02 mostra o aumento no número de grupos de agricultores participantes, células formadas e cestas entregues.

As áreas de produção, onde estão os grupos de agricultores, estão, todas elas, localizadas a uma distância média, aproximada, de 150 km de Florianópolis, (conforme se vê no mapa) totalizando os seis grupos de agricultores (45 famílias) que abastecem as 12 CCR, localizadas nos municípios de Florianópolis e São José/SC.

A figura 02 mostra a localização de cada grupo de agricultores. Em cor laranja, e, a uma distância média de 153 km, estão os municípios onde se localiza o grupo AGRODEA: Vidal Ramos, Ituporanga, Imbuia e Leoberto Leal. Em cor verde e a uma distância de, aproximadamente, 145 km está o grupo APAOC, no município de Chapadão do Lageado.

Em amarelo e a uma distância, aproximada, de 90 km estão os municípios onde se localiza o grupo ASSOCIADA: Angelina, Nova Trento e Major Gercino. Mais próximo de Florianópolis, na cor azul, a uma distância, aproximada, de 40 km, está o grupo FLOR DO FRUTO, situado no município de Biguaçu.

Por fim, em vermelho, e a uma distância de, aproximadamente, 150 km, estão os agricultores do Núcleo SERRAMAR da Rede Ecovida que, sendo de diferentes grupos desse Núcleo, se organizaram para abastecer as CCR. As famílias que integram este grupo estão localizadas nos municípios de Pescaria Brava, Orleans, Tubarão, Treviso e Criciúma.

Figura 02: Mapa de produção-consumo céluas de consumidores responsáveis.

Os produtos que fazem parte do conteúdo das "cestas", na realidade, muitas vezes são entregues aos consumidores em caixas plásticas, o que facilita a verticalização para o transporte e disposição nos pontos de entrega. Essas caixas são adquiridas quando o/a consumidor/a inicia em uma Célula, pagando uma delas e a outra é paga pelos agricultores. As caixas vazias permanecem no ponto de entrega/partilha, depois que cada consumidor/a retira seus alimentos, até à semana seguinte, quando são trocadas pelas caixas cheias trazidas pelos agricultores. Na Figura 03 vemos caixas com a diversidade de alimentos de uma semana, em uma das CCR.

O processo de construção de mercados através dos Circuitos Curtos aproxima agricultores de consumidores, sendo mais horizontal em sua dinâmica de organização. A democratização no acesso a produtos orgânicos e agroecológicos gera equidade social , além de promover saúde e qualidade de vida para os atores sociais envolvidos. As CCRs permitem aos consumidores adquirirem alimento orgânico aos mais baixos preços praticados em Florianópolis/SC (GRADE; MERGEN, 2020). As autoras pesquisaram os preços de alimentos orgânicos em feiras, lojas e supermercados. Os preços praticados pelas Células se equiparam àqueles das feiras, que são os mais baixos dos grupos pesquisados.

Figura 03: Exemplo de cesta semanal de alimentos.

Fonte: Banco de imagens do LACAF.

O modelo das CCRs conecta produtores em redes e lhes permite maior autonomia no processo de comercialização, assim como promove relações que transcendem as mercantis, gerando trocas por reciprocidade dentro da cadeia agroalimentar. O caso das CCRs demonstra que a consolidação de vínculos gerou mais autonomia aos envolvidos, reduzindo o poder de intermediários e valorizando o papel de agricultores e consumidores.

"Escolher consumir alimentos orgânicos de pequenos produtores é um ato político e revolucionário. É participar de uma produção que respeita os ciclos da natureza e preserva a sua diversidade. Respeita também os produtores, pois estes fazem contato direto com os consumidores, sem a intermediação e a consequente exploração dos mesmos por parte das grandes empresas. E é claro, respeita também os consumidores, que recebem alimentos sempre frescos, da época, sem veneno e a um preço justo. Muita gente considera que alimentos orgânicos são caros. É claro que se são ou não "caros" depende, em primeiro lugar, das possibilidades de cada pessoa. Mas, em muitos casos, depende também do valor que costumamos atribuir às coisas. Vale a pena optar por uma alimentação mais natural e que nos conduza, a cada dia, para uma maior autonomia." (Depoimento de consumidor de uma CCR).

Figura 04: Visita de intercâmbio dos consumidores aos agricultores que abastecem uma CCR.

Fonte: Banco de imagens do LACAF.

No modelo organizativo das CCR destacam-se algumas características: a) Otimizam as logísticas comerciais ao trabalhar com um ponto de entrega, possibilitando ao grupo de agricultores levar um volume maior de alimentos a um único local. b) Permitem que os agricultores tenham melhor planejamento de produção e evitem desperdícios, pois semanalmente colhem e entregam apenas o que já está previamente vendido. c) Além da produção orgânica certificada, as CCRs incentivam a produção agroecológica, pois os agricultores sabem que terão que produzir frutas, legumes, verduras, raízes e outros produtos, mas dentro destas categorias não têm que entregar um ou outro produto específico e sim entregar produtos conforme a produção de cada época. d) Organizam grupos de consumidores, que passam a ter um papel mais ativo na cadeia de abastecimento alimentar. e) Ao trabalharem com um preço fixo, abaixo daqueles praticados em outros estabelecimentos de venda de orgânicos no

Território, CCRs democratizam o acesso de consumidores de menor renda a esses alimentos.

O modelo agroquímico e simplificado dos sistemas agrícolas no qual a agricultura brasileira está inserida, causa uma grande incerteza econômica, social e ambiental. A expansão da agricultura industrial e a globalização do sistema de alimentação contribuem para o declínio da agrobiodiversidade (CÁCERES, 2003).

Em compensação, as formas de comercialização direta envolvendo os agricultores familiares promovem a agrobiodiversidade, mantendo a integridade dos ecossistemas e garantindo segurança alimentar. Os agricultores são incentivados a garantir uma produção que assegure os quesitos procurados pelos consumidores quanto à diversidade e ao frescor dos alimentos. *"A demanda dos clientes é apontada por 37% dos agricultores como fator para definir o que produzir"* (Pugas; Rover, 2021, p. 54), ou seja, os consumidores ajudam a orientar o planejamento da produção.

Outro ponto a se destacar é que o modelo convencional de produção agropecuária fragiliza a cultura local, pois ela está recebendo estímulos para se especializar e homogeneizar, visando facilidades tecnológicas, organizacionais e de logística. Quando se aproxima agricultores de consumidores, promove-se uma cultura vivida através da ocupação dos Territórios e espaços pelos atores sociais.

Falando da agricultura familiar, Schneider (2003, p. 94) afirma que *"(...) é em razão das decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico, frente às condições materiais e ao ambiente social e econômico no qual esteja inserida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica, cultural e moral".* Agricultores de Major Gercino/SC, que abastecem as CCRs, por exemplo, antes produziam tabaco para grandes empresas e após sua conexão com as CCRs houve uma retomada da diversificação dos estabelecimentos, produzindo alimentos que seus pais e avós cultivavam para consumo, e agora abastecem a diversidade demandada pelos consumidores nas Células.

No contexto das CCRs, o elemento central são as relações construídas, seja entre os agricultores/as no trabalho familiar, seja com os grupos e organizações de agricultores, assim como nas relações com os/as consumidores(as). Não são apenas relações mercantis que se formam, mas de afeto, reciprocidade, com valores éticos de interconexão, solidariedade, parcerias e transparência (ROVER; DAROLT, 2021).

O modelo das CCRs tem como mais uma de suas vantagens o fato de boa parte do processo de comercialização poder ser feito de forma remota, via aplicativos de conversa como o WhatsApp®, formulários, planilha *Excel®* e *sites* de compra alimentados pelos próprios agricultores. Isso reduz o tempo dedicado, individualmente, pelas famílias agricultoras para comercializar, permite maior integração

e complementaridade de produtos e logísticas com outras famílias e grupos, reduz perdas pós-colheita, além de outros benefícios. Assim, os agricultores podem dispor de maior tempo para outras atividades, além do merecido tempo de lazer e descanso. Além disso, modelos como as CCRs permitem aumentar seu resultado econômico, já que o valor final pago pelos consumidores fica com os agricultores, ao mesmo tempo em que se reduz o custo final dos alimentos.

Este modelo de comercialização mostrou-se uma ótima alternativa durante a pandemia de Covid-19 e, para alguns grupos, tornou-se a única possibilidade de comercialização, porque as feiras em que participavam foram fechadas temporariamente para reduzir a disseminação do vírus, quando pouco se sabia sobre ele e sua disseminação em espaços abertos. Também as vendas para programas federais de compra de alimentos, como o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE) e o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), foram suspensas, temporariamente, já que nas escolas, quartéis e outros locais que recebem alimentos por esses Programas não estavam sendo permitidas as atividades presenciais.

As CCRs representam um modelo viável e eficaz para os agricultores familiares agroecológicos, sendo, ao mesmo tempo, convenientes aos consumidores, facilitando-lhes o acesso a uma alimentação saudável e fortalecendo sua maior responsabilização quanto aos alimentos que colocam em suas mesas e ao conjunto das cadeias de abastecimento de que participam.

Referências Bibliográficas

BARCELOS, L.; ROVER, O. MUÑOZ, E.; ANSALDI, R. **Células de consumidores responsáveis:** ação coletiva na construção de novos mercados e redes de cidadania agroalimentar. *In* Jornada de Agroecologia: práticas, ações e movimentos. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2022.

CÁCERES, D. **Agricultura orgánica *versus* agricultura industrial.** *Su relación con la diversificación productiva y la seguridad alimentaria.* Agroalimentaria: *Universidad Nacional de Córdoba/AR. v. 16, enero-junio 2003.http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/17845/1/articulo16_2.pdf*

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. **Circuitos Curtos de Comercialização, Agroecologia e Inovação Social.** Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

PUGAS, Adevan da S.; ROVER, Oscar J. **A comercialização de alimentos orgânicos nas regiões metropolitanas do Sul do Brasil:** Uma análise a partir da diversificação produtiva. *In:* ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. (org.). Circuitos Curtos de Comercialização, Agroecologia e Inovação Social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. **Circuitos Curtos de Comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica.** *In*: DAROLT, Moacir R.; ROVER, Oscar J. (org.). Circuitos Curtos de Comercialização, Agroecologia e Inovação Social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar** *[online]. 2nd* ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Série Estudos Rurais, 252 p.

ESTUDO DE CASO VIII

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social:

espaço de proteção social e de promoção do direito humano à alimentação adequada, saudável e agroecológica

Alvira Bossy
bossyalvira@gmail.com

Eduardo Daniel da Rocha
administrativo@cepagro.org.br

Gisa Garcia
gisa@cepagro.org.br

Apesar de ser uma das regiões com melhor nível de qualidade de vida no país, com seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na marca de 0,84, a miséria, a pobreza e a insegurança alimentar da população é crescente e agravada pela pandemia. Segundo os dados do Cadastro Único da Assistência Social até novembro de 2021 o município de Florianópolis possuía 41.399 famílias inscritas, sendo 13.299 famílias em situação de baixa renda, ou seja, com uma renda mensal *per capita* de até R$178,00. Em Florianópolis, esse número totaliza aproximadamente 53 mil pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, equivalente a 9,74% da população total do município.

Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), referente ao

mês de novembro (2021), Florianópolis é apontada como sendo a capital com a cesta básica mais cara do Brasil, chegando a R$ 710,53, seguida de São Paulo, com R$ 629,27. Os produtos da Cesta Básica e suas respectivas quantidades mensais são diferentes por regiões e foram definidos pelo Decreto 399, de 1938, que continua em vigor, sendo eles: Carne, Leite, Feijão, Arroz, Farinha, Batata, Legumes (Tomate), Pão francês, Café em pó, Frutas (Banana), Açúcar, Banha/Óleo, Manteiga (DIEESE, 2021). O estudo ainda ressalta que o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica, em novembro de 2021, ficou em 119 horas e 58 minutos, comparativamente ao teto de horas e dias trabalhados por mês segundo a legislação trabalhista, que é de 44 horas semanais. Uma família que vive com um salário-mínimo não consegue manter suas necessidades básicas considerando apenas o custo da cesta básica.

Ademais o documento resultante da 1ª Conferência Municipal de Habitação, de Florianópolis, realizada entre os meses de agosto e outubro de 2019, destaca que o *deficit* habitacional na capital catarinense é de 24.246 moradias para famílias que ganham de zero a três salários-mínimos, 12.977 para as que ganham de três a cinco salários mínimos e 17.327 para as famílias que recebem de cinco a dez salários mínimos, totalizando 54.550 mil famílias. São milhares de famílias que acabam morando em locais sem nenhuma infraestrutura, inclusive em Áreas de Preservação Permanente (APP). Dados mais recentes apontam que 7.842 famílias moram em domicílios sem paredes de alvenaria e/ou com material reaproveitado e de baixa qualidade, que resultam em contaminações por doenças e uma vida sem qualquer tipo de conforto. São famílias que moram em domicílios improvisados, sem qualquer finalidade residencial, a exemplo de pessoas que vivem embaixo de viadutos, pontes ou em garagens.

Tamanha desigualdade social na região é resultado histórico de um intenso processo de litoralização no estado de Santa Catarina. Em francês, o termo *littoralisation* significa "sobre o desenvolvimento costeiro". Geralmente o processo de litoralização pode ser descrito como a migração interna da população em direção à costa, e a maritimização da Economia, ligada a atividades econômicas, como turismo, portos, serviços de equipamentos navais e de armazenamento, indústria petrolífera, pescas e desenvolvimento de infraestruturas, resultando todos na expansão de ocupação do Território, em períodos relativamente curtos de tempo (CASTRO, 2022).

Esse fluxo migratório trouxe, e ainda traz, sérias consequências para o desenvolvimento socioeconômico do Território. São populações que não conseguiram se manter no campo e vieram para a cidade em busca de empregos e renda, deixando então de serem agricultores(as) para se tornarem prestadores(as) de serviço. Esse fato torna a situação da Grande

Florianópolis preocupante, de tal maneira que políticas públicas adequadas se fazem necessárias para frear o aumento das desigualdades sociais na região. Além do êxodo rural histórico, acrescenta-se o aumento do fluxo migratório de alguns países, destacando-se Venezuela, Haiti e Síria.

Diante desse contexto e com um histórico de trabalho em comunidades urbanas vulneráveis ou de bairros mais periféricos, de Florianópolis e dos municípios vizinhos, tendo a agricultura urbana e a Agroecologia como fio condutor desse trabalho, o CEPAGRO iniciou a sua aproximação com o *Centro de Referência em Assistência Social* – CRAS CONTINENTE II. Uma questão de fundo importante dessa aproximação partiu da inquietação acerca da falta de acesso e do distanciamento da Agroecologia nas comunidades vulnerabilizadas.

A inquietação traz à tona a pergunta: atualmente promovemos Agroecologia para quem? Os altos índices de insegurança alimentar e nutricional dessas populações, a falta de acesso aos programas de segurança alimentar e nutricional, o desmantelamento das políticas sociais, em especial, as de Segurança Alimentar e Nutricional/SAN, Assistência Social, e de geração de trabalho e renda, faz com que o acesso aos alimentos agroecológicos esteja distante de muitas comunidades periféricas de Florianópolis.

A promoção do acesso ao alimento bom, limpo e justo, bem como do próprio debate da Agroecologia enquanto resposta aos problemas estruturais que o modelo atual causa a essas populações, deixando-as na linha da miséria e da pobreza por inúmeras gerações, aponta a importância do trabalho desenvolvido ao longo desses anos no CRAS CONTINENTE II.

O Território do CRAS Continente II abrange oito bairros da região continental do município de Florianópolis. É uma unidade pública estatal descentralizada da *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS), que atua como a principal porta de entrada do *Sistema Único de Assistência Social* (SUAS).

Dada sua capilaridade nos Territórios, o CRAS CONTINENTE II é responsável pela organização e oferta de serviços da *Proteção Social Básica* nas áreas de vulnerabilidade e risco social. A Proteção Social Básica é o primeiro nível de proteção social no SUAS. Tem por objetivos a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, de aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

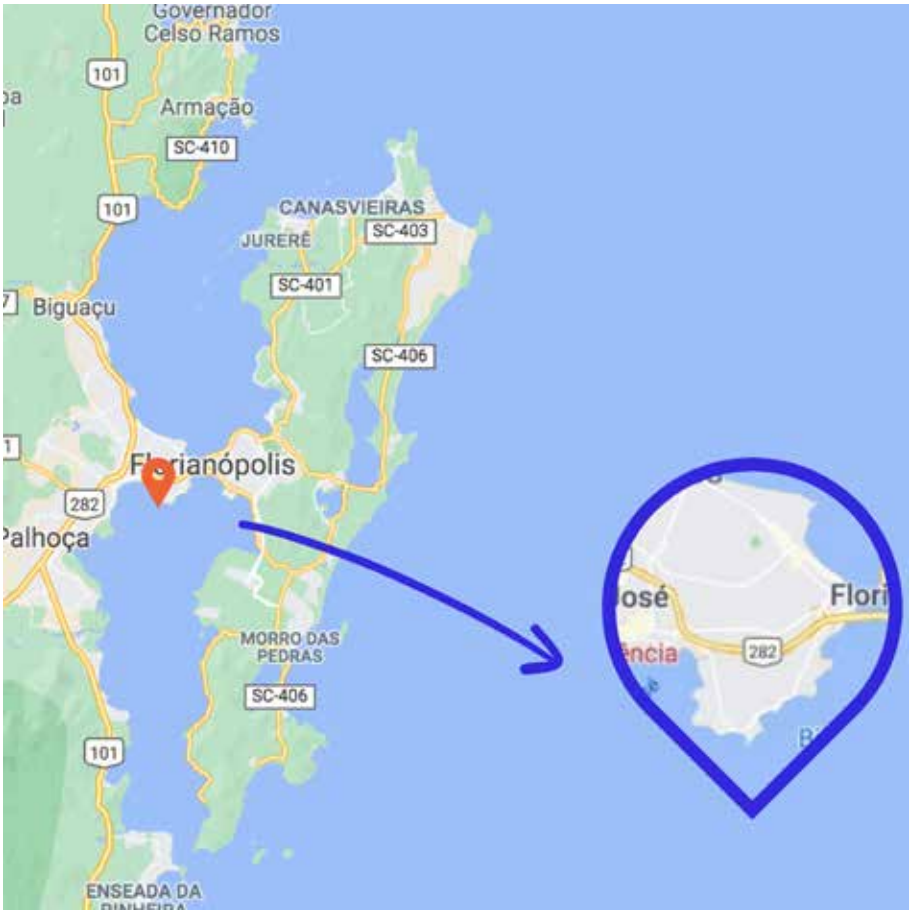
Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnico-raciais, de gênero ou por deficiência, entre outras.

Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da Rede de Assistência Social Básica. Desta forma, promove, organiza e articula as unidades a ele re-

ferenciadas, gerenciando os processos de Assistência Social. Deve ser localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, à articulação destes serviços no seu Território de abrangência, numa lógica de atuação intersetorial. Dentre as ações previstas para o CRAS destaca-se a gestão do Território por meio da vigilância socioassistencial, de forma planejada.

A população total do Território do CRAS CONTINENTE II perfaz aproximadamente 53.528 pessoas conforme o Censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Cabe salientar que duas grandes comunidades periféricas de Florianópolis estão inseridas na área de atuação do CRAS CONTINENTE II, sendo elas a Vila Aparecida e o Morro da Caixa. Trata-se de uma das áreas com maior densidade demográfica de Florianópolis, com 8.516 pessoas cadastradas no CRAS, sendo 2.839 imigrantes.

Figura 01 – Mapa do Território do CRAS CONTINENTE II, que abrange mais de oito bairros da região continental do município de Florianópolis. *Fonte: MyMAPS.*



Além da produção de alimentos, a Agroecologia opera dentro de três dimensões que se interseccionam: *saúde, trabalho* e *preservação ambiental.* A saúde se dá a partir da segurança e qualidade alimentar; o trabalho, a partir da produção e geração de empregos e renda; e a preservação ambiental, ao atuar em Territórios que conservam seus recursos naturais para a produção e reprodução da vida. Além disso, a lógica de comunicação e produção de conhecimento se dá por outras formas de relacionamento com o meio em que se vive, fazendo com que seja considerada uma fissura nos modos hegemônicos de produção do espaço (GALERA; FONSECA, 2019).

A Agroecologia promove uma riqueza de debates e ações extremamente desafiadores e, para torná-los práticos e materializados na vida das pessoas, é necessário enfrentar o *status quo* do modelo hegemônico de produção de riqueza e de bem-estar social, baseado na exploração da força de trabalho, fragmentação e individualização dos trabalhadores e trabalhadoras, afrouxamento das leis trabalhistas e o enfraquecimento do papel do Estado enquanto promotor de bem-estar social.

Nesse sentido, podemos trazer a Agroecologia como o primeiro grande ponto de intersecção da proteção social, das finalidades do CRAS e, por fim, de forma estrutural, da conexão entre o *Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional* (SISAN) e o *Sistema Único de Assistência Social* (SUAS), partindo do pressuposto de que a Agroecologia transcende os aspectos da produção agrícola e envereda pelos arranjos de construção social de uma comunidade, estado, país e suas complexidades de relações, entre elas a construção social dos mercados.

O CRAS Continente II apresentava precárias condições de manutenção, e muito lixo era depositado no pátio, por pessoas que circulavam pelo entorno. Apesar de ser um prédio construído com recursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, somente a partir de 2013 é que o CRAS foi transferido de um imóvel alugado para esse prédio público. Com essa mudança a comunidade passou a considerar o CRAS “um invasor” do espaço e por desconhecerem as atividades desta política pública caracterizavam o equipamento como “local que atende miseráveis”.

A falta de manutenção do prédio (pintura externa e limpeza do pátio) contribuía para a construção de uma imagem de abandono e falta de cuidado, impressões essas que impactavam diretamente na motivação dos funcionários que trabalhavam no local, na participação da comunidade nas atividades, no atendimento realizado às famílias, além do desconhecimento da população próxima ao CRAS sobre suas funções. Isso acarretava muitas vezes no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, polarizando os indivíduos entre pobres e ricos.

O trabalho iniciado no ano de 2017 entre o CEPAGRO e o CRAS Continente II

permitiu construir propostas de intervenções estratégicas para levar o público a formar uma imagem melhor deste Centro. O objetivo era estabelecer vínculos entre esse equipamento público, pessoas e instituições que compõem o Território desse CRAS. Desta forma seria possível que este se tornasse, efetivamente, um local de estímulo ao exercício da cidadania e participação social. As ações de Agroecologia permitiram ressignificar o espaço como um equipamento da assistência social para todos e todas e não apenas para pessoas de baixa renda, além de transformá-lo em um espaço de convivência e de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Nesse contexto, o trabalho de incidência política realizado entre os técnicos do CRAS e CEPAGRO, por meio das metodologias criadas para trabalhar o alimento como direito e não como benefício eventual, permitiu criar debates e despertar, nos usuários do SUAS e na comunidade do entorno, o entendimento de que o alimento tem uma imensa centralidade nas nossas vidas, que a garantia do direito humano à alimentação é a base para a dignidade humana, e que o acesso aos alimentos limpos e justos perpassa por uma construção social de um sistema alimentar justo e saudável e, por conseguinte, de um mercado construído sobre bases socialmente, economicamente e ambientalmente justas e saudáveis.

Cabe destacar que a participação de uma técnica do CRAS CONTINENTE II, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis como Conselheira do *Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis* – COMSEAS/FPOLIS. foi de suma importância para o exercício, embora incipiente, do controle social, por meio da experiência e vivência de uma técnica da atenção primária do SUAS para a construção de propostas e ações junto à *Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Florianópolis*/PMSAN.

Assim, foi iniciada, no ano de 2020, a articulação para a proposta do *Programa de Aquisição de Alimentos* na modalidade *Compra com Doação Simultânea/ PAA/*CDS, operacionalizado pela *Companhia Nacional de Abastecimento*/CONAB, tendo como parceiros a *Cooperativa Ecoserra, de Lages/*SC, como unidade fornecedora, o *Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis*/COMSEAS/Fpolis como responsável pelo controle social e monitoramento, o *Sesc Mesa Brasil* como unidade recebedora. Pelo PAA/CDS foram beneficiadas 53 Entidades da sociedade civil, cadastradas no Sesc Mesa Brasil, promovendo o acesso de 7.181 pessoas aos alimentos agroecológicos.

É possível afirmar que o PAA/CDS é o programa de segurança alimentar e nutricional que mais pode aproximar o SUAS e o SISAN. Conforme o Manual de Orientações do PAA/CDS o *Programa de Aquisição de Alimentos*/PAA foi criado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, e possui duas finalidades bá-

sicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Esse Programa conta com a participação dos Entes da federação, estados, Distrito Federal e municípios, como parceiros executores. Como instrumento de ampliação do público beneficiário, o PAA estimula o atendimento de famílias extremamente pobres por meio da *Busca Ativa,* incentivando, principalmente, os municípios a conhecerem suas famílias em situação de maior pobreza, oportunizando a inserção das mesmas no *Cadastro Único para Programas Sociais*/CadÚnico. Essa participação é impulsionada tanto pela inclusão de agricultores cadastrados quanto de consumidores dos alimentos.

Além das compras institucionais cabe destacar a ação de abastecimento por meio da Agricultura Urbana. A primeira ação foi a limpeza do pátio externo pelos próprios servidores do CRAS e, na sequência, a realização de um mutirão para confeccionar um canteiro com flores e ervas medicinais com o objetivo de uso pela comunidade. Após essas atividades muitas outras foram sendo realizadas, buscando-se sempre construir atividades coletivas tais como plantar flores, falar sobre plantas medicinais, trazer materiais reciclados para serem usados nas oficinas. O CRAS também criou uma página em uma rede social e passou a divulgar fotos e convites para todas as atividades, as quais passaram a ter como objetivo incentivar os associados(as) a desenvolverem alguns cuidados:

– Cuidado com o meio em que vivemos: a comunidade foi convidada a participar das atividades de feitio de canteiros de flores e plantas medicinais, tendo como base princípios da Agroecologia.

– Cuidado com o que nos preenche: as oficinas de memórias afetivas através das plantas, durante as quais foram confeccionados vasos com material reciclado, que ficaram expostos, sendo que as plantas foram trazidas pela comunidade. Também foram realizadas oficinas de sentimentos e relações familiares, como estratégia de reflexão sobre como plantamos o ódio, o amor e outros sentimentos pessoais.

– Cuidado com o outro: confecção de "abelhas" com latinhas trazidas pelas pessoas, promovendo reflexões sobre a importância de cuidar das crianças e do futuro e também sobre quem elas identificam como sendo as pessoas e os locais que as protegem.

– Cuidado com a convivência: atividades intergeracionais entre idosos e crianças do Serviço de Convivência do CRAS e de Instituição do Território.

A partir de 2021 iniciou-se, com famílias, em sua maioria imigrantes da Venezuela, a horta comunitária do CRAS. Semanalmente famílias de imigrantes se reúnem em torno da horta para tecer o fortalecimento das relações e, por conseguinte, a construção de uma Rede de proteção social. No espaço antes ocioso, hoje 50 tipos de alimentos são produzidos na horta "Madre Siembra", entre eles al-

face, cenoura, beterraba, couve-flor, brócolis, banana, acelga, almeirão, temperos, tomate, ervilha, milho, batata doce. São aproximadamente 50 pessoas, homens e mulheres, entre venezuelanos(as), peruanos(as), haitianos(as) e também brasileiros (as) e suas famílias que acessam semanalmente mais de 16 kg de alimentos sem agrotóxicos.

Essa ação proporcionou melhoria na Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecimento de vínculos, além da prática do português e do espanhol durante as atividades, colaborando na coesão social. A horta aproximou outros parceiros, como a *Agência das Nações Unidas para as Migrações* – OIM/ONU, Círculos de Hospitalidade, Ação Social Arquidiocesana (ASA), Casa do Migrante e Associação dos Imigrantes de Santa Catarina. Além do trabalho com a horta, outras ações estão surgindo, como o grupo de costura para confecção de sacolas ecológicas, mosaico e gastronomia.

A cidadania começa na relação de uma pessoa consigo mesma para então expandir-se até às outras, ampliando-se para o contexto social do qual faz parte. Envolve cuidado: consigo mesmo, com o outro e com o meio em que vive. Sendo assim, essas ações concretas e locais desenvolvidas entre os técnicos e técnicas do CRAS e as organizações que atuam no campo da Agroecologia, da SAN e dos direitos humanos, como o CEPAGRO, na medida em que incentivam o cuidado nessas

Figura 02 - Horta Comunitária do CRAS Continente II, 2021.

três esferas podem desenvolver atitudes que ampliem esse cuidado, resultando em efetiva participação social para esferas de controle social como Conselhos das Políticas Públicas além de outras atitudes de cidadania.

Além das atividades realizadas pela parceria do CRAS com Cepagro, também foram articuladas oficinas temáticas com instituições do Território, como Pastoral da Saúde, Companhia de Melhoramentos da Capital/COMCAP (Autarquia responsável pela execução dos trabalhos de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos na cidade de Florianópolis), e Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM). Todas essas articulações visam incluir outras áreas de conhecimento relacionadas à promoção da cidadania enquanto atitudes individuais voltadas para o cuidado de si, do outro e do meio ambiente.

Figura 03 – Cartaz de divulgação e informações para os consumidores e consumidoras do CRAS Continente II, também conhecido como CRAS CAPOEIRAS.

O CRAS CONTINENTE II tornou-se um espaço de exercício de cidadania, de acolhimento e pertencimento após o início das atividades de Agricultura Urbana, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional. A horta comunitária do CRAS, as oficinas e as formações cidadãs em Segurança Alimentar e Nutricional permitiram que as relações tecidas entre os moradores dos bairros e comunidades fossem expandidas pelo Território, fazendo com que a Rede de proteção social fosse fortalecida. O trabalho intergeracional, interracial e étnico possibilitou o desenvolvimento de vínculos e empatia entre os moradores mais antigos da região e os novos moradores e moradoras, muitos dos quais imigrantes.

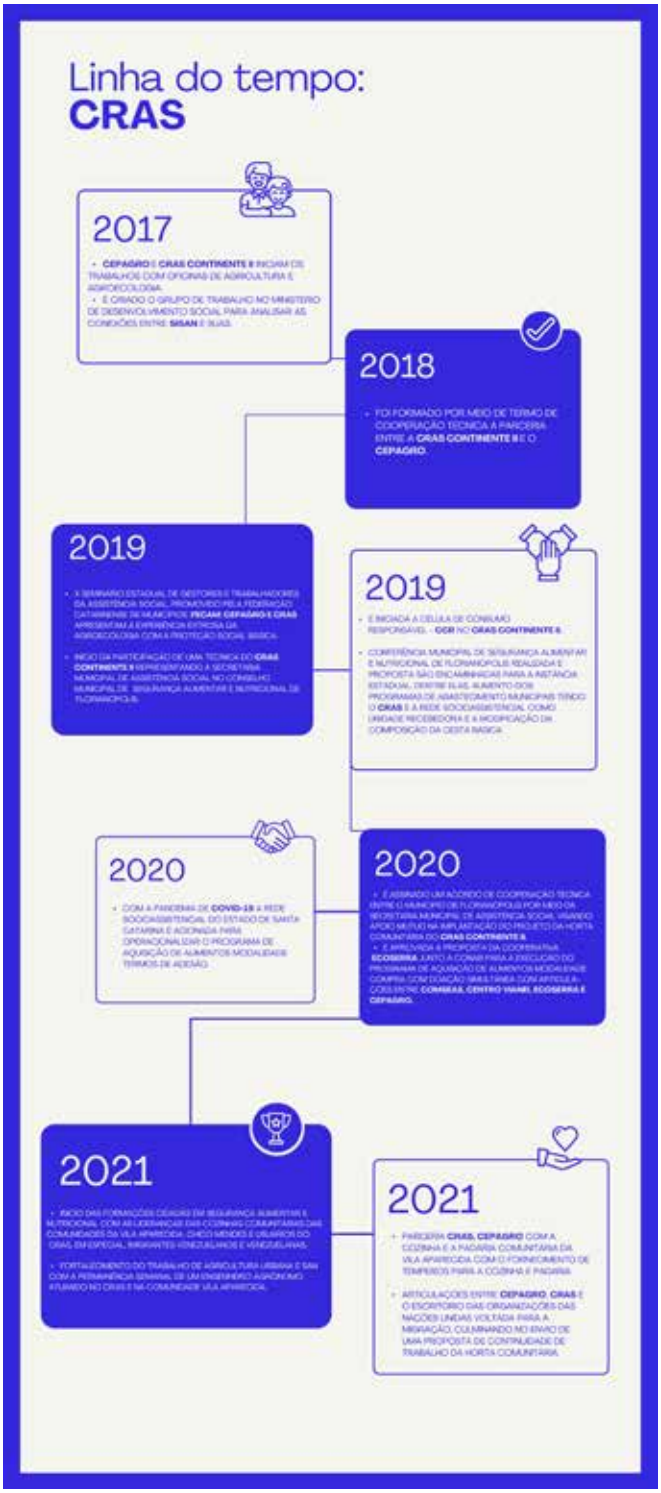
A metodologia desenvolvida pelo CEPAGRO proporcionou também o acesso da população do entorno ao debate a respeito do consumo consciente, do alimento como direito fundamental para a dignidade humana, do papel político dos consumidores(as), das relações entre campo e cidade por meio da Agroecologia. Dessa forma, além da horta comunitária, foi constituída uma *Célula de Consumidores Responsáveis/*CCR com mais de

40 famílias, recebendo, semanalmente, alimentos orgânicos de pequenos agricultores do município de Chapadão do Lageado, em Santa Catarina.

A reconstrução da imagem deste Centro, no Território, como indutor de uma política pública para todos, independente da renda, fortaleceu o vínculo das pessoas com o CRAS e a comunidade do entorno. Isso proporcionou o questionamento dos direitos e deveres de cada cidadão e cidadã como a participação social e o papel de cada um nas mudanças necessárias no meio em que vivem. Essas ações mostram o quanto a interdisciplinaridade de saberes e articulação com Instituições são necessárias e efetivas para atuar frente às desigualdades sociais e promoção da cidadania como um todo.

As ações repercutiram para outros CRAS de Florianópolis e municípios vizinhos. Importantes marcos foram alcançados, como o estabelecimento de um termo de cooperação técnica entre a Prefeitura do Município de Florianópolis e CEPAGRO, a aproximação de outras organizações governamentais e não governamentais, a construção de propostas de continuidade junto a outros financiadores, construção de uma Célula de Consumidores Responsáveis/CCR, aproximação com as cozinhas comunitárias do Território de atuação, entre outros. A "linha do tempo", a seguir, demonstra o esforço para construir relações e ações mais estruturais e alicerçadas em marcos legais, que garantissem a continuidade do trabalho.

Figura 04 - Linha do tempo do processo de construção do trabalho junto ao CRAS CONTINENTE II



Reflexão:
SUAS E SISAN – UM POTENCIAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Desde o início dos trabalhos de aproximação percebeu-se, por meio dos técnicos do CEPAGRO e CRAS CONTINENTE II, a centralidade de trabalhar o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.

Um primeiro obstáculo está na condição do alimento ou da alimentação na Política de Assistência Social, considerada um benefício eventual para situações de vulnerabilidade temporária. As cestas básicas, historicamente utilizadas, constituem-se, por meio da Rede de Proteção Social Básica, na materialização do acesso ao alimento pelas populações em vulnerabilidade perene ou temporária.

O atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade temporária encontrou, ao longo dos anos, muitos problemas com a oferta de cestas básicas, pois alguns fatos impactam na oferta desse serviço, que é, indevidamente, identificado como clientelismo, assistencialismo. A oferta tem por objetivo minimizar as necessidades urgentes das famílias e indivíduos, durante os períodos de eventuais contingências sociais. É fundamental repensar o formato que a Assistência local tem e que culmina na concessão do benefício de forma contínua por meio do Benefício Eventual de Alimento.

A Oferta do Alimento é um aspecto da integração entre Sistemas que recai sobre o SUAS. Ou seja, o CRAS deve ofertar, a partir da disponibilidade de cestas básicas, e respeitando a lógica do Benefício Eventual, para indivíduos e famílias na situação de vulnerabilidade temporária. Esse auxílio é identificado expressamente na legislação (Art. 7º, Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007) na forma de três modalidades: alimentação, documentação e domicílio. Esta oferta não pode ser prestada de forma fragmentada e dissociada do conjunto mais amplo de proteção social, da política de assistência e de demais políticas públicas. O desafio desta ação consiste na garantia da "eventualidade" do benefício. (MDS – Manual de Operações PAA, 2014).

Nesse sentido, um avanço de qualidade nesse benefício se fez quando da existência dos programas de abastecimento alimentar por meio da *Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (PNSAN). A partir de 2006, com a criação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, surgiu uma série de programas que tinham como finalidade a articulação entre alguns sistemas públicos, em especial com o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA. Do mesmo modo, dados oficiais indicam haver bons resultados da integração entre o SUAS e o SISAN, com a realização de pesquisas, consultas diretas aos usuários e relatórios, ge-

rando os seguintes impactos positivos: ampliação da concepção de descentralização territorializada dos serviços, autonomia para o CRAS, legitimando-o como porta de entrada do SUAS e SISAN; cultura institucionalizada na perspectiva do Direito Social, rompendo com a visão fragmentada, desarticulada e clientelista da Assistência Social. (NUNES; ARAÚJO 2011).

O grande desafio – posto e percebido por meio das iniciativas de fomentar formas de abastecimento por meio do CRAS e dos sistemas públicos que o envolvem – está na dinâmica setorial do SUAS e intersertorial do SISAN. É necessário avançar na integração dos programas de abastecimento de SAN, em especial na gestão e orçamento.

Considerações Finais

Os equipamentos públicos são importantes instrumentos de materialidade e de aproximação entre políticas públicas e população. Esses espaços – quando geridos com o objetivo de desenvolvimento social e humano por meio de metodologias e estratégias que visam a participação ativa da população –, tornam-se espaços potentes de cidadania e construção de novas dinâmicas de relação estado e sociedade. Como descrito neste artigo, a integração de dois sistemas públicos que lidam com o Direito Humano à Alimentação Adequada promove o avanço de programas públicos de abastecimento, bem como de novos arranjos de consumo direto nos quais consumidores (as) e agricultores (as) se aproximam e tecem relações através de um equipamento público como o CRAS. A Agroecologia, nesse sentido e analisada no trabalho com o CRAS, avança para a aproximação campo e cidade, com o acesso a alimentos bons, limpos e justos, bem como na percepção de que devemos avançar na promoção de sistemas alimentares saudáveis.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico SUAS e Sisan.** Disponível em *<: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/06/Relat%C3%B3rioT%C3%A9cnico-Integra%C3%A7%C3%A3o-Suas-e-Sisan-CIT-.pdf>*. Acesso em 10 de Janeiro de 2021.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de Operações Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Compra com Doação Simultânea Termo de Adesão.** Disponível em *<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf: >*. Acesso em 10 de Janeiro de 2021.

CASTRO, P.R.B.; PAULA, D.P.A. **Litoralização e a transformação da Paisagem no litoral de São Gonçalo do Amarante,** Ceará, Brazil, 2020. Disponível em: *<https://www.redebraspor.org./livros/2020/Braspor%202020%-20%20Artigo%207.pdf>*. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

GALERA, I e FONSECA, H.D.M. **Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional** (SISAN) E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): uma integração possível. Disponível em *< http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_AGRICOLA_E_AGRARIA_SEGURANCA_E_POLITICAS/SISTEMA_DE_SEGURANCA_ALIMENTAR_E_NUTRICIONAL>*. Acesso em 11 de Janeiro de 2021.

NUNES, A.E e ARAÚJO, L. **Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional** (SISAN) e Sistema Único De Assistência Social (SUAS): uma integração possível. Disponível em *< http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_AGRICOLA_E_AGRARIA_SEGURANCA_E_POLITICAS/SISTEMA_DE_SEGURANCA_ALIMENTAR_E_NUTRICIONAL.pdf>*. Acesso em 11 de Janeiro de 2021.

AUTORES(AS)

Alvira Bossy
Assistente Social – CRAS Centro de Referência da Assistência Social. Florianópolis.

Andressa Aparecida Martins
Agricultora ecologistas, Tecnóloga em agroecologia.

Beatriz Ribeiro Gomes
Graduada em Ciências Rurais e Agronomia pela UFSC. Mestrado em Produção vegetal pela UDESC. Agricultura orgânica e presidente da Coper Planalto Sul.

Edson José Klein
Assessor em agroecologia equipe técnica do CETAP, graduação, Bacharel em desenvolvimento rural sustentável e agroecologia.

Eduardo Daniel da Rocha
Administrador, diretor-presidente do CEPAGRO e membro da Comissão permanente de Abastecimento do COMSEAS de Florianópolis.

Fábio Silva
Biólogo, especialista em biologia de ecossistema e assessor técnico da AS-PTA.

Gisa Garcia
Agrônoma, técnica de campo e Diretora Administrativa do CEPAGRO. Representa a entidade na Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, no Fórum FCCIAT, no COMSEAS e no CAE.

Giovani José Gonçalves
Agricultor ecologista, Assessor em agroecologia do CETAP, Tecnólogo em agroecologia.

AUTORES(AS)

Izabela Marques dos Santos
Estudante de agronomia na UFSC, integrante do Laboratório LACAF/CCA/UFSC.

Mario Francisco Guson
Engenheiro agrônomo e assessor técnico do CETAP.

Josué Vicente Gregio
Agricultor. Desenvolve pesquisas no campo dos usos conservacionistas do meio ambiente, com ênfase em agrofloresta. Doutorando em Geografia pela Unioeste/PR.

Natal João Magnanti
Pedagogo e agrônomo, Doutor em Agroecossistemas, coordenador do Centro Vianei de Educação Popular, pesquisador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (UFSC).

Juliana Golin Krammes
Agrônoma formada pela UDESC. Mestre em Fisiologia Vegetal pela UFPel. Atualmente, extensionista rural da Epagri no município de Curitibanos.

Oscar José Rover
Doutor em Desenvolvimento Rural, Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, líder do grupo de pesquisa em "Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos" e coordenador do LACAF.

Luan Marcelino Morgan
Estudante de agronomia da UFSC, integrante do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar-LACAF/CCA/UFSC e Agricultor.

Rutt Keles Alexandre da Silva
Integrante do Grupo de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo/UFPE). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará.

Consumidores e agricultores em Rede

FINANCIADOR:

MISEREOR
IHR HILFSWERK

ENTIDADES EXECUTORAS:

Atuando em Educação Popular e Agroecologia desde 1983

CEPAGRO

CETAP
AGRICULTURA ECOLOGIA

AS-PTA
agricultura familiar e agroecologia

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL ALEMANHA